

VERSÃO E-BOOK

Coordenação:

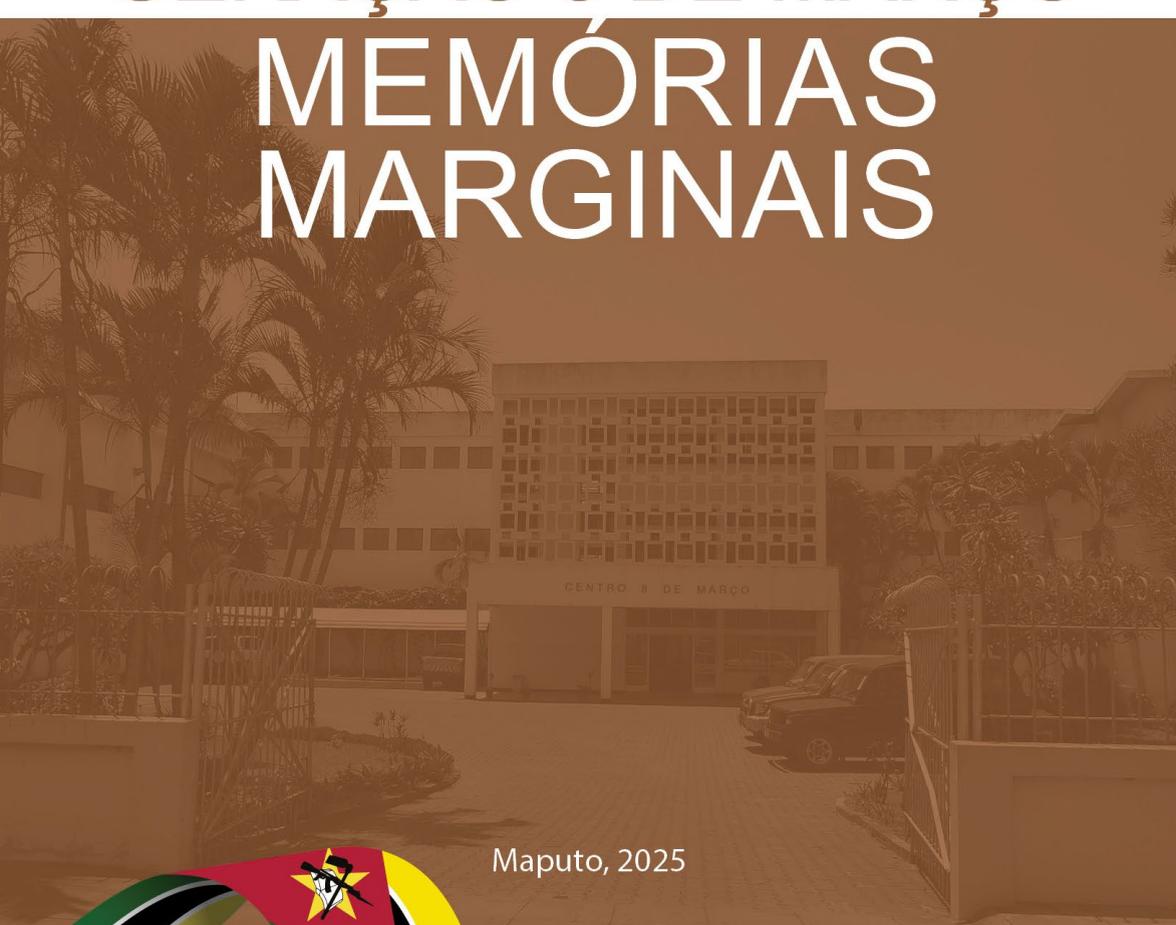
ALMIRO LOBO

LEANDRO PAUL

GERAÇÃO 8 DE MARÇO

MEMÓRIAS

MARGINAIIS



Maputo, 2025

GERAÇÃO 8 DE MARÇO: MEMÓRIAS MARGINAIS

Coordenação:

Almiro Lobo e Leandro Paul

Contactos para encomendas do livro em versão impressa:

WhatsApp: **82 300 7740**

Email: **leandropaul@fimdesemana.co.mz**

ÍNDICE

NOTA EXPLICATIVA	7
ALMIRO LOBO	
Uma disputa insuspeita	9
LEANDRO PAUL	
Dor e irreverência: um relato de vida	12
VANIZE TEIXEIRA	
Episódios oitomarcistas	16
IRENE MENDES	
Centro 8 de Março: um salto para a vida	19
GRÁCIO ABDULÁ	
Memórias do caminho longo até à advocacia	22
MARIA MADALENA J. LINO TAYLOR	
Entre sonhos perdidos e uma missão cumprida	26
ISAURA MACEDO PINTO	
Memórias de uma vida dedicada a Moçambique	29
SANDRA MARIA DE JESUS ANTÃO GONÇALVES	
Vivências no Centro 8 de Março	32
BALBINA JOEL DA CONCEIÇÃO MUTEMBA	
Do sonho à missão: uma jornada de rosas e espinhos	36
BARTOLOMEU PAULO	
Verdadeiro laboratório de valores morais, de integridade e de patriotismo	39
MANUEL DA COSTA GASPAR	
8 de Março moldou a minha vida	42
MÁRIO JORGE RASSUL	
O esqueleto inesperado	45
ARMINDO SAUL ATELELA NGUNGA	
Vivam as nossas memórias	49
CONCEIÇÃO [SÃO] LEITE	
8 de Março – História de passados	51

RIBAS GUAMBE Oitomarcista de 1977	56
LEONTINA SARMENTO DOS MUCHANGOS 8 de Março: A data que marcou a mudança da minha vida	61
ROSA COSTA Uma jornada de determinação	63
NOÉMIA MATHOLO A maior “fudjista” do Centro	66
CARLA [PICOLA] RUAS Uma vida muito longe do professorado	69
LUCAS JUNQUEIRO Não escolhi os caminhos, mas aprendi a fazer deles a minha estrada	73
ANA MARIA [NOCA] FERNANDES Professorado: A profissão que abracei	76
MARIA DE LURDES [MILÚ] ARAÚJO A minha afectação	79
BÓIA EFRAIME JÚNIOR Tentando preservar a utopia de que todas as crianças merecem uma vida com amor	82
MARIA DO CARMO CARRILHO Aprendi que o impossível é, na verdade, apenas difícil	87
MARIA ÂNGELA PENICELA NYAMBIHU Chamamento da Pátria e a construção de um legado	90
MÁRIO LEONEL HERMÍNIO MENDES Do cimento e asfalto às montanhas e frio	92
CRISTIANA CASIMIRO O dia 8 de Março de 1977	96
RAFIQUE MUSSAGY MULCHANDE A rocambolesca viagem entre Maputo e Chimoio para responder ao apelo da Pátria	101

MÁRIO RUY PERDIZ REYNOLDS MARQUES [PIMPÃO] Oitomarcista por acaso	104
ALEXANDRA NEVES Aprendi a valorizar o que deve ser valorizado	108
FAUSIA VALIGY Fui indigitada professora, antes mesmo do 8 de Março de 1977	114
CARLOS PEDRO MUCAVELE Fui moldado no Centro 8 de Março, entre disciplina e desafios	117
MARISA RANGEL MARTINS Trajectória inesperada?	120
CARLOS DINIZ Memórias de uma escolha inesperada	125
TERESA MANJATE Maldito camião	127
ANA MELO Oito de Março – “Blue Sunshine”	129
JOÃO PEDRO TEIXEIRA MARTINS O voo para Moscovo que acabou por nunca acontecer	131
JOSÉ JULIÃO DA SILVA No Centro, descobri que chá adoçado com doce de ananás não é tão mau assim	141
PEDRO MACIEL BALTAZAR O meu caminho espinhoso, da caneta e das armas	143
LÚCIA MANUEL SIMÃO Rebeldia e resistência: O meu “Chamamento da Pátria”	146
ALBERTO RAZUL O Caminho de uma vida: Entre a educação e a superação	149
ANTÓNIO CARDOSO Uma vida de resiliência e serviço	151

ISABEL MELO [BINHA] As voltas que a vida dá	154
BENILDA REIS Fui arquitecta de histórias, sonhos e futuros de muitos jovens moçambicanos	157
JOSÉ AUGUSTO WALTERS MONTEIRO As escolhas que não escolhi	160
ABEL ASSIS Memórias de uma vida e percurso	164
ORLANDO DIAS “Não é o que tu queres, mas sim o que nós queremos”	167
ROSITA ALBERTO Peço desculpas	170
SALVADOR LAI De Amatongas a Cuba: um percurso cativante de um professor zeloso e dedicado	172
ÂNGELA ABDULA [DAVA] Fazer parte do movimento 8 de Março obrigou-me a crescer cedo	175
JOÃO CARDOSO Dormir com percevejos no colchão	177
CELSO PAUL Aventuras e desventuras por causa de um anel colonial	180
JOSÉ HENRIQUE LOPES MENETE Em torno do 8 de Março	186
SARIFA ABDUL MAGIDE FAGILDE Memórias de um momento que moldou a minha vida	191

NOTA EXPLICATIVA

Há muito tempo que, pelo menos em Moçambique, se fala da chamada “Geração 8 de Março”.

Grosso modo, a expressão “Geração 8 de Março” designa as várias centenas de jovens cujo destino mudou a partir do discurso do Presidente Samora Machel, proferido no Pavilhão do Maxaquene, no dia 8 de Março de 1977 e estende-se até aos primeiros anos da década de 80, altura em que cada jovem passou a ter a oportunidade e a liberdade de escolher o curso que gostaria de frequentar ou a actividade profissional que pretendia exercer.

Por decisão presidencial, naquele ano foram suspensos os 6^o e 7^o anos do ensino secundário e todos os alunos encaminhados para tarefas definidas pela direcção do Estado. Era o famoso “Chamamento da Pátria”.

A independência de Moçambique foi proclamada a 25 de Junho de 1975. O êxodo de técnicos portugueses exigia a tomada de decisões arrojadas que mantivessem em funcionamento o Estado recém-independente.

Os jovens, afectados pela histórica decisão de 8 de Março de 1977, foram colocados em todos os sectores considerados prioritários pela direcção do Estado. Educação, Saúde, Defesa e Segurança, Economia, Administração Pública, Partido, entre outros, podem ser apontados como exemplos.

Em todo o País, centenas de jovens, muitos dos quais com menos de dezoito anos, sacrificaram os seus sonhos individuais e os dos seus pais para abraçar a utopia de reconstruir o País, de fazer de Moçambique a Pátria de todos os moçambicanos.

Volvidos quase 50 anos, é altura de ouvir o testemunho daqueles sobre quem recaiu a decisão presidencial de 8 de Março.

São, nesse sentido, memórias marginais, isto é, não fazem parte da historiografia oficial e não têm outro propósito que não seja a simples partilha de recordações das aventuras e desventuras decorrentes do facto de terem sido chamados pela Pátria.

As datas são o que são, valem o que valem, em função do que o ser humano projecta. A importância ou irrelevância de uma data é convencional.

A “praxis” – há quem prefira o termo “espírito” – do designado “Chamamento da Pátria” começou antes do dia 8 de Março de 1977.

Há vozes que advogam que esses outros jovens pertencem à Geração da Transição ou Geração da Independência. Alguns deles também são autores de textos desta colectânea.

Mas o objectivo desta obra não é debater esse tópico. É tão-somente adiar e, eventualmente, evitar a amnésia que ameaça a nossa capacidade de lembrar o que se passou, à medida que o tempo corre.

E pode ser que este “corpus” dê origem a outros depoimentos.

Os textos estão dispostos pela ordem de envio para os coordenadores.

Os organizadores

Almiro Lobo e Leandro Paul

UMA DISPUTA INSUSPEITA

Por: ALMIRO LOBO



O Centro 8 de Março parecia, em 1978, um cais, uma espécie de desaguadouro. Para ali afluíam todos os rios, o pulsar das muitas vontades, de diversas inquietações, de sonhos delicados, de expectativas amputadas. Para alguns, ali se começava o futuro. Para outros, ali se desfazia o sonho dos pais.

Cada um chegava com a sua mania. Cada qual com a sua fatia de crenças, hábitos e mimos.

Ser abruptamente acordado às cinco da manhã, para saltar do beliche, vestir-se e juntar-se ao pelotão, no campo pelado do Centro em apenas cinco minutos, não fazia esquecer a forma carinhosa como, em casa, se começava o dia. Pelo contrário.

O apito longo e estridente à entrada do corredor, o esmurrar nas portas e o grito “está na hora” engrossavam a saudade do afago com que as mães nos despertavam para o dia que começava.

Cada um, naquela massa de adolescentes imberbes, com o seu fuso. Uns mais urbanizados que outros. O uniforme que envergavam pretendia disfarçar as diferenças e realçar o colectivo, a indistinção. O fardamento militar de tom acinzentado e o uniforme cor de vinho (as calças) e alaranjado (as camisas) não apelavam às diferenças. Escondiam-nas, disfarçavam-nas. Os domingos – dias em que se autorizava que cada um saísse para onde quisesse – escancaravam as distinções no vestir. Percebia-se quem era quem. A passagem de modelos das meninas canibalizava os olhos masculinos.

O Homem Novo seria, assim, um produto amalgamado, depois de suprimidas as individualidades, o carácter distintivo de cada um.

Naquele aglomerado percebia-se que havia os que vinham das zonas libertadas e os outros. Os oriundos das zonas libertadas vinham já feitos: sabiam marchar, bater com aprumo a continência, prontos para responder a qualquer comando em swahili, voluntários para qualquer tarefa que demandasse mãos e músculos.

Conheciam as letras das canções revolucionárias nas línguas originais e dançavam, compassados, o mapiko e outras danças que, diziam, representavam o nosso património cultural profundo.

Citavam, com inusitada convicção, as palavras de ordem do movimento de libertação. E parecia que entendiam o sentido dos versos que cantavam a plenos pulmões.

Por qualquer razão misteriosa, evitavam frequentar o espaço da capela, no interior do edifício que deixara de ser o seminário Pio X para se transformar na forja do Homem Novo.

Os arautos da revolução profanavam, vitoriosos, os locais de culto porque a religião era o ópio do povo. A capela significava esse bastião da alienação.

Abateu-se sobre o Centro uma crise que se manifestou na escassez e na qualidade da comida. Já não havia açúcar para o chá matinal com que se aquecia o estômago, depois da marcha-corrída da Preparação Político-Disciplinar (PPD) às cinco da manhã. Ora ocorria no campo pelado e arenoso, ora se estendia pelas avenidas alcatroadas da urbe. Parecíamos recrutas desalinhados saídos do quartel a marcharem, a correrem ou a cantarem, em coro, canções revolucionárias em línguas que não entendíamos. Também aprendíamos a marcha cerimonial, um movimento cadenciado de pernas que mais parecia um bailado.

Quando acabou o açúcar, alguém teve a peregrina ideia de adoçar o chá quente ora com doce de fruta, ora com rebuçados. Os murmúrios de rejeição subiram de tom. A quantidade de comida no prato de cada um, ao almoço, minguou. O ambiente de crispação anunciava um vendaval que era preciso evitar a todo o custo. Aí veio a fórmula mágica, inspirada na experiência das zonas libertadas: reunião geral.

No salão, pairava o formigueiro de insatisfeitos dispostos a denunciar o que estava mal, com genuína vontade de ser recambiado de volta ao aconchego da casa paterna.

O membro da direcção lá introduziu o assunto, referindo-se à tradição das zonas libertadas de auscultar a população e encontrar, com ela, as soluções correctas para os problemas que a revolução colocava. E perguntou se alguém tinha alguma proposta.

Um jovem que não se quis identificar sussurrou, num tom suficientemente audível:

– Deixem-nos ir para casa!

Os risos que se seguiram denotavam concordância. Bater palmas seria uma afronta. O medo de ser chamado “fudjista” abrandou os ânimos e serenou a linguagem. Só os murmúrios acompanhavam as intervenções.

Um outro jovem pediu para intervir. Moldado nas zonas libertadas, levantou-se e, autorizado, pôs-se de pé, dirigiu-se, marchando, para perto do “presidium”, bateu continência e começou a falar.

Com a convicção de quem interiorizara a linha política do movimento libertador, lembrou o espírito de sacrifício, os dez anos de luta armada, mas, quando se socorreu das palavras de ordem, a coisa se começou a entortar:

– Aqui, nós temos de Estudar, Produzir e Combater. Já estamos a estudar. Agora, chegou a hora de produzir comida para nós próprios. A minha proposta, camaradas, é pegarmos na enxada e fazermos machamba.

A pergunta saiu abrupta, em coro:

– Onde?

A resposta não demorou:

– No campo de futebol!

Ninguém imaginava que o futebol tivesse tantos adeptos no Centro 8 de Março. Vozes masculinas e femininas ergueram-se, irmanadas na rejeição.

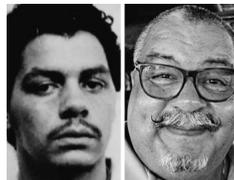
A reunião, apesar de longa e com argumentos repetitivos, terminou inconclusiva. Mas deixou no ar a ideia quase consensual de que campo de futebol não é machamba e que machamba não é campo de futebol.

Ajudou a salvar o pelado do Centro 8 de Março uma inesperada e oportuna visita nocturna. Diz-se que a Ministra da Educação e Cultura, Graça Machel, esteve na despensa, na cozinha e no refeitório à noite, enquanto dormíamos. Como que por milagre, o açúcar para o chá matinal reapareceu às sete da manhã. À hora da visita, não havia nem loja, nem armazém abertos na cidade de Maputo.

Quase cinquenta anos depois, o campo pelado continua lá.

DOR E IRREVERÊNCIA: UM RELATO DE VIDA

Por: LEANDRO PAUL



I. Dor

Era 1978, e eu, com dezasseis anos, embarcava numa jornada que mudaria a minha vida para sempre. Deixava para trás a cidade da Beira, onde havia concluído a 9ª classe, e partia em direcção à cidade de Maputo, para o Centro 8 de Março, com o coração cheio de expectativas e temores.

Mas a dor, sempre implacável, esperava-me. Em Inhambane, durante a viagem, fui acometido pela temida mataquenha. Ah, como dói lembrar-me daquele dia! A extracção, feita a sangue-frio no centro de saúde da Polana, foi um rito de passagem brutal, um baptismo de dor que marcou o início de uma série de provações.

Mas a dor física, por mais intensa que fosse, não se comparava àquela outra dor, a dor silenciosa e amarga da rejeição. Viver no Centro 8 de Março trouxe uma nova face do sofrimento, aquela que dilacera o coração. Nos anos em que lá estive, nunca consegui conquistar o coração de nenhuma das minhas colegas. Eu tentava, com toda a paixão de um jovem, mas as minhas conversas sobre *O Capital* de Karl Marx, ou sobre a *Mãe Coragem* de Bertolt Brecht, caíam em ouvidos surdos. Diziam que eu era “um chato”, e a minha alma, apaixonada e solitária, fechava-se num mundo de livros e pensamentos, onde o amor parecia um sonho distante e inacessível.

A dor também se manifestava no quotidiano, nas pequenas coisas que, juntas, formavam um quadro de frustrações. No Colégio Marista e no Lar dos Caminhos de Ferro, na Beira, onde eu havia estudado e vivido nos anos anteriores, eu vivia cercado de conforto. Havia empregados que cuidavam de tudo.

Mas no Centro 8 de Março, a realidade era outra. Eu, que nunca havia precisado limpar o meu próprio quarto ou lavar a minha própria

roupa, vi-me diante de um mundo onde todos éramos “camaradas”, incluindo os empregados de limpeza, onde o luxo era uma lembrança distante e a vida era uma luta diária pela sobrevivência.

A falta de água era um tormento constante. A roupa, que deveria ser lavada, era simplesmente sacudida pela manhã, na tentativa inútil de remover as pulgas encrustadas. E como esquecer as sanitas? Mais pareciam latrinas, com marcas de pés acorados, onde eram depositados dejectos uns sobre os outros, até que, ao fim do dia, um “camarada trabalhador” despejava uns baldinhos de água, aliviando temporariamente o cheiro nauseabundo que se impregnava nos corredores e nos quartos.

E, como se tudo isso não fosse suficiente, havia o “shot-kolia”, a preparação político-disciplinar (PPD) que nos obrigava a acordar antes do amanhecer, a correr quilómetros pelas avenidas de Maputo, entoando cânticos revolucionários, enquanto os nossos estômagos vazios clamavam por alimento. Pão seco e chá sem açúcar, por vezes substituído por rebuçados ou doce de frutas, eram o nosso pequeno almoço, enquanto sonhávamos com refeições que nunca vinham. Xima ou arroz empapado, com “peixe da Hungria” (o famoso “Pedro Ben”, devido à similaridade dos olhos grandes), era o nosso almoço ou jantar. Lembro-me do dia em que, por ocasião da visita da então Ministra da Educação, Graça Machel, fomos presenteados com arroz e frango assado – uma raridade, um vislumbre de um mundo que parecia existir apenas nas minhas memórias de casa.

Ah, a dor! Como ela moldou a minha vida, como esculpiu as minhas experiências, deixando cicatrizes invisíveis que, por vezes, ainda hoje sinto em cada passo que dou.

II. Irreverência

No Centro 8 de Março, onde a disciplina era a pedra angular de uma educação austera e militarizada, eu encontrei a minha voz na irreverência.

O meu primeiro desafio? Aprendi a enganar a fome que corroía o meu estômago faminto. Com a ajuda do meu amigo Manuel Tomás -

entretanto falecido, vítima de envenenamento - um mestre na arte do karatê e também da astúcia, aprendi a abrir, na escuridão da noite, a janela do refeitório e, com a destreza de um ladrão experiente, roubar omeletas escondidas pelos camaradas cozinheiros, já parcialmente trincadas por baratas também esfomeadas. Cada pedaço que engolíamos era uma pequena vitória, um gesto de sobrevivência num ambiente que pouco se importava com os nossos estômagos vazios.

Mas a minha irreverência não se limitava ao estômago. Comecei, aos 18 anos, ainda estudante - por influência do meu então professor de História de África, e igualmente jornalista, Yussuf Adam - a escrever artigos sobre política internacional para a revista *Tempo* e, num impulso de audácia, afixei um convite, escrito à mão, convocando os meus colegas a discutir a súbita fuga em massa de cubanos da ilha de Fidel Castro. Porém, esta iniciativa foi rapidamente sufocada pelo director do Centro, que me chamou ao seu gabinete para me informar que tais encontros não seriam mais tolerados. Era a censura instituída batendo à minha porta, mas a minha chama irreverente apenas tremeluzia, recusando-se a apagar.

Houve momentos em que a minha irreverência me levou a confrontar directamente a autoridade. Numa reunião geral, não hesitei em levantar a mão e denunciar o que muitos preferiam ignorar - as visitas nocturnas à ala feminina, proibidas aos estudantes, mas praticadas às escondidas pelos responsáveis do Centro. O meu acto foi um risco calculado, um desafio que lançou luz sobre as sombras onde a hipocrisia se escondia.

E como esquecer o movimento "Rebeldes do Aquário"? Um grupo de estudantes, meus colegas e amigos, alguns do meu quarto que, cansados da má formação que recebíamos nos cursos de professores, decidiu reunir-se em segredo para denunciar o sistema, afixando cartazes nas paredes da Universidade. Eu estive, inicialmente, com eles, partilhei as suas angústias, que eram comuns, mas o destino desviou-me antes do clímax, antes das prisões começarem. Os líderes foram capturados e julgados pelo Tribunal Militar Revolucionário, mas o espírito da irreverência, esse, permaneceu inabalável.

A minha irreverência encontrou um novo palco na revista *Tempo*, onde já era colaborador permanente de assuntos nacionais, e onde organizei uma mesa-redonda que ousou expor, num artigo, a falta de preparação nos cursos de formação de professores. Foi um acto de coragem, uma denúncia pública que ultrapassou as paredes do Centro e chegou ao Ministério da Educação.

Finalmente, houve o dia em que decidi enfrentar a autoridade máxima, a Ministra da Educação, Graça Machel. Numa audiência solicitada por mim, com o risco consciente de poder ser enviado, de castigo, para um campo de reeducação ou para o exército, pedi transferência para o Ministério da Informação, desejando seguir a carreira de jornalista.

A resposta da Ministra foi uma surpresa: ela autorizou a minha transferência, com a condição de que eu colaborasse também na *Revista do Professor*, do Ministério.

Os passos seguintes, nos anos subsequentes, provaram que a irreverência pode mudar de nome, passando a chamar-se jornalismo, actividade que exerci até à minha reforma.

EPISÓDIOS OITOMARCISTAS

Por: VANIZE TEIXEIRA



No dia 9 de Março de 1977, todos os alunos do Liceu Pêro de Anafia, na Beira — cidade onde nasci — que frequentavam a 10^a e 11^a classes foram convocados para uma reunião com o director da instituição. Aqui, foram informados de que, a partir daquele momento, deixariam de ter vontade própria e deveriam seguir para a capital do País, Maputo, para continuar os estudos.

O objectivo era formá-los rapidamente para suprir a escassez de quadros, causada pela súbita saída de muitos profissionais, devido à implementação da Lei nº 24/20. Esta lei estabelecia que aqueles que renunciassem à nacionalidade moçambicana teriam apenas vinte e quatro horas para deixar o território nacional, podendo levar consigo apenas uma mala com vinte quilos de roupa.

A reunião realizada na Beira foi uma consequência de um encontro anterior, ocorrido em Maputo, com os alunos das escolas secundárias da cidade, conduzido pelo Presidente Samora Machel. Nesse encontro, decidiu-se que os estudantes assumiriam novas missões para garantir o funcionamento da máquina do Estado e assegurar o bem-estar da maioria. Assim, teríamos que aceitar as missões atribuídas, sem contestação.

Sou filha de um ferroviário e, naquela época, vivia no lar dos filhos de ferroviários, no bairro de Matacuane, em frente à parte traseira do Liceu. A partir desse momento, os nossos pais perderam a autoridade sobre nós. Os meus viviam no Dondo, uma vila a cerca de trinta quilómetros da Beira, onde o meu pai era chefe da estação ferroviária. Peguei no comboio e fui avisá-los que, nos dias seguintes, partiria para Maputo e nem precisavam de se preocupar comigo, pois o Estado arcaria com os custos da viagem, da estadia e dos estudos. Hoje, imagino a dor que sentiram, mas, na altura, eu estava empolgada com a perspectiva de ir para a capital, viver novas experiências e conhecer pessoas diferentes, sem perceber o sofrimento dos meus pais.

Na noite de 11 de Março, às 23h00, partimos num voo da DETA — a companhia aérea moçambicana da época, antes da criação da LAM. Inicialmente, houve um atraso de uma hora na descolagem, mas, finalmente, embarcámos. O avião estava praticamente lotado por alunos que, como eu, iniciavam uma nova jornada sem saber o que os esperava. Chegámos a Maputo por volta das 2h00, e ninguém estava à nossa espera no aeroporto.

A nossa interlocutora era Ana Melo, que tinha os contactos de quem deveria receber-nos. Depois de muitas tentativas, às 4h00 conseguimos transporte para a Avenida Paulo Samuel Kankhomba, onde ficámos alojados numa residencial da Universidade Eduardo Mondlane. Estava tão entusiasmada por estar em Maputo que nem dormi. Muitas colegas deviam sentir o mesmo, pois ficámos a ver o nascer do sol ao som de Pink Floyd, Cat Stevens e outros músicos da época. Ana trouxe um gravador de cassetes, algo que os nossos netos nem imaginam o que seja, mas, naquela noite, foi um sucesso.

Recebemos orientações para irmos comer no “Self” e, naquele dia, estivemos livres. Tudo parecia perfeito. Dois dias depois, as meninas foram transferidas para uma residencial na Avenida Mao Tsé-Tung. No dia seguinte, enquanto descansava no quarto, ouvi o meu nome ser chamado pelo rádio da minha colega de quarto, Margarida Almeida. Estava a ser convocada para uma reunião na Escola Josina Machel.

Fiquei apreensiva, pois, entre os alunos vindos da Beira, apenas eu fora chamada. Não sabia onde ficava a escola referida, mas, às 14h00 do dia seguinte, lá estava eu numa reunião conduzida por elementos do Ministério da Defesa. Havia cerca de vinte alunos de outras províncias na mesma situação. Mandaram-nos escrever a nossa biografia, detalhando o nosso envolvimento com a Frelimo, pois tínhamos sido seleccionados para ingressar na escola do Partido.

Com a chegada da Frelimo ao poder, foram criados os Grupos Dinamizadores, presentes em escolas, empresas e bairros. Todos deveriam dedicar um tempo ao trabalho voluntário. Eu havia participado nas actividades culturais e no sector de mobilização e propaganda. Também fazia parte do grupo cultural do Liceu e adorava ensaiar para apresentações. Além disso, trabalhei na apanha de arroz em Mandruze, nos Correios e na organização do Terceiro Congresso da Frelimo.

Por conta desse envolvimento fui convocada para a reunião, no meio da qual, um comandante, percebendo da minha expressão contrariada, perguntou:

— Por que está com essa cara fechada, camarada?

Respondi, seca e determinada:

— Porque, quando saí da Beira, disseram-me que vinha para estudar, não para ingressar na escola do Partido. Se fosse para isso, poderia ter ficado lá.

A reunião terminou, e eu saí preocupada com o meu futuro. Enquanto isso, os alunos vindos de outras províncias foram encarregues de limpar e preparar as instalações do Seminário Pio X, acabadas de nacionalizar e rebatizadas como Centro 8 de Março, e que se tornariam a nossa residência estudantil. Quando os alunos de Maputo chegaram, fui destacada para a permanência, onde registávamos a entrada e saída dos estudantes.

Lembro-me vivamente do momento em que um Volkswagen chegou, trazendo uma menina de olhos achinados e com uma expressão perdida. Aproximei-me dela e perguntei:

— Já tens quarto? Se quiseres, podes ficar no meu. Ainda há uma cama vaga. É um quarto de cinco camas, mas uma das colegas tem um problema nos pés e um cheiro desagradável. No entanto, dá para aguentar. Ela acenou positivamente e veio comigo. O seu nome era Tina, e tornámo-nos amigas desde então. Nos dias seguintes, foram divulgadas as listas com as colocações nos cursos.

Demorei a ir ver a minha, temendo que estivesse na escola do Partido. Para minha surpresa, o meu nome não constava lá. Saltei de alegria ao ver que havia sido indicada para o Curso de Formação de Professores de Geografia.

A minha autoestima cresceu, pois teria a oportunidade de seguir o Ensino Superior, ainda que de forma gradual. Transmitir conhecimentos é uma missão nobre, e fiquei feliz por poder desempenhá-la.

CENTRO OITO DE MARÇO, UM SALTO PARA A VIDA

Por: IRENE MENDES



Falar da minha experiência, no Centro 8 de Março, em 1977, é recuar no tempo e tentar relembrar o que me aconteceu há mais de quarenta e cinco anos. Na altura, tinha apenas dezasseis anos, uma vez que faço anos no mês de Junho.

Nessa idade, todos os jovens pensam que são adultos e que já não precisam de conselhos dos mais velhos, e eu não fugi à regra. Era uma menina que pensava saber tudo e que podia decidir a minha vida. Quando os jovens, que tinham terminado a 9ª classe, foram convocados para uma reunião no campo do Maxaquene, apenas informei os meus pais de que tinha de participar num encontro importante que seria dirigido pelo Presidente da República, Samora Moisés Machel. Lembro-me que o meu pai, revoltado com a independência do país, murmurou:

— Boa coisa não vai sair dessa reunião!

Depois de escutarmos atentamente o discurso, que iria abalar os nossos sonhos, mas, principalmente, os sonhos dos nossos pais (na altura, quase todos os pais gostariam de ter filhos médicos), houve duas reacções: a dos que murmuravam, revoltados, dizendo que não era correcto o governo decidir a vida dos jovens, e a dos que, como eu, estavam muito comprometidos com a revolução, entendendo que era necessário interromper o curso normal dos nossos estudos para contribuir para o desenvolvimento socio-económico do país uma vez que a maioria dos quadros portugueses tinha ido para Portugal, por não concordar com o regime.

Importa dizer que muitos dos filhos desses portugueses, da nossa idade, pensavam que a terra deles era Moçambique. O regresso forçado da maioria também foi traumático.

Continuando a minha narrativa, fiquei empolgada com a ideia de contribuir para a solidificação da nossa independência em apenas dois anos. Ao informar os meus pais, sobretudo o meu pai, fi-lo

com cuidado, porque sabia que ele era contra a ideia de o governo “mandar” nos filhos dele. Mesmo assim, ouvi o que previa:

— Os filhos são meus. Que autoridade tem o governo para decidir a vida dos meus filhos?

Tentei argumentar, utilizando as palavras convincentes de Samora, mas em vão; o meu pai ficou ainda mais revoltado.

Não me lembro exactamente quando abandonei o meu quarto para ir viver no Centro 8 de Março, mas recordo que, antes disso, fomos submetidos a uma série de exames médicos no Ministério da Defesa. Repito: tinha apenas dezasseis anos.

Quando nos informaram que passaríamos a usar farda militar completa, incluindo o “quico” (o boné), fiquei fascinada. Tudo era novidade para mim. No Centro, havia uma disciplina militar com horários rígidos. O dia iniciava às cinco horas com apitos para acordar os dorminhocos. Quem se atrasasse um pouco era chamboqueado.

A intrusão de militares nas nossas camaratas incomodava-me profundamente. Sempre fui contra a intromissão de gente estranha nos meus espaços, sobretudo no meu quarto. Apesar de não gostar de acordar cedo, fazia tudo para não me atrasar, evitando, assim, lidar com os militares na nossa camarata.

No início, fiquei num espaço com oito jovens. Depois, passei a partilhar o quarto com uma amiga, com quem ainda hoje nos chamamos irmãs.

Depois do shot-kolia — marcha militar que podia ou não evoluir para uma corrida pelas artérias da cidade (recorde-se que a voz de comando era dada em swahili) — tomávamos um banho rápido para, depois, nos sentarmos à mesa para um pequeno-almoço bem farto, antes de nos dirigirmos aos camiões militares que nos levavam às diferentes faculdades.

Como era pequena, tinha muita dificuldade em subir aqueles camiões altíssimos. Um dia, caí e bati com a nuca no chão. Foi a primeira vez que vi estrelas; tenho quase a certeza que fiquei um tempinho inconsciente. Quando me ajudaram a levantar, lá entrei, com apoio de colegas, no altíssimo camião militar.

Na Faculdade de Letras, a maioria dos nossos professores

moçambicanos era jovem; os mais velhos eram estrangeiros de várias nacionalidades. Como não havia livros, lembro-me de algumas aulas ditadas. Acho que esses primeiros apontamentos devem ter contribuído para os professores publicarem os primeiros manuais pós-independência.

A nossa turma de Português era pequena, e, por isso, éramos muito unidos. Havia três ou quatro colegas que se destacavam pela rebeldia. Desafiavam constantemente os professores jovens, testando os seus conhecimentos com perguntas difíceis e provocadoras.

No período da tarde, depois de estudarmos, havia actividades culturais. Como gostava de dançar, inscrevi-me nas danças tradicionais. Aprendi a dançar makwayela, xigubo, xiparatuana, xingomane, makway, entre outras. Os ensaios eram divertidos, mas também eram levados muito a sério pelo nosso chairman. Eu, uma menina da cidade, estava encantada com as novas danças que estava a aprender, eram verdadeiras novidades para mim.

Depois da primeira fase da formação, fui colocada na Escola Secundária da Manhica, localizada no Alvor, a cerca de setenta e oito quilómetros de Maputo.

Em Fevereiro de 1978, iniciavam-se as aulas. Eu ainda não tinha dezoito anos. Tínhamos de cumprir vinte e quatro horas lectivas semanais sem nenhum cargo de direcção, ou doze horas se ocupássemos cargos de direcção.

A minha guia de afectação orientava que, por ter tido uma formação psicopedagógica, deveria fazer parte do Conselho Pedagógico da escola. Assim foi, e tive direito à redução de horário. O que fazia a mais eram consideradas horas extras.

Depois de uma semana, apareceu um colega do Centro, formado em Matemática, tornámo-nos amigos. Nos tempos livres, ora passeávamos nas redondezas da escola, ora íamos juntos à vila, quer para fazer compras, quer para acompanhar os alunos em jogos de futebol. Ele ensinou-me a pescar. Belas recordações! E o inevitável aconteceu: começámos a namorar.

Passados três anos, já em Maputo, casámo-nos, e ele foi o pai dos meus dois queridos filhos e avô de cinco netos lindos.

MEMÓRIAS DO CAMINHO LONGO ATÉ À ADVOCACIA

Por: GRÁCIO ABDULÁ



Nasci numa madrugada quente de 21 de Dezembro de 1959, em Nova Sofala, distrito de Búzi. Dona Chica, amiga da minha avó, foi a parteira que cortou o cordão umbilical. Mas fui registado em Marromeu, pois o meu pai trabalhava na Sena Sugar States, Ltd., uma empresa britânica agro-industrial dedicada à produção de açúcar.

O lugar do meu nascimento está ligado à história do comércio de ouro. Em 1505, o explorador português Pêro de Anaia fixou-se em Sofala, onde construiu a Fortaleza de São Caetano. Esta região, muito antes conhecida dos portugueses, tornou-se estratégica para o comércio de ouro com os árabes. Hoje, os restos da fortaleza estão soterrados nas areias do mar. Ali próximo fica o santuário de “Mwenhe Mukuro”, com a sepultura de Abdul Remane, santo muçulmano venerado por devotos de todo o mundo.

Cheguei, aliás, a ver uma fotografia da minha infância ao colo da minha mãe, tendo ao fundo os vestígios da antiga fortaleza. Hoje, o santuário corre o risco de desaparecer, engolido pelo avanço do mar, sem que as autoridades tenham fundos para o preservar.

Iniciei os estudos em 1966, na Escola Primária de Matacuane, na Beira. Lembro-me do episódio com um dos irmãos do escritor Mia Couto que apareceu com uma folha A4 colada nas costas, onde se lia: “Não fiz os trabalhos de casa”. Talvez tenha sido o pai a aplicar esse correctivo, que hoje seria considerado “bullying”.

Desde cedo, ainda na escola primária, decidi que queria ser advogado — uma ideia que surgiu sem qualquer leitura prévia sobre o assunto. No campo da profissão, escrevia “advogado” na capa dos cadernos. Mal eu sabia que um dia esse sonho se iria concretizar, apesar das voltas que a vida me faria ainda dar.

A minha primeira “actuação” como advogado foi em 1969, aos 10 anos de idade, numa reunião comunitária em Caniaculo, província de Tete. Três mulheres acusadas de feitiçaria iam ser expulsas. Conversei com o sábio da aldeia, Cangremo, em nhungwé, e convenci-o de que elas não representavam perigo. A assembleia decidiu aceitá-las. O sábio, com voto decisório, teve a última palavra.

Noutra ocasião, defendi João, trabalhador da loja do meu pai. Num domingo, fumou soruma em excesso e não conseguiu ligar o gerador. Para o proteger, menti, dizendo que ainda não tinha regressado. O meu pai despediu-o, mas, mais tarde, após a minha argumentação, readmitiu-o. Vitória para o jovem advogado!

No Ciclo Preparatório Baltazar Rebelo de Sousa, na Beira, eu era chefe de turma e conhecido por andar com o livro de ponto debaixo do braço, pois me esquecia, por vezes, de o deixar com os contínuos.

Em 1974, frequentava o Liceu Pêro de Anaiá, de nome coincidente com o explorador português que construiu a fortaleza, onde verdadeiramente eu nasci.

Foi naquele Liceu onde conheci o amor da minha vida. Éramos inseparáveis, e o Professor Caldinhas, que nos adorava, ofereceu-nos um anel de ouro, que dividimos para fazer as nossas alianças. Casámo-nos em 1980, na Beira, felizmente na sua presença.

No final de 1977, as emoções foram intensas: fim de exames, qualificação da equipa de basquetebol do Liceu Nacional da Beira para os Jogos Escolares e a partida da minha namorada para Lisboa.

Entretanto, em Janeiro de 1978, fomos a Maputo para a final dos Jogos. A nossa equipa venceu a favorita Zambézia, no Pavilhão do Maxaquene, lotado. O jornal “Notícias” antecipava a vitória da Zambézia — mas enganou-se, pois nós ficámos com a taça.

Regressado à Beira, soube que estava a ser chamado para uma “missão patriótica” em Maputo, a afectação em decorrência do “Chamamento da Pátria”. O meu pai, preocupado, tentou convencer-me a ficar, oferecendo-me trabalho na sua empresa e um bom salário. Recusei. Com coragem, disse-lhe: “Quero continuar a estudar, mesmo entre os “comunistas”” (a maneira como o meu pai se referia à FRELIMO).

Em Fevereiro de 1978, rumei a Maputo no autocarro da ROMOS. No caminho, conheci Miguel Ângelo, até hoje meu irmão de coração.

A chegada ao Centro 8 de Março foi caótica. As ordens dos “comandantes” prevaleciam sobre a vontade individual. O meu pai advertira-me: “Os comunistas vão tomar conta de ti”.

Quería estudar Direito. Fui, no entanto, colocado num Curso de Formação de Professores de Língua Portuguesa. Protestei. A responsável da minha afectação, firme, respondeu: “Não há escolhas”.

Rendido, frequentei o curso e fui surpreendido pela qualidade dos colegas e dos docentes.

Durante esse período tive imensas regalias pelo facto de eu ser um exímio jogador de futebol: joguei no Benfica (Costa do Sol) e entrei logo na equipa sénior. Convivi com nomes da Selecção Nacional, como Gil Guiamba, Nito, Ramos e Caldeirita. Devido às aulas e treinos, quase nunca saía à noite. A única vez que o fiz, fui apanhado com amigos às 3h30 da madrugada. Não fui castigado por não mentir.

Em Dezembro de 1978, regressei à Beira antes de ser oficialmente colocado. Ao saber que fora dado como “desertor”, regressei de imediato a Maputo. Fui, então, destacado para Manica. Tentei ficar na Beira, mas fui lembrado: “Ninguém escolhe o seu destino”.

Em Chimoio, fui para o Centro Educacional de Jécua. Recebido com simplicidade e carinho, fui bem acolhido. Passados 40 dias, assumi funções de delegado de Língua Portuguesa na Escola Secundária de Chimoio e, em breve, chefiava o sector do Ensino Secundário em Manica. Aos 20 anos, estava esgotado com tantas responsabilidades.

Ainda participei no primeiro Censo Populacional e na mudança de moeda, do Escudo para o Metical.

Em 1980, participei no Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa. Em 1981, regressei a Maputo, completei a formação e leccionei na Escola Francisco Manyanga. Ajudei a fundar a ONP (Organização Nacional de Professores), integrando o primeiro Conselho Coordenador Nacional.

Mas foi em 1983 que tomei uma importante decisão que mudou a minha vida. Após participar num encontro em Lisboa, sobre a educação e a nova ordem económica internacional, decidi permanecer em Portugal. Vivi lá 25 anos.

Lá me licenciiei em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Aos 43 anos, cumpri o sonho de infância: tornei-me advogado. Fiz ainda uma pós-graduação em Direito da Propriedade Intelectual e Industrial.

Em 2008, decidi regressar a Moçambique. Leccionei Sociologia do Direito no ISCTEM e fui, depois, trabalhar em Vilankulo, numa ONG. Encantei-me pela vila e aqui me estabeleci. Entre 2010 e 2019, fui delegado da OAM (Ordem dos Advogados) em Inhambane.

Hoje, vivo em paz, longe do reboliço das grandes cidades, fiel ao sonho que desde cedo alimentei: ser advogado.

ENTRE SONHOS PERDIDOS E UMA MISSÃO CUMPRIDA

Por: MARIA MADALENA J. LINDO TAYLOR



A minha história é a de uma jovem nascida em Tete, a 2 de Junho de 1956, que sonhava em trabalhar no Banco de Moçambique, mas que, pelas voltas da vida e do País, acabou por dedicar-se à Educação, servindo durante 40 anos com empenho e resiliência.

Em 1977, encontrava-me a estudar na Escola Comercial de Maputo, no Curso Complementar de Contabilidade, a tentar recuperar duas cadeiras que me separavam do meu futuro. Queria trabalhar com Economia, construir uma carreira sólida e ter um emprego estável no Banco de Moçambique. Mas a vida e a realidade do País naquela altura tinham outros planos para mim.

Quando ouvi falar da medida de 8 de Março aderi, sem hesitar. Via naquilo uma oportunidade de continuar os meus estudos e garantir um futuro melhor. Mas, no fundo, não fazia ideia do que nos esperava. O meu desejo era estudar, sim, mas dentro dos meus próprios planos.

Os meus pais não ficaram satisfeitos. Entendiam que o País precisava de quadros, mas temiam o que poderia acontecer. Afinal, era uma ordem oficial, e todos sabíamos que não tínhamos escolha.

Fui encaminhada para o Curso de Formação de Professores de Geografia e História, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Quando recebi a notícia, senti os meus sonhos a desmoronarem-se. Nunca havia imaginado ser professora. Nunca me tinha visto em frente a uma turma, a ensinar conteúdos que eu própria ainda estava a aprender. Mas aceitei o desafio.

Concluída a formação, fui destacada para o Centro Educacional de Lifidzi, no distrito de Angónia, província de Tete, uma região remota e difícil, a 60 km da Vila de Ulongué.

Tornei-me professora de Geografia, História e também de Desenho.

Para além do ensino, assumia outras responsabilidades, como chefe do sector de Produção e do Lar Feminino.

A adaptação foi dura. O frio intenso, a falta de água potável e a energia eléctrica limitada a apenas duas horas por dia eram realidades que testavam a nossa resistência. Adoecia frequentemente, mas não desisti. Era jovem, mas sabia que precisava de dar o exemplo.

O meu percurso académico foi marcado por muitas dificuldades. Trabalhava e estudava ao mesmo tempo, conciliando responsabilidades e superando obstáculos.

Nunca parei de estudar. Em 1982, concluí o bacharelato no Curso de Formação de Professores de Geografia e História e, dez anos depois, alcancei a Licenciatura em Ensino de Geografia, no Instituto Superior Pedagógico de Maputo.

Entretanto, tive a oportunidade, em 1996, de ir para a Universidade de Exeter, na Inglaterra, onde obtive o mestrado em Educação.

A nível profissional, a evolução foi lenta, mas constante. Comecei como docente, depois fui promovida a técnica pedagógica e, nos últimos anos, tornei-me especialista de Educação.

Entre 1978 e 1990 leccionei Geografia em várias escolas e, mais tarde, tornei-me chefe de repartição e chefe do departamento de Ciências Sociais no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH).

Paralelamente, actuei como ponto focal do Género e Ambiente, mas sempre continuei a dar aulas até 2017.

Depois disso, até 2018, após a minha aposentação, fiz consultorias na área do Género na Educação e Agricultura, colaborando com instituições como a FAO.

Ao todo, foram quase 40 anos de serviço à Educação moçambicana.

Passados todos estes anos, olho para trás com orgulho e gratidão. Fiz a minha parte. Dei o máximo de mim. Ensinei, formei, apoiei e contribuí para o desenvolvimento do meu País.

O caminho não foi fácil, mas foi transformador. E, acima de tudo, percebi que o ensino era mais do que uma obrigação – tornou-se uma missão de vida.

Entre tantas memórias, uma das mais marcantes foi a forma como fui acolhida pelos alunos e colegas professores no centro educacional de Lifidzi. Éramos uma família, partilhávamos dificuldades, mas também vitórias.

O rigor disciplinar era uma constante. Os melhores professores e alunos eram premiados, enquanto os indisciplinados enfrentavam punições severas. Foi uma grande escola, não apenas para os alunos, mas para mim também.

Olhando para trás, vejo que o destino foi mais sábio do que eu imaginava. Talvez os meus sonhos iniciais não tenham sido concretizados da forma que eu queria, mas cumpri um propósito maior.

Hoje, reformada, guardo com carinho todas as experiências que vivi e as pessoas que passaram pelo meu caminho. Sei que deixei a minha marca na Educação de Moçambique.

E isso, para mim, é o maior legado que poderia ter.

MEMÓRIAS DE UMA VIDA DEDICADA A MOÇAMBIQUE

Por: ISAUARA MACEDO PINTO



Nasci em Tete, no dia 20 de Julho de 1958. A minha vida foi marcada por escolhas que nem sempre foram fáceis, mas que reflectiram o meu compromisso inabalável para com o meu País.

Desde cedo, o destino colocou-me no caminho do serviço público, moldando a minha identidade e definindo a minha trajectória profissional e pessoal.

Em 1976, mesmo antes do célebre “Chamamento da Pátria”, a 8 de Março de 1977, enquanto estudava na Escola Secundária Josina Machel, fui umas das pessoas recrutadas para desempenhar cargos prioritários da jovem nação, tendo sido afectada para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma instituição nova, repleta de desafios e oportunidades.

O convite veio de Mutxini Mário Malangatana Ngwenha, filho do Mestre Malangatana. “O País precisa de nós”, disse-me ele, e essa frase ressoou profundamente em mim. Naquela altura, sonhava com Medicina, mas a necessidade de contribuir para a construção de Moçambique falou mais alto.

A minha família desejava que eu regressasse a Tete para fazer companhia à minha mãe, já que o meu pai, gravemente doente, havia seguido para Portugal. Quando a minha mãe e as minhas irmãs também partiram, insistiram para que eu as acompanhasse. Mas a minha decisão estava tomada: Moçambique era o meu lar e eu queria contribuir para o seu desenvolvimento.

Ao ingressar no Ministério, fui primeiro colocada na Direcção do Protocolo e depois no Gabinete de Estudos. Passávamos por várias funções para compreender a dinâmica do trabalho diplomático. Tínhamos directores pacientes, que sabiam orientar-nos, apesar da nossa juventude.

O meu percurso levou-me à Direcção das Organizações Internacionais e Conferências (DOIC), onde tive a oportunidade de participar na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1977, testemunhando a histórica participação do Presidente Samora Machel no evento. Depois, fui enviada para os EUA para um curso de Inglês e Secretariado, regressando para integrar o gabinete do então ministro Joaquim Chissano.

A rotina era intensa e desafiadora. Trabalhávamos sem horas extras, sem transporte e, muitas vezes, sem refeições adequadas. Ficávamos até de madrugada, comprometidos com o nosso dever. Recordo-me de noites em que, acompanhada apenas por um agente da Polícia da antiga 4ª Esquadra, percorria a cidade a pé, carregando documentos confidenciais. Pela manhã, apanhava o carro do Protocolo para o aeroporto, com o cabelo ainda molhado e um secador na mala para me arranjar na sala VIP.

A minha participação em reuniões da Linha da Frente e em encontros entre Chefes de Estado trouxe-me experiências únicas. Fui testemunha da visita da então Primeira-Ministra indiana, Indira Gandhi, a Moçambique, e enfrentei desafios inesperados, como quando, numa visita à China, fui confundida com uma espia russa — um episódio que só foi resolvido após o Ministro apresentar oficialmente todos os membros da delegação.

Durante esse tempo, senti necessidade de concluir os estudos e solicitei autorização ao Ministro para retomar a 11ª classe. A resistência da escola foi enorme, exigindo intervenção ministerial para que eu e outros colegas tivéssemos uma oportunidade. Apesar dos obstáculos, fui a única trabalhadora a passar a todas as disciplinas à primeira tentativa.

A tragédia de Mbuzini, onde o Presidente Samora Machel perdeu a vida, marcou-me profundamente. O trauma fez-me solicitar a minha demissão e, após dois anos, deixei o Ministério.

Depois de um período no UNICEF, ingressei no Banco Millennium bim, tornando-me uma das suas fundadoras. Durante esses anos, concluí a licenciatura em Administração e Gestão de Empresas na Universidade A Politécnica.

Entretanto, no decurso da minha vida profissional tirei vários cursos, sempre em busca de crescimento. Mais tarde, regressei à minha terra natal, Tete, onde trabalhei na A Politécnica e, precisando de cuidar da minha mãe, doente, afastei-me por um ano.

Hoje, aposentada, dedico-me à minha saúde e à reflexão sobre a jornada que percorri.

Sinto um orgulho imenso pelo meu percurso e pelos sacrifícios feitos. Foram tempos de entrega total, de noites mal dormidas e desafios constantes. No entanto, ver Moçambique crescer e afirmar-se, como nação independente, faz com que tudo tenha valido a pena.

Ao longo dos anos, tentei contar as histórias de pessoas que viveram essa época, mas hoje percebo que é difícil transmitir às novas gerações o que significou aquele período. Como explicar o sabor de uma maçã a quem nunca a provou?

Particpei em inúmeras reuniões internacionais ligadas à luta contra o “Apartheid”. Saber que Moçambique pagou um preço elevado por essa posição e ver, hoje, certas atitudes de indiferença por parte dos sul-africanos causa-me uma tristeza profunda.

Apesar dos desafios, celebro a minha história e a de tantos outros que, como eu, acreditaram num Moçambique livre e soberano. O compromisso tem um preço, mas a dignidade de ter feito parte da construção do meu País é um legado que levarei para sempre.

VIVÊNCIAS NO CENTRO 8 DE MARÇO



Por: SANDRA MARÍA DE JESUS ANTÃO
GONÇALVES

Quando frequentava a 9ª classe na Escola Secundária Francisco Manyanga, o meu plano era seguir o percurso académico normal: terminar a 10ª, depois a 11ª e 12ª classes, e, finalmente, ingressar no curso de Medicina. No entanto, em 1978, fui destacada para o Centro 8 de Março, num verdadeiro “chamamento”, e ali tudo mudou. A entrada no Centro não garantia o curso de Medicina, e assim vi-me a embarcar numa jornada inesperada.

Vinda de uma família tradicional e considerada “normal” para a época, enfrentei um choque ao chegar ao Centro. Partilhava o quarto com mais três colegas. O nosso dormitório ficava logo a seguir ao quarto do instrutor, o camarada Miguel. Era um espaço simples, com dois beliches, uma casa de banho e uma pequena sala com persianas. Escolhi a parte superior de um dos beliches, enquanto a minha colega da Manyanga, Luísa Gomes, ficava por baixo. No outro beliche estava a beirense Soraya Hamid (já falecida) e, em cima, a quelimanense carinhosamente chamada “Picola”.

Com o tempo, aprendemos a viver em colectividade. A partilha do quarto, os risos, os medos, as descobertas... tornaram-se parte da nossa rotina. Recordo-me de uma noite em particular: ouvimos um barulho estranho vindo da salinha e a Luísa ficou assustada, convencida de que se tratava de um assalto, talvez de evadidos da Cadeia Civil ali próxima. Contagiada pelo medo dela, acabámos por dormir juntas, naquele beliche estreito. No dia seguinte, descobrimos que tudo não passava das persianas, mexidas pelo vento. Enfrentávamos os dias com humor, união e apoio mútuo.

As manhãs começavam cedo. Às 5h00, tínhamos o treino político-militar, o “shot-kolia”. Para não nos atrasarmos, deixávamos o uniforme pendurado no beliche, já com os botões da camisa abotoados, pronto para enfiar pela cabeça e sair a correr para a formatura. Nos

corredores, principalmente do lado dos rapazes, ouviam-se lamentos: “Hoje dói-me a espinha” — ao que o instrutor respondia com voz grossa: “Espinha ou não espinha, sai da cama!”. Um dos instrutores era maconde, com tatuagens faciais e dentes afiados. No início causava alguma impressão, mas rapidamente nos habituámos. Fazíamos parte dos quatro pelotões organizados conforme as áreas de estudo. O nosso, da área de Ciências, denominava-se “Leopardos”.

As fardas, sempre bem cuidadas, eram lavadas e colocadas debaixo do colchão para que ficassem esticadas, como se tivessem sido passadas a ferro. Os treinos decorriam num campo de areia, sob o comando firme dos instrutores. Lembro-me vagamente do instrutor Facitela.

Após o treino, tínhamos o tempo cronometrado para o banho, vestíamos roupa normal e tomávamos o matabicho: chá adoçado com “jam” e pão simples. Depois, seguíamos em grupo para a faculdade, por um atalho que levava cerca de 30 minutos a pé. Voltávamos para almoçar, estudávamos à tarde, jantávamos e encerrávamos o dia. As refeições eram confeccionadas no Self, e, ao domingo, havia um menu especial, com “pudins flan” como sobremesa. Durante a semana, a nossa salvação era a papa “Farivita”, que nos enchia o estômago.

Como era de Maputo, passava muitos fins-de-semana em casa, levando mantimentos para partilhar com colegas. Aos sábados de manhã, havia uma corrida de resistência até à Costa do Sol. Eu corria bem e os rapazes ficavam na expectativa de que as meninas desistissem, para eles desistirem depois.

Entretanto, nas obrigações do Centro, havia uma regra muito importante, que era o horário de chegada.

Quem se atrasasse, rastejava pela “Permanência” para evitar ser apanhado pelo instrutor Miguel.

Certa noite, três de nós (duas raparigas e um rapaz), com o apoio de um colega externo que tinha carro, fomos assistir a um jogo de basquetebol.

Ao regressarmos tarde, entrámos pela porta da parte lateral do salão, mas uma cadeira caiu com estrondo e, de repente, acenderam-se as luzes. Lá estava o director Alcido Nguenha que, de imediato, nos

sentenciou para não sairmos no final de semana seguinte, ficando a lavar pratos. Felizmente, nesse domingo, o director ia assistir a um jogo no Estádio da Machava. Aproveitámos, saímos e regressámos antes do jogo terminar, seguindo a transmissão do relato pela rádio. Nessa escapadinha, descobrimos um “tesouro” escondido: uma câmara de conservação cheia de pudins — comemos uns 15!

Uma verdadeira vitória!

Nos tempos livres havia prática de desporto e, como eu saltava de pára-quedas, aproveitava os fins-de-semana para essa actividade que me dava um enorme prazer.

Durante as férias, fizemos uma actividade de campo em Gaza. Fui destacada para Massavasse, uma terra seca, sem luz eléctrica. Cozinhávamos a lenha, dormíamos ao relento e à noite dançávamos e cantávamos à volta da fogueira. O objectivo era unir teoria e prática. Trabalhámos no plantio de cebola. No primeiro dia fomos de calças, mas caíamos frequentemente nos carreiros cheios de lodo. No dia seguinte decidimos ir de calções. As mulheres locais, vendo-nos assim, trouxeram capulanas para cobrirmos as pernas — não tínhamos ideia do significado cultural de tal gesto. Curiosamente, ver as mulheres com o peito à mostra não causava espanto, pois representava algo sagrado: a nutrição dos bebés. Um verdadeiro choque cultural entre cidade e campo.

Também fiz uma “fuga” não autorizada quando nasceu o meu primeiro sobrinho, em Quelimane. Foram apenas quatro dias e, felizmente, não houve consequências.

O ano de 1978 passou rapidamente. No fim do Propedêutico preenchemos um formulário com as três opções de cursos. A minha primeira escolha era Medicina. Desde cedo, envolvi-me com a área: trabalhava na secção de saúde da escola, empacotava Cloroquina para distribuir nas turmas, tirei vários cursos de primeiros socorros na Cruz Vermelha e pratiquei no banco de socorros do HCM. Por isso, foi com tristeza que vi o meu nome na lista de Veterinária — que foi a minha segunda opção.

Apesar da frustração inicial, abracei a profissão e hoje tenho orgulho pelo caminho que segui.

Licenciei-me em Medicina Veterinária na UEM e, aos 45 anos, concluí o Mestrado na Dinamarca.

O Centro 8 de Março deixou-me marcas profundas. Deu-me disciplina, espírito de partilha, gratidão e, sobretudo, ensinou-me a respeitar e a compreender as diferenças culturais e humanas.

Foi, sem dúvida, uma vivência marcante, cheia de histórias, aprendizagem e memórias que me acompanham até hoje.

DO SONHO À MISSÃO: UMA JORNADA DE ROSAS E ESPINHOS

Por: BALBINA JOEL DA CONCEIÇÃO MUTEMBA



Nasci a 7 de Setembro de 1957, em Xai-Xai, província de Gaza. Sou professora de formação, hoje reformada, da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde leccionei no Departamento de Matemática e Informática (DMI), Faculdade de Ciências.

Em 1977, estava no 2º ano dos Cursos Complementares, na Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva (actual Escola Comercial de Maputo). O meu sonho era fazer o curso de Gestão de Empresas, mas a realidade do País moldou o meu destino.

Nas escolas, muitos professores, a maioria portugueses, haviam abandonado a actividade docente por terem retornado a Portugal. Sentíamos que o futuro do País estava nas nossas mãos, e eu não hesitei em responder ao “Chamamento da Pátria”, proferido a 8 de Março, pelo Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique na altura.

A minha família sempre foi marcada pelo sentido de missão e pelo colectivismo. O meu avô, soldado condecorado na Segunda Guerra Mundial, ensinou-nos o valor do compromisso com a Pátria. Assim, os meus pais apoiaram a minha resposta à decisão superior de abraçar a docência e aceitaram que fosse trabalhar fora de Maputo.

No auge da revolução, em 1975, eu já havia dado o meu contributo no sector da Cultura, no grupo dinamizador do meu bairro, Unidade F da Matola. Foi através de uma vizinha que soube que a Escola Secundária da Matola enfrentava uma escassez de professores. Ela perguntou-me se não queria dar aulas de Matemática. Eu estava a frequentar o 2º ano dos cursos complementares da Escola Comercial e, no dia 20 de Junho de 1975, entrei pela primeira vez numa sala de aulas como professora.

Esse episódio influenciou a minha selecção para o Curso de Formação de Professores de Matemática durante a entrevista com os responsáveis do Ministério de Educação na altura, pois a minha experiência precoce pesou na decisão.

Não hesitei em abraçar esta causa. Já tinha experiência de ensino e sentia-me bem nesse papel. Nunca fui gestora de empresas, mas já tinha sido professora e sabia que podia fazer a diferença.

No Centro 8 de Março, onde vivemos durante um ano, fizemos “shot-kolia” [a preparação político-disciplinar, às primeiras horas da manhã, antes do sol raiar], marcha longa, dançámos mapiko, makwayela, zorre e tantas outras. Cantámos em Changana, Ndau, Macua, Maconde e outras línguas nacionais – éramos Moçambique, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico. Em camiões amarelos, vestidos de pingo-de-chuva, fomos até Chókwè, para a colheita de arroz.

Depois de um ano de formação, o meu primeiro destino foi a escola secundária de Malua, em Alto-Molócuè, na província da Zambézia. Ali, fui professora de Matemática, delegada de disciplina e assistente do internato. Depois, passei pelo Ciclo Preparatório de Quelimane, onde fui professora e Directora-Adjunta Pedagógica.

De regresso a Maputo, leccionei nas escolas secundárias Francisco Manyanga e Josina Machel, além do colégio Kitabu, onde fui coordenadora do 2º ciclo e da disciplina de Matemática.

No Instituto Médio Pedagógico (IMAP) de Maputo, fui professora, Directora Pedagógica e, mais tarde, Directora da instituição.

Finalmente, na UEM, leccionei diversas disciplinas de Matemática e fui chefe do Departamento de Exames de Admissão e da Comissão Científica do DMI.

Hoje, apesar de reformada, continuo a partilhar conhecimentos e experiência na Universidade Wutivi, no Belo Horizonte, onde sou docente e Directora da Faculdade de Economia e Ciências Empresariais. Olhando para o meu percurso académico e profissional, vejo uma caminhada rica e gratificante, apesar dos espinhos.

Não fui gestora de empresas, no entanto, não me arrependo do meu percurso e se tivesse que recomeçar, seguiria o mesmo caminho, com o mesmo empenho e dedicação. Foi uma caminhada cheia de desafios, mas também de conquistas.

Formei professores do Ensino Secundário no IMAP e, mais tarde, profissionais para várias áreas na UEM.

Fui para a Alemanha, onde me licenciiei em Matemática para o Ensino,

no Instituto Superior de Dresden. Depois, concluí mestrado em Ciências da Educação na Universidade de Witwatersrand, na África do Sul, e doutoramento em “Mathematics and Learning” na Universidade de Tecnologia de Luleå, na Suécia.

Conheci pessoas e muitos locais dentro e fora do País, cresci na carreira e, acima de tudo, fiz o que amo. Até porque foi no 8 de Março que conheci uma pessoa muito especial – o meu parceiro e companheiro de vida.

Hoje, olho para a Educação em Moçambique com muita dor. No nosso tempo, mesmo sem condições, cumpríamos o nosso dever. Agora, até as coisas mais simples, que não exigem muito dinheiro, deixam de ser feitas. A escola, que deveria ser a “base para o povo tomar o poder”, transformou-se num antro de corrupção, num foco de drogas e bebedeira.

Neste meu percurso, recordo-me da minha primeira viagem ao Alto-Molócuè. Fui num camião das Lojas do Povo. Chegados ao cume de uma montanha de Malua, o motorista apontou para um conjunto de luzes e disse que era ali onde eu iria trabalhar. Depois, apontou para outras, bem distantes, que disse serem da vila.

Toda senhora de mim, respondi-lhe que não era possível, que a minha escola deveria estar na vila, pois era uma escola secundária. Mas ele não desistiu, insistiu em tentar convencer-me. Dormi num hotel na vila e, na manhã seguinte, segui viagem com o Administrador do distrito, que ia orientar a abertura do ano lectivo na Escola Secundária de Malua. Quando cheguei, percebi que, afinal, o motorista tinha razão: a escola secundária ficava 10 km afastada da vila.

Lá, passei por experiências inesquecíveis. Viajei de comboio entre Quelimane e Mocuba, cuidando para que as fagulhas não queimassem a minha roupa. Subi e descí montanhas em machimbombos e camiões e vivi situações de risco, como quando um autocarro perdeu força e recuou até encostar numa frondosa mangueira. Felizmente, ninguém se feriu.

Hoje, continuo firme e pronta a contribuir para o País. Tenho a certeza de que muitos da minha geração também têm histórias valiosas para partilhar, se aqueles em posição de decisão tivessem a humildade de ouvir e valorizar a experiência acumulada ao longo dos anos.

“Heiss simamadju” - Aqui estamos, prontos para um novo chamamento. Ainda não é tempo para o “Mwili legueza”.

VERDADEIRO LABORATÓRIO DE VALORES MORAIS, DE INTEGRIDADE E DE PATRIOTISMO

Por: BARTOLOMEU PAULO



Quando chegou o “Chamamento da Pátria”, a 8 de Março de 1977, eu estava prestes a iniciar o 2º ano do curso complementar de Contabilidade na Escola Comercial de Maputo. No ano anterior, viera da província de Nampula, onde concluíra o 1º ano (10ª classe) e realizara o ensino primário e secundário.

Recordo-me de alguns colegas da Escola Comercial de Maputo, como Vicente Narotam, meu “irmão” inteligente, proveniente de Pemba, com quem simpatizei de imediato, pois ambos éramos “xingondos” [provenientes do norte do rio Save] na turma e partilhávamos a paixão pelo futebol de salão. Também me lembro de Júlio Dias, Eusébio e Eusébia, com quem convivi nas salas do último piso, onde funcionavam as turmas mais avançadas.

Foi a segunda vez que tive ocasião de ver, pessoalmente, o Presidente Samora Machel, durante a histórica reunião de 8 de Março, realizada no Pavilhão do Maxaquene. A primeira fora durante a sua passagem por Nampula, na emblemática marcha “Do Rovuma ao Maputo”, às vésperas da proclamação da independência do País, em 1975.

O anúncio da interrupção dos estudos para os alunos das 10ª e 11ª classes foi, para mim, um golpe duro. Os meus sonhos de seguir o curso de Economia, como continuidade da Contabilidade, desmoronaram-se. O impacto para os meus pais foi avassalador. Eu, ainda jovem, mal compreendia as implicações desse novo destino. Tudo o que sabia era que seríamos enviados para um centro distante do conforto familiar, convivendo com outros jovens de diferentes províncias, sem qualquer garantia sobre o futuro.

O nosso destino era incerto. A mensagem transmitida era clara: alguns seriam encaminhados para o Professorado, outros para o Exército, para o Partido, para o exterior do País ou para cursos seleccionados pelo Governo.

Nas semanas seguintes, fomos conduzidos para o Centro 8 de Março (antigo Seminário Pio X), localizado na Avenida Kim Il Sung, próximo

à Cadeia Civil. Com a chegada dos colegas das províncias, fomos organizados em grupos conforme as listas: Cursos Propedêuticos, Formação de Professores, Cursos Comercial e Industrial, Exército e Partido. Fui colocado no Curso Propedêutico de Letras. Apesar do contexto forçado, mantinha uma réstia de esperança, pois esse curso ainda poderia permitir-me seguir Economia. Tinha apenas 18 anos, como a maioria dos colegas, e sonhava em continuar os estudos, de acordo com os meus sonhos.

A adaptação à nova vida foi um verdadeiro choque. Tive de abandonar o calor familiar, o que foi um duro golpe para os meus pais e irmãos, com quem sempre vivera.

O nosso quotidiano transformou-se completamente. Passámos a vestir uniformes militares e a acordar às 5h00 da manhã, ao som dos apitos dos instrutores. Descíamos as escadas em corrida para o campo de futebol, onde realizávamos exercícios e marchas, alinhados por grupos.

No “shot-kolia” (preparação político-disciplinar, PPD), começávamos com a formatura para a chamada. Recordo-me, com humor, de um colega proveniente das zonas libertadas da FRELIMO, que se apresentou no primeiro dia vestindo um casaco formal, em vez do fato de treino. O instrutor militar olhou para ele e perguntou, com ironia:

— És o Kaunda?

Era uma alusão ao então presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, sempre bem apumado. A alcunha pegou, e, desde então, ele passou a ser conhecido como o Kaunda.

Após os treinos e as marchas, seguia-se o banho, o pequeno-almoço e, em seguida, embarcávamos nos camiões Scania, que nos transportavam para as respectivas faculdades e centros de formação. Com zelo e dedicação, adaptávamo-nos aos novos conteúdos, alinhados com as directrizes do Governo.

A mensagem presidencial era clara: “Não é o que tu queres, mas o que nós queremos!”

Nos momentos de lazer, praticávamos diversas modalidades desportivas, com destaque para futebol, basquetebol, voleibol e ténis de mesa. As actividades culturais também tinham grande importância.

Essa vivência conjunta fortaleceu o nosso espírito de unidade, solidariedade e irmandade, e até deu origem a alguns lares.

Entre os elementos que marcaram o Centro 8 de Março, destaco o jornal do povo, “Djeck Fudjista”, que relatava os acontecimentos mais significativos do nosso quotidiano [“Fudjista” refere-se a um indivíduo desertor, um desordeiro, que foge à disciplina numa organização, por exemplo de um centro, de um quartel; Djeck é um nome tal como Zé, John, etc.].

O jornal trazia, inclusive, algumas histórias insólitas da juventude, retratadas em banda desenhada, feitas pela Benedita Penicela. O nosso grande editor, Manuel Gaspar (o Legal), foi um pilar nesse projecto, trazendo humor e informação à nossa comunidade.

Após concluir o Curso Propedêutico de Letras, chegou a fase da escolha de opções. Priorizei os cursos de Economia, Geografia e História. Fui seleccionado para Geografia, concluindo o bacharelato em 1980 e a licenciatura em 1985, após a retomada dos cursos superiores.

Em Março de 1981, fui colocado na Direcção Nacional de Geografia e Cadastro, onde ocupei vários cargos, desde chefe de Repartição, Departamento e, mais tarde, Director Nacional Substituto.

Em 1987, concluí uma pós-graduação em Cadastro de Terras e Sistemas de Informação Geográfica no Reino Unido.

Em 1999, atingi a categoria de Especialista no Ministério da Agricultura.

Na DINAGECA, trabalhei durante 19 anos. Em 2000, através da mobilidade institucional, fui transferido para a Autoridade Tributária de Moçambique (Direcção Geral das Alfândegas), onde desempenhei diversas funções de gestão até à minha aposentação, em 2022, com a categoria de Assessor Tributário (Comissário Geral Aduaneiro).

Olhando para trás, reflicto sobre a experiência no Centro 8 de Março e percebo que foi um verdadeiro laboratório de valores morais, de integridade e de patriotismo. Estes princípios tornaram-se a base da minha formação, enquanto homem, educador e profissional.

Sou profundamente grato a todos os colegas da Geração 8 de Março pelos ensinamentos e pela partilha de momentos que até hoje nos unem.

Os encontros e convívios que temos vindo a realizar, regularmente, transportam-nos de volta a esses tempos, fazendo com que os longínquos anos de 1977 pareçam ter sido ontem.

Viva as nossas memórias!

8 DE MARÇO MOLDOU A MINHA VIDA

Por: MANUEL DA COSTA GASPAR



O dia 8 de Março de 1977 marcou um ponto de viragem na minha vida. Eu era um jovem estudante no Liceu Pero de Anaia (hoje Escola Secundária Samora Machel), na cidade da Beira, e tinha ambições de seguir a carreira de jurista.

Quando a medida do 8 de Março foi anunciada, vi nela uma espécie de tábua de salvação, ao ser encaminhado para o Propedêutico de Letras da UEM, algo que me satisfez. Para os meus pais, a notícia foi recebida com grande felicidade – afinal, eu teria a oportunidade de frequentar um curso superior.

A medida de 8 de Março foi decisiva no meu percurso e permitiu-me construir uma carreira que, de outra forma, talvez não tivesse sido possível.

Mas nem tudo foi fácil. Ainda me lembro bem dos momentos finais no Centro 8 de Março, quando o esgotamento físico e mental começou a pesar sobre muitos de nós.

Algumas noites, o que começou como uma brincadeira transformou-se num verdadeiro espectáculo de rebeldia: alunos do Grupo A – Propedêutico de Ciências – e do Grupo C – Propedêutico de Letras – atiravam garrafas do terraço para o campo de basquetebol, produzindo estrondos que ecoavam pelo “campus”.

A destruição tornou-se uma competição, e até mesmo alguns jovens menores de 15 anos, em trânsito para Cuba, juntaram-se à desordem.

Lembro-me de um episódio, em particular. Surpreendi um desses jovens a participar no caos e o avisei de que, no dia seguinte, iria levá-lo à direcção.

Na verdade, nunca o faria, pois sabia que os mais novos apenas imitavam os mais velhos. Mas o rapaz, astuto como poucos, aproveitou-se da situação e antecipou-se à minha eventual denúncia.

No dia seguinte, ao ver-me entrar no refeitório para o pequeno-almoço, virou-se para o director e exclamou:

— Estou há muito tempo na FRELIMO, mas nunca vi um indisciplinado como aquele!

E apontava para mim.

O episódio quase me custou o acesso à Universidade. Até hoje, nunca soube se acreditaram na versão do miúdo denunciante ou se eu já tinha acumulado suficientes atenuantes para que me dessem o benefício da dúvida.

Quero partilhar também um outro episódio que me foi contado por um dos protagonistas. Apesar de nada nos faltar, a altas horas da noite, por espírito de aventura, alguns colegas tinham por hábito “visitar” a câmara frigorífica para surripiar queijo e chouriço.

Tantas foram as vezes que o fizeram sem serem surpreendidos pela vigilância do Centro que, numa bela noite, a aventura teve um final diferente.

Já no interior do frigorífico, aperceberam-se da chegada de outro grupo com o mesmo propósito.

— Não podemos ser descobertos. Fecha a porta do frigorífico, vamos esconder-nos aqui dentro! – dissera o líder, na presunção de que aqueles não demorariam.

Nada disso. Eles também queriam o almejado queijo e chouriço. Abriam a porta silenciosamente, como era habitual, mas foram surpreendidos com a presença inesperada de colegas a gemer de tanto frio.

Quando estes saíram do frigorífico e reconheceram os salvadores, suspiraram de alívio, dizendo:

— Afinal, são vocês?!

Destaco ainda que, após concluir a minha formação, fui colocado na Comissão Nacional do Plano, mais precisamente na Direcção Nacional de Estatística (DNE), no Departamento de Demografia. Foi o início de uma jornada académica e profissional que me levaria mais longe do que alguma vez imaginei.

Em 1980, concluí o Bacharelato em Geografia na UEM e, no ano seguinte, fui para a Roménia, onde frequentei uma Pós-Graduação em População e Desenvolvimento, no Centro Demográfico das Nações Unidas.

Mais tarde, em 1989, terminei o Mestrado em Demografia na Universidade Federal de Minas Gerais, no Brasil, tornando-me o primeiro demógrafo moçambicano.

Ao longo do percurso, também participei em diversos cursos organizados pelo “Bureau of the Census”, dos EUA.

A minha carreira profissional foi construída com base nos conhecimentos adquiridos ao longo destes anos. Apliquei-os na DNE e no ensino da Demografia na Faculdade de Medicina da UEM.

Em 37 anos de serviço, ocupei vários cargos de direcção, entre os quais chefe do Departamento de Demografia, director nacional adjunto de Estatística e vice-presidente do Instituto Nacional de Estatística.

Hoje, olhando para trás, posso dizer que os meus objectivos foram largamente atingidos.

Sobre o 8 de Março, em particular, posso afirmar que aquele tempo foi determinante para o que sou hoje.

O 8 de Março não só definiu o meu percurso académico e profissional, como também moldou a minha resiliência.

Afinal, foi nesse período que aprendi que grandes mudanças nem sempre são fáceis, mas podem transformar as nossas vidas, de formas que, na altura, nem imaginámos.

O ESQUELETO INESPERADO

Por: MÁRIO JORGE RASSUL



Em finais de 1976 ou princípios de 1977, não me recordo exactamente, no Liceu João de Azevedo Coutinho, em Quelimane, recebemos uma “Delegação da Nação”, da qual fazia parte Graça Simbine, que mais tarde se tornou Machel.

Um dos objectivos da delegação era “convidar” jovens estudantes a ingressar no Exército moçambicano, em formação. Considerei seriamente essa possibilidade. Era, na nossa pequena cidade, conhecido pela minha dedicação à ginástica, formando uma “família” muito unida que dedicava grande parte do seu tempo a treinos no pavilhão do Banco de Moçambique (com certeza, alguns dos colegas de Quelimane ainda se recordam das nossas aulas de ginástica, com o João Aquino).

Ao jantar, decidi abordar os meus pais. Nessa altura, as refeições lá em casa eram aquilo que hoje peço aos meus netos: um “family time”. Depois da refeição propriamente dita, tínhamos espaço para conversa. Aproveitei a oportunidade e, de raspão, disse:

— Pai, no Liceu disseram que estão a convidar quem quiser para estudar fora, para fazer parte dos vários ramos do Exército. Estou a considerar... Estou a pensar em aceitar o convite. O que achas, pai?

Como era de esperar, a minha mãe reagiu de pronto:

— Estás maluco? Não ganhas juízo?

O meu pai, como sempre, simplesmente olhou para mim e, calmamente, disse:

— Conversamos depois. Mas queres mesmo continuar a estudar? Já pensaste que podes ir para Portugal?

De forma espaçada, conversei depois, em separado, com cada um dos meus pais. E, embora não tivessem proibido, percebi que seria desastroso para eles se continuasse com aquela intenção.

Percebi também que a família alargada (tios, essencialmente do lado materno) já não aceitava de bom grado algumas iniciativas, apelidadas de comunistas. Já cogitavam a possibilidade de sair de Moçambique. Assim, a vontade de ingressar não só se evaporou, como passei a ser totalmente avesso à tropa ou ao Exército. Já nem queria ouvir falar disso. E o tema ficou adormecido...

Como referi, estava no Liceu, em Quelimane, no sexto ano, quando foi anunciada a decisão de extinguir os 6º e 7º anos dos liceus. Naquele tempo, fruto da influência de duas professoras – Irmã Olinda, de Química, e Bela, de Biologia – Medicina era um provável destino, e Direito era outra possibilidade, devido aos longos debates na biblioteca municipal, o local de eleição para os finais de tarde. Um pouco de tudo acontecia naquele local: desde os namoricos de adolescentes, debates filosóficos e discussão das várias obras de leitura obrigatória, como as de Dale Carnegie ou *Os Mistérios do Universo*, de Robert Charroux.

Na sequência do discurso de 8 de Março de 1977, do Presidente Samora, os estudantes dos cursos complementares do Liceu e da Escola Técnica, da delegação de Quelimane, rumaram para a capital para construir a Pátria sonhada, respondendo ao “Chamamento” nacional.

A delegação masculina da Zambézia ficou alojada na residência universitária (R4), na Avenida Amílcar Cabral, e a feminina, na Residência Universitária R2, na Mao Tsé-Tung, em Maputo.

Enquanto ali estávamos, fomos submetidos a exames médicos no Hospital Militar para admissão ao serviço militar, num processo minucioso e rigoroso. Valia tudo para ser considerado “Não Apto”. Diziam que alguns de nós engoliam azeitonas inteiras. Verdade ou não, os exames eram realmente rigorosos, e apenas os mais aptos faziam o exame final, da cadeira, para admissão à Força Aérea.

O Inácio Pereira, colega e amigo também de Quelimane, foi considerado “não apto” por não conseguir dobrar totalmente o dedo mindinho. Terminei os exames antes das 11h00. Estava apreensivo e até preocupado por ter passado em todos os exames com relativa facilidade, pois a opção de carreira militar já era uma “não opção”.

Confesso que, à medida que as horas passavam, a minha angústia

aumentava. Nem sabia o que dizer aos meus pais.

Deixáramos de ter nome ao entrarmos no Hospital Militar – éramos apenas um número. Por volta das 13h00, fomos chamados para um corredor e, de imediato, foram dando o destino dos números. O meu não foi mencionado. Informaram-nos que “todos os números não mencionados ficariam a aguardar novas ordens”.

Não resisti e dei um grito de alegria. De imediato, arrependi-me, mas já era tarde.

— Qual é o teu número? Vamos rever a tua situação – disse o oficial militar.

Nada aconteceu. Soubemos mais tarde – verdade ou não – que as orientações eram para que apenas indivíduos de raça negra pudessem ingressar na carreira militar. Os colegas não negros, que já se encontravam em Boane, tinham regressado. Os que estavam no Hospital Militar, com mochilas prontas para embarcar, também não o fizeram.

Posteriormente, fomos convocados para entrevistas, das quais resultaria a nossa afectação. Manifestei a minha vontade de fazer Medicina, mas fui colocado no Curso de Formação de Professores de Biologia para as 5ª e 6ª classes.

Embora tivesse referido que não era essa a minha vontade, aceitei com naturalidade. Não fiquei abalado. Ao contrário de muitos colegas, que reagiram com revolta ou inquietação, encarei a situação com uma calma natural. O destino estava traçado: seria professor.

Recebemos ordens para ocupar o Seminário Pio X, que viria a ser designado “Centro 8 de Março”, e arrumar os quartos. Os nossos quartos seriam duplos. Eu e o Zé Tó decidimos ficar juntos. Ele também tinha sido afecto ao Curso de Professores de Biologia. Rapidamente, escolhemos a posição dos beliches e fomos à “caça de tesouros” nos vários gabinetes e laboratórios existentes.

Transportámos uma secretária, duas cadeiras e...um esqueleto do laboratório de Biologia. Este passou a ser o nosso cabide. Sempre fardado e com o seu bivaque bem colocado.

A vida no Centro começava a ganhar forma, com a chegada dos outros colegas, professores e da direcção. O dia-a-dia era regido por rotinas rígidas. Acordávamos cedo, ao som de apitos, pancadas ensurdecedoras nas portas e gritos para que fôssemos rapidamente para o pátio, para o “shot-kolia” [PPD, a Preparação Político-Disciplinar].

Fiz algumas sessões do “shot-kolia”, poucas. Depois, disse ao Zé Tó que não sairia mais do quarto. Pedi-lhe que dissesse que eu estava doente. O Zé Tó saía do quarto aos primeiros sons dos gritos. Os gritos nos corredores continuavam e as batidas nas portas estavam cada vez mais próximas. Eu ficava deitado, encoberto nos cobertores.

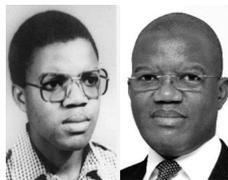
Mas um dia, de repente, um pontapé fez a porta do quarto quase sair dos gonzos. O instrutor entrou de rompante, aos gritos. E...deparou-se com o esqueleto, de bivaque bem colocado, a “sorrir” para ele. O salto de saída do quarto foi maior do que o grito de entrada. Desapareceu dali e nunca mais voltou.

Desde então, passei a dormir descansado, sem “shot-kolia”, sem colheita de arroz ou de tomate – apenas alguns jogos de basquetebol e algumas actividades prazerosas.

Fui professor durante cerca de 15 anos e depois segui um percurso rico e multifacetado, começando pela conclusão do curso de Biologia. Hoje, após mais de quatro décadas de trabalho intenso, olho para trás e vejo que cada escolha, mesmo aquelas que inicialmente pareceram imposições, moldou-me para ser o profissional que fui. O 8 de Março de 1977 deu-me as bases de construção de uma vida independente e de irreverência. Fui um professor exemplar, um biólogo apaixonado e um gestor rigoroso. Com sentimento de dever cumprido, pendurei, com tranquilidade, as chuteiras.

VIVAM AS NOSSAS MEMÓRIAS

Por: ARMINDO SAUL ATELELA NGUNGA



Nasci a 12 de Maio de 1962, em Chiconono, distrito de Muembe, província de Niassa.

Em 1977, estudava na Escola Industrial e Comercial Gungunhana, em Lichinga, prestes a ingressar no segundo ano do curso complementar de Contabilidade. O meu sonho era claro: queria ser economista.

Quando foi anunciada a decisão de 8 de Março, não senti um grande impacto imediato. Aos 16 anos, não sabia ao certo qual seria o meu futuro após concluir o Curso Comercial.

Sempre acreditei que, após a Independência, o Governo encontraria uma forma de garantir que eu continuasse a estudar Economia ou outra área que me permitisse um futuro sólido.

No entanto, o destino reservava-me um caminho diferente. Fui encaminhado para o Curso de Formação de Professores de Português, oferecido pela Faculdade Preparatória da Universidade Eduardo Mondlane. Fiquei chocado e confuso.

Tinha feito o Curso Geral de Administração e Comércio, com boas notas, e acreditava que o caminho natural seria trabalhar como contabilista ou, no mínimo, ensinar Contabilidade.

Além disso, após terminar a 9ª classe, em 1978, fui enviado para a Beira para um curso de capacitação de professores do Ensino Técnico. Tudo indicava que esse seria o meu rumo. Mas, de repente, vi-me numa nova realidade, longe do que tinha imaginado.

Quando regresssei da Beira para Lichinga, fui surpreendido com uma notícia que marcaria para sempre a minha vida: as colocações de nível nacional tinham sido divulgadas, e eu estava na lista dos que iriam para o Centro 8 de Março, em Maputo, na qualidade de estudante do Curso de Formação de Professores de Português.

Após a formação, fui colocado como professor de Língua Portuguesa na Escola Industrial e Comercial Gungunhana, acumulando a função de delegado de Língua Portuguesa na Comissão de Apoio Pedagógico Provincial (CAPP). Foi um período de grande crescimento e aprendizagem, que moldou a minha visão sobre o ensino e a formação de jovens moçambicanos.

Com o tempo, fui ampliando os meus horizontes académicos. Em 1997, concluí o doutoramento na Universidade da Califórnia, em Berkeley, EUA. Segui a carreira universitária e, em 2005, tornei-me Professor Catedrático.

O meu percurso levou-me a assumir várias responsabilidades de liderança, incluindo director de Faculdade, director do Centro de Estudos Africanos, Vice-Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, Secretário de Estado na Província de Cabo Delgado e presidente da Comissão Executiva da Agência do Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN).

Actualmente, já na reserva, continuo ligado à academia, orientando teses de doutoramento, publicando livros e artigos científicos na área da linguística e das línguas moçambicanas, e participando em eventos científicos nacionais e internacionais.

Passados quase 50 anos desde que fiz parte da Geração 8 de Março, tenho um sentimento profundo de missão cumprida. Orgulho-me do caminho que percorri e da contribuição que dei para o meu País.

Gostaria de prestar uma homenagem sincera aos combatentes da Geração 25 de Setembro, que sonharam e lutaram pela nossa Independência, muitos pagando com a própria vida.

Também rendo tributo aos colegas da Geração 8 de Março, tanto aos que já partiram como aos que, espalhados pelo País e pelo mundo, continuam a servir Moçambique.

Agradeço ao Almiro Lobo e ao Leandro Paul por esta excelente iniciativa de registar as nossas memórias e partilhar a história de uma geração que ajudou a moldar o País.

A todos, o meu forte abraço.

Vivam as nossas memórias!

8 DE MARÇO – HISTÓRIA DE PASSADOS

Por: CONCEIÇÃO [SÃO] LEITE



Porquê este título? Na verdade, discorrer sobre um acontecimento vivido há perto de 50 anos é regressar ao passado.

Só que, para falar do passado de há 50 anos, eu preciso de recuar ainda mais no tempo e recordar um passado ainda mais antigo...Mais à frente se perceberá porquê.

Os meus pais nasceram há perto de 100 anos, numa aldeia pobre, como a maioria das aldeias, em Portugal. Por muito que as duas guerras mundiais tivessem empobrecido a Europa, nas aldeias portuguesas a pobreza parecia endémica.

Ao meu pai coube-lhe a sorte de ter uns avós que lhe proporcionaram alguma fartura na barriga e nos estudos. Sorte diferente teve a minha mãe. Não passou fome, mas fartura era palavra que não existia no vocabulário da sua família. Viviam daquilo que a terra lhes dava e do que as capoeiras iam produzindo, tudo muito contado, tudo muito partilhado pela grande família.

Quando ela terminou a 3^a classe do ensino primário, o meu avô, à semelhança de muitos outros avós, determinou que ela não estudaria mais. Iria trabalhar na terra como os seus irmãos mais velhos e os mais novos que ainda estavam a crescer. Ainda nova, quem lidava com ela ouvia-a dizer: um dia, os filhos que eu tiver não irão trabalhar na terra! Serão engenheiros ou doutores! Trabalharei de dia e de noite, se preciso for, mas filho meu não terá os pés gelados e as mãos cheias de frieiras enfiados na terra.

A minha mãe terá vivido muitos anos com o trauma da infância encurtada pela saída precoce da escola e do trabalho duro do campo. Para os filhos, queria uma vida muito diferente.

A Moçambique chegaram no início da década de 50. O meu pai veio trabalhar para os CTT (Correios, Telégrafos e Telefones). Como qualquer outro funcionário público, ia saltitando pelo país (província, nesta altura) fora. Por isso, tenho cinco irmãos mais velhos: um irmão nascido aqui, outro ali, outro acolá... As razões para ir mudando de terra eram várias: um funcionário que ia de licença graciosa a Portugal,

onde ficaria no mínimo seis meses, um funcionário que se reformava, uma nova estação dos CTT que se abria...

Em finais de 1959, já eu estava a incubar na barriga da minha mãe, na cidade da Beira, mas a caminho de Portugal, onde os meus pais iriam de férias pela primeira vez desde que tinham chegado a Moçambique. E foi assim que também eu, tal como os meus pais, nasci no Norte de Portugal.

Quando tinha três meses, já estávamos de novo em Moçambique, desta vez em Porto Amélia (actual cidade de Pemba). Sou, por isso, uma mulher de dois nortes: no de Portugal eu nasci e no de Moçambique iniciei a minha vida africana.

Quando eu estava a terminar a 2ª classe do ensino primário, e o meu irmão mais velho a fazer os exames do 7º ano do liceu, estava a minha mãe a fazer o exame da 4ª classe para adultos. Ela tinha a vida dos filhos já alinhavada e achava que era o momento de fazer aquilo que sempre quis: trabalhar fora de casa. Sem a 4ª classe concluída, não teria essa possibilidade, e o sonho era maior que qualquer vergonha de voltar aos bancos da escola. Pouco depois ingressou também nos CTT.

Em finais de 1974 viemos para Lourenço Marques. Em 1975 dá-se a independência de Moçambique. Eu era menor. Mas queria ser moçambicana como os meus irmãos, e a saída de Moçambique era uma não hipótese. Choraminguei! E os pais consentiram em dar-me autorização para que eu pedisse para ficar moçambicana.

Graças a uma lei justa e muito bem feita, quem à data da Independência estivesse a viver em Moçambique há mais de metade dos seus anos poderia adquirir a nacionalidade moçambicana originária. E eu, com 15 anos de idade, vivia em Moçambique há exactamente 15 anos menos três meses.

E chegámos a 1977. Tal como muitos outros jovens que já tinham o 6º ano concluído no antigo Liceu Salazar (até Abril de 1974, depois Liceu 5 de Outubro e, finalmente, Escola Secundária Josina Machel), fui ao pavilhão do Maxaquene ouvir o nosso Presidente Samora.

Ao chegar a casa, não trazia certezas de nada: que formação ainda iria fazer? Quando é que ela começaria? Seria na universidade? Só o tempo iria trazer as respostas. Mas enquanto não trazia, a minha mãe era peremptória: com todos os teus irmãos já formados ou a acabar o curso, não será a minha filha mais nova que ficará sem ir à universidade. Se não te deixarem estudar, vais ter que ir para Portugal! Entretanto, o tempo começou a passar demasiado devagar e a

ansiedade a agigantar-se. Foram dias difíceis. Como todos sabemos, há sempre um amigo que tem um primo, que por sua vez tem um amigo que conhece alguém. E esse alguém era o chefe da comissão que distribuía os estudantes pelos cursos que estavam a ser decididos. E a mensagem que me chegou não era das melhores: os bons alunos a Matemática e Física não pensem que vão ser todos engenheiros e médicos. Precisamos de bons alunos nestas matérias para serem formados como professores e irem rapidamente dar aulas.

Até que um dia soube que os alunos seriam entrevistados antes da decisão final. A memória tem a capacidade de ir criando neblinas e, por isso, já não consigo descortinar se eu já conhecia a pessoa que me entrevistou: se seria um professor do liceu que, mesmo não me tendo dado aulas, eu teria conhecido entre o milhar de tarefas que íamos cumprindo, de acordo com o espírito revolucionário da época – onde se incluíam as famosas jornadas de limpeza em que deixávamos o liceu a brilhar – ou noutra qualquer tarefa. Ou seria ele um funcionário, cooperante, do Ministério da Educação? De nome Suzuki, a condizer com o formato dos olhos, a verdade é que ele me salvou a vida. Consigo recordar outros traços da sua fisionomia e o sotaque brasileiro como se o tivesse encontrado ontem: baixinho, de bigode preto, conversa simples e directa.

A minha também foi: professor, tem que me salvar! Se eu for escolhida para um Curso de Formação de Professores, para logo a seguir ir dar aulas, os meus pais mandam-me para Portugal. Tenho que ir para um Curso Propedêutico, para depois poder entrar na Universidade! Eu tenho irmãos engenheiros e gostava de seguir o curso de Engenharia Civil. O que ele terá escrito na sua folha de apontamentos, não sei, mas a verdade é que ingressei no grupo do Propedêutico de Ciências.

A ideia de ficar internada para fazer o Curso Propedêutico também não era pacífica. Porque não continuar a viver na casa dos pais? Numa ida ao Centro 8 de Março (ex-Seminário Pio X), desabafei com a senhora que estava a receber os alunos, também ela brasileira. Tentou ajudar-me: Diz à mamãe para vir cá visitar as instalações, para saber onde você vai dormir, vai comer, vai ter os seus colegas. Traga ela para cá! Nem pensar! Não passaria pela vergonha de ter de ir com a mãe ao internato. Eu, já com 17 anos feitos, sentia-me a maior adulta deste mundo e, tal como os outros, uma grande revolucionária, preparada para qualquer desafio.

Felizmente que, nesta altura, não se sabia que teríamos de usar fardamento militar, porque isso seria mais uma acha na fogueira que

eu não queria que ardesse mais. Houve alguma luta, mas dois ou três dias depois já eu dormia num quarto com dois beliches, com mais três colegas, que tinham também ingressado no Curso Propedêutico. O treino militar matinal não foi tarefa que eu apreciasse. Será que alguém gostou? Mas o convívio era permanente e saudável, e o treino militar passou à história.

Recordo os camiões verdes Scania, em que nos transportavam para os diversos locais onde teríamos aulas. Eu e mais uns quantos íamos para a Faculdade de Engenharia e Ciências para algumas disciplinas, e para outras íamos para a Faculdade de Agronomia. Esta memória só mantém a dos camiões, porque vários anos mais tarde, aquele que viria a ser o meu marido me disse:

– Não me digas que tu estavas naquele grupo de miúdas fardadas como se fossem militares, a subir e a descer dum Scania, na então Praça 7 de Março?

– Sim, eu estava nesse grupo, só que não descia. Eu ia para mais longe. Quem descia eram colegas de algum curso de professores que teriam aulas em salas do edifício imponente que ainda hoje lá está, e onde acontecem os grandes actos da UEM.

– Ainda bem que não te conheci nessa altura... não achava graça nenhuma a essas miúdas tão novas e tão fardadas.

No ano seguinte, entrei na Faculdade de Engenharia Civil, e uns anos depois terminei o curso e fiquei a dar aulas como assistente. Recordo que, no último ano da faculdade, éramos só dois alunos, ou seja, no último ano havia mais professores do que alunos. A mim foi-me dado o privilégio de escolher que ramo queria seguir (estruturas ou hidráulica), já que com dois alunos apenas não iriam abrir os dois ramos. Escolhi estruturas!

A questão da nacionalidade perseguiu-me mais uma vez. Casei em 1982 e, como o meu marido não era moçambicano, retiraram-me a nacionalidade. Era assim a lei desse tempo: mulher moçambicana que casasse com um estrangeiro perdia a nacionalidade. Mesmo naqueles casos em que os países de origem dos maridos levassem meses a dar a nacionalidade por casamento. Teoricamente, haveria quem pudesse ficar apátrida enquanto esperava que o país do marido concedesse a nacionalidade à mulher. Passei pelo processo tenebroso de pedir autorização de residência, tendo que ser sujeita a entrevistas por pessoas que me tratavam como se tivesse cometido um crime. Aguentei!

Um dia, era eu assistente na faculdade, e a colega que me dava muitas vezes boleia para casa disse:

– São, vai ao bar. Estão a vender ovos aos professores.

E lá fui eu a correr:

– Bom dia! Quero comprar ovos.

– A Sra. Engenheira já não é moçambicana. Já não lhos posso vender.

Tudo era igual antes e depois do casamento: ganhava o mesmo miserável salário, leccionava as mesmas disciplinas, mas a ovos – e a tudo o que viesse a estar disponível para vender aos professores – eu já não teria direito. Já vos referi que a memória cria neblinas. A verdade é que a cara do funcionário que me atendeu não tem neblinas à frente. Reconhecê-lo-ei em qualquer momento em que me cruze com ele! Também fiquei sem direito a muitas outras coisas, das quais a mais importante foi, sem dúvida, a um plano de formação a que o professor universitário moçambicano teria naturalmente direito. A lei acabou por ser revogada – e não poderia ser de outra forma – pois estava-se a cometer uma tremenda injustiça contra as mulheres da terra. Pudemos readquirir a nacionalidade moçambicana e transmiti-la aos filhos, mas muitas já teriam abandonado Moçambique sem terem tido a oportunidade de ficar na sua terra.

Fui Engenheira de projectos e fiscalizações. Fiscalizei obras que vão desde edifícios simples a aeroportos, escolas, tribunais, etc. Viajei muito pelo País e, por várias vezes, tive a oportunidade de trabalhar “em casa”, ou seja, em Cabo Delgado.

Hoje, a família alargada já tem dois filhos, uma nora, um genro e três netos deliciosos.

Estas experiências escritas, que eu e colegas aqui deixamos em jeito de memória futura, serão certamente histórias que os netos, um dia, irão ler e pensar: como a vida antigamente era tão diferente da nossa! Presentemente, gozo a minha reforma exactamente como a maioria dos colegas: cuidando da família, do meu jardim, convivendo com amigos e viajando quando posso!

Deixo uma pergunta desafiante a cada um dos colegas oitomarcistas: nós, transformados em pais, cinco, dez anos depois de sairmos do Centro 8 de Março, iríamos aceitar que o Estado tomasse decisões sobre a vida dos nossos filhos?

A minha resposta é NÃO.

Cada um terá a sua própria resposta.

OITOMARCISTA DE 1977

Por: RIBAS QUAMBE



No segundo dia do sexto mês do segundo quinquênio da década de cinquenta, nos subúrbios da cidade de eMalahleni (vulgo Witbank), na Província de Mpumalanga, nasceu um menino imediatamente designado Ribas. O mesmo nasce naquele local porque os progenitores encontravam-se lá, onde o pai, como clérigo, estava em missão da Igreja Metodista Episcopal – actualmente Igreja Metodista Unida.

No início da década de sessenta, ainda em missão clerical, os pais foram transferidos de eMalahleni para Moçambique, Província de Inhambane, distrito de Panda, posto administrativo de Mawayela. Mawayela foi a primeira violência humana desta peregrinação terrena, pois sair de Witbank, onde vivia numa casa convencional com água canalizada e electricidade, para uma aldeia recôndita, sem água corrente nem electricidade, nem rios ou riachos por perto – mas sim com lagos, lagoas e extensas planícies – foi um grande choque. Mawayela, embora pertença a Inhambane, está mais próxima de Gaza, por via de Mandhlakazi, ou mesmo do Zimbabué. Na altura, era comum partilhar as águas dos lagos com os animais selvagens, que pareciam inofensivos, pois os recursos naturais eram para toda a criação vivente. Foi um bom tempo também, sobretudo pela abundância de carne de caça.

Em 1965, na sequência de mais uma transferência do pai em missões clericais, novamente para eMalahleni, a mãe e os filhos movemo-nos para o distrito de Morrumbene, localidade de Mocoduene, aldeia de Matalalane. Matalalane é a aldeia de que sou oriundo, pois o facto da minha progenitora ter sido parturiente no estrangeiro foi um lapso do percurso. Os meus melhores tempos existenciais foram – e têm sido – em Matalalane. Fiz todo o ensino primário naquela aldeola e, em 1970, rumei para Lourenço Marques, outrora capital do Estado de Moçambique (designação reformista do regime colonial), agora Maputo, capital da República de Moçambique, para prosseguir com os estudos.

Estudei no Instituto Pedro Nunes, à altura pertencente à Igreja Metodista Unida, depois no Colégio Dom Bosco, pertencente à Igreja Católica; em seguida fui ao Colégio Irmãos Maristas e, por fim, matriculei-me na Escola Secundária Josina Machel, para o III Ciclo do Ensino Secundário.

Foi aqui que o memorável discurso de 8 de Março me intercepta e me captura para a designada alta e mais nobre missão da Pátria.

Na entrevista realizada na Escola Secundária Josina Machel, o entrevistador foi, para mim, um militante fanaticamente devotado, de quem bem me lembro, até do nome e das vestes do dia. Fi-lo saber que o meu sonho, longamente delineado, era cursar Física Nuclear. O meu entrevistador conseguiu, com poucas palavras, traumatizar-me, pois disse que o curso pretendido representava um autêntico belicismo. Argumentou falando da bomba atômica detonada em Hiroshima e Nagasaki. Fiquei sem chão, porque não encontrava relação entre o curso de Física Nuclear e as bombas nucleares lançadas contra as cidades japonesas, em 6 e 9 de Agosto de 1945, durante a II Guerra Mundial.

Acredito – e espero – que compreendam que, em 1977, não havia condições nem psico-somáticas, nem sociais, nem morais, nem espirituais, e muito menos ideológicas, para contrariar um militante forjado e temperado no combate ao imperialismo e aos lacaios que tencionavam perpetuar as ideias do jugo colonial. Para fugir de uma eventual e falsa conotação com o passado colonial, fiz-me facilmente convencido e aceitei ir para o Professorado, pedindo, entretanto, que não fosse nem História nem Geografia, mas sim Matemática ou Física.

Assim entrei no ex-Seminário Pio X, ora designado Centro 8 de Março, para fazer o Curso de Formação de Professores de Matemática para 5^a e 6^a Classes.

Feito o curso, em 1978, fui afecto à província de Nampula, cidade de Nampula, para dar aulas na Escola Secundária de Nampula. Na mesma altura, fui designado Delegado da Disciplina de Matemática nesta escola. Em Março do mesmo ano, fui indicado como Coordenador de Matemática na Comissão Provincial de Apoio Pedagógico – CPAP. Em Nampula, ocorreram três episódios interessantes de citar:

Primeiro episódio: Eu estava interessado em trabalhar nos distritos, isto é, ser afecto a uma escola rural ou semi-rural. Formalmente, dirigi-me a um responsável na Direcção Provincial da Educação, solicitando a minha afectação num distrito longe da capital provincial. A resposta foi: “Recebemos orientações da Nação para colocar o camarada Ribas aqui na capital provincial, porque a sua linguagem é aburguesada e não é acessível para crianças/alunos do meio rural.” Fiquei tonto e assustado e perguntei a mim mesmo: “Eu falo difícil?”

Segundo episódio: Fui enviado à Escola do Partido para uma formação político-ideológica, com o fim de ser candidatado a membro do glorioso Partido. Na altura da biografia, disse ser religioso cristão, o que o dirigente desgostou e disse: “Camarada Ribas, religião é superstição e obscurantismo. O Homem veio do macaco. Então, o camarada Ribas foi obrigado a praticar, pelo que não é religioso.”

Cometi a ousadia de contradizer o camarada secretário nos seguintes termos: “Sim, sou resultado de obscurantismo e superstição. O meu pai teve 11 irmãos e todos eles tiveram filhos, e nenhum deles era cristão, muçulmano, hindu ou budista. Todos eram ateus puros e nunca foram à escola, nem os filhos deles o fizeram. A religiosidade, a cristandade, o obscurantismo e a superstição assumidos pelos meus progenitores permitiram que eu tivesse educação e instrução e, hoje, transmito e partilho conhecimento com outros compatriotas, longe da minha aldeia”. Esta ousadia e/ou ‘imprudência’ (dependendo do ponto de vista) foi suficiente para ter a candidatura a membro do Partido literal e sumariamente rejeitada.

Em 1980, já a trabalhar na Escola Secundária Francisco Manyanga, uma brigada do Partido, ao nível do Comité da Cidade, reuniu com os professores do grupo de 8 de Março, em particular os que tinham estado nas províncias em 1978-1979 e retornaram a Maputo para prosseguir com os estudos. O objectivo era angariar membros para o Partido. Fiz questão de reportar o episódio de Nampula. O chefe da brigada mandatada disse que os novos estatutos do Partido já aceitavam cristãos. Agradei e lamentei não poder mais me candidatar, pois um dia os estatutos poderiam voltar a mudar e excluir-me novamente.

Terceiro episódio: Num belo sábado de Março de 1978, estava eu a participar num casamento de um jovem sobrinho (por afinidade, pois era sobrinho da mulher do meu primo de primeiro grau). De repente, e duma só assentada, entraram no local quatro moças. Entre elas, uma colocou-me numa situação vertiginosa; comecei a ver chalupas, isto é, barquinhos a navegar no espaço e nas nuvens. Perguntei ao meu colega quem era aquela peça. O meu colega não foi simpático; pelo contrário, assustou-me, dizendo que, caso tivesse intenções, era melhor esquecer. E eu, na brincadeira, ripostei: “Aquela escurinha vai ser minha!” Resultado: no segundo semestre do ano comercial de 1978 começou um namoro, passou para namoro e, em 1982, tive uma sogra, uma vez que, na brincadeira, contraí matrimónio com a caçula da minha sogra.

Percurso profissional e académico:

- Em 1980, retornei a Maputo para o Curso de Formação de Professores de Matemática e Física (10^a e 11^a classes), designado de Bacharelato de Ensino de Matemática e Física;
- Em 1982, trabalhei na Escola Secundária Francisco Manyanga, leccionando Matemática na 10^a e 11^a classes;
- De 1983 a 1993, trabalhei no Ministério da Educação, primeiro na Direcção Nacional de Formação de Quadros da Educação e depois na Direcção de Planificação;
- De 1988 a 1992, fiz a Licenciatura em Informática na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Ciências, Departamento de Matemática e Informática;
- De 1994 a 2022, fui docente de Matemática e cadeiras afins da Universidade Eduardo Mondlane, ora no BUSCEP, ora nas Faculdades de Arquitectura, Ciências, Engenharia, Agronomia e Engenharia Florestal, Medicina, Letras e Ciências Sociais;
- De 2003 a 2004, fiz o Mestrado em Educação Matemática na Universidade de Witswatersrand, em Joanesburgo, República da África do Sul;

- Em 2012, concluí o Doutorado em Educação Matemática na “Luleå University of Technology” – Reino da Suécia;
- Em 2022, passei à reforma no Estado e, de lá para cá, tenho colaborado com instituições de Ensino Superior como:
 - o Universidade Pedagógica – UP, no Doutorado em Educação em Ciências e Matemática;
 - o Universidade Metodista Unida de Moçambique de Cambine – UMUM, no Mestrado em Pedagogia e Didáctica;
 - o Universidade Joaquim Alberto Chissano – UJAC, nos cursos de graduação em Matemática e cadeiras afins; e
 - o Instituto Superior de Transportes e Comunicações – ISUTC, nos cursos de graduação em Matemática e cadeiras afins.

Em forma de conclusão:

Seja o que for que tenha acontecido como resultado das medidas de 8 de Março de 1977, há sonhos que realizei com sucesso, entre eles:

- Escolher uma cara-metade que me colocou feliz, e ainda não arrependido, pela decisão e proeza de com ela formar um lar duradouro e estável;
- Ter filhos moral e socialmente educados, espelhando os anseios dos progenitores;
- Estudar e obter o nível de doutoramento, título que augurava desde a infância;
- Ser feliz, compreendendo, ultrapassando e, conseqüentemente, vencendo as adversidades da vida.

8 DE MARÇO: A DATA QUE MARCOU A MUDANÇA DA MINHA VIDA



Por: LEONTINA SARMENTO DOS MUCHANGOS

Nasci a 18 de Setembro de 1959, em Netia, distrito do Monapo, província de Nampula. Fiz o ensino primário na Escola Primária do Rio Monapo e o ensino secundário na Escola Pêro da Covilhã, na Ilha de Moçambique.

Sempre sonhei ser economista e, para realizar este sonho, estudava na Escola Comercial e Industrial de Nampula, no curso complementar de Contabilidade e Administração. Nessa altura, apesar da minha menoridade, frequentava o curso nocturno, pelo facto de, em Nampula, haver falta de professores.

O nosso grupo de Nampula teve conhecimento das decisões do 8 de Março não pelo discurso proferido na rádio, mas numa reunião durante a qual fomos informados de que iríamos seguir, em breve, para Maputo, para sermos reorientados em novo processo de formação de quadros do País.

A minha maior surpresa foi saber que havia sido colocada no professorado, no Curso de História e Geografia, algo que estava muito longe dos meus propósitos e dos meus mais longínquos e profundos sonhos. Na altura, lembro-me de ter ficado muito desolada, pois vinha de um outro ramo de ensino, apesar de ter tido boas notas a Geografia.

Após um ano de formação em Maputo, tendo passado pelo Centro 8 de Março, fui colocada, de imediato, na então Escola Agrária de Fonte Boa, no distrito da Angónia, província de Tete, juntamente com um outro colega, professor de Matemática, Maurício Nhancolo, já falecido. Trabalhei lá dois anos e voltei a Maputo para prosseguir os meus estudos, tendo concluído o Bacharelato em Geografia, na UEM.

Finda esta fase, fui de novo colocada, desta vez na Escola de Formação de Professores Filipe Elijá Machava, que depois passou a chamar-se Instituto de Formação de Professores. Assim, tive o privilégio de formar professores do ensino secundário, para todo o País.

Anos depois, foi fundado o Instituto Superior Pedagógico, hoje Universidade Pedagógica, no qual obtive o grau de Licenciatura em Ensino de Geografia. Após isso, fui convidada para ser assistente na mesma instituição.

Como resultado da minha tese de licenciatura e por gostar de aceitar desafios, fui trabalhar, de seguida e durante nove anos, no então Centro de Formação Agrária e Desenvolvimento Rural, uma instituição de formação e investigação subordinada ao então Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Aqui obtive muita experiência, tendo sido exposta a muitos cursos organizados pela SADC e outras organizações internacionais.

Este tipo de experiências e o meu currículo na docência fizeram com que fosse contratada, via SNV – uma organização holandesa –, como Oficial de Formação do Fórum Mulher, uma rede de ONG moçambicanas em prol da mulher e igualdade do género. Aqui adquiri vasta experiência nas áreas de desenvolvimento rural, formação de adultos, integração da igualdade de género e empoderamento da mulher. O meu perfil académico e profissional levou a que fosse nomeada como primeira Directora Nacional da Mulher. Após isso, fui trabalhar numa agência internacional de cooperação, tendo, durante 10 anos, servido como especialista de género no CIDA – Canadá.

Após a minha reforma, e fruto do meu percurso laboral, passei a ser consultora, tendo realizado trabalhos para diferentes agências das Nações Unidas, bem como para ministérios e ONGs.

As orientações do 8 de Março impediram-me, efectivamente, de ser economista, como havia sido o sonho da minha infância, mas não me posso queixar, pois tive a sorte de fazer um mestrado na área de Desenvolvimento Agrário e de ter lidado com assuntos relativos ao desenvolvimento estratégico em diferentes áreas, que envolviam certas análises socioeconómicas.

Tive e tenho uma vida profissional rica e cheia de desafios que valeram a pena, pelo que não posso dizer que a colocação no 8 de Março tenha sido madrasta para mim. Antes, pelo contrário.

UMA JORNADA DE DETERMINAÇÃO

Por: ROSA COSTA



Assim como muitos colegas da nossa Geração, eu era apenas uma adolescente quando vivi um dos momentos mais marcantes da minha trajetória de vida: a nunca esquecida reunião com o Presidente Samora Machel, no Pavilhão de Desportos do Maxaquene, a 8 de Março de 1977. Naquela época, a efervescência revolucionária de Moçambique moldava o destino de muitos jovens e, eu, cheia de energia e esperança, seguia com entusiasmo as decisões que iriam definir o meu futuro.

Como muitos outros que foram orientados para as mais diversas áreas de formação, fui encaminhada para o Curso Propedêutico de Ciências. Naquele momento, não compreendia totalmente o impacto dessas decisões.

A chegada ao Centro 8 de Março foi, para mim, um verdadeiro choque. De repente, a minha vida passou a ser regida por horários rigorosos para acordar, fazer os treinos político-militares — um terror! —, comer e estudar. Era um mundo completamente diferente do que eu conhecia, primeiro em Nampula, onde os meus pais haviam residido, antes de serem transferidos para Maputo, em 1975, uns meses antes da Independência nacional.

Mas, apesar de me destacar academicamente, a disciplina de Matemática nunca foi o meu forte. Talvez por isso me tenha encantado por um colega que dominava a disciplina com maestria, permitindo-me relaxar um pouco, dado que ele me ajudava bastante nos trabalhos académicos.

Filha de um enfermeiro, sentia o peso da expectativa do meu pai: ele sempre sonhara que uma das cinco filhas, entre os nove irmãos, seria médica. Por isso, quando terminei o Propedêutico e fui colocada no curso de Veterinária, para grande surpresa e decepção dos meus pais,

eu própria não sabia como reagir. Nunca tinha imaginado seguir esse curso, pois a minha primeira opção sempre fora Medicina, e a segunda, Biologia. O meu avô materno, um criador de bovinos na Maluana, recebeu a notícia com cepticismo: “Eu sempre criei gado e nunca precisei de ir à escola. Para quê ir à universidade para depois cuidar de bois?”, disse ele na altura, o que me deixou ainda mais desmoralizada. Mas, com o tempo, fui-me acostumando à ideia e, quando começaram as aulas práticas, percebi que, afinal, até poderia gostar da profissão.

Aos 21 anos, terminei a faculdade e tive a oportunidade de leccionar, mas ainda estava marcada por um episódio anterior, quando fui impedida de ser monitora por não ser membro do Partido, o que me deixou bastante agastada.

Pura e simplesmente, não levantei a guia de afectação e fiquei em casa. Três meses depois, o então director da Unidade de Direcção de Carnes designou-me para ir trabalhar no distrito de Caia, na província de Sofala. Aqui fui bem acolhida pelo chefe da Unidade de Produção, que até me ofereceu uma moradia, junto à sua família, por achar que eu era muito nova para morar sozinha.

Mas a tranquilidade durou pouco. Certa noite, os pastores vieram avisar que os bandidos armados estavam nos currais. Numa fuga apressada, atravessámos o rio de batelão e seguimos para Quelimane, de onde apanhei um avião para a Beira.

Na capital da província de Sofala, trabalhei durante um ano na Empresa de Suínos, até ser transferida para a Empresa Pecuária de Nampula. Aqui vieram novos desafios. Certa noite, na Unidade de Produção em Ligúria, fui alertada pelo chefe da Unidade para não acender a luz do quarto, pois os bandidos estavam na outra margem do rio Ligúria.

De novo, levei os meus pertences e, na escuridão, fugi juntamente com dois veterinários cubanos que também trabalhavam na empresa. Só quando chegámos a Nampula, ao amanhecer, percebemos o quão, inadequadamente, estávamos vestidos — eu, de camisa de dormir e descalça, e os meus colegas cubanos sem camisa, apenas de calções.

Em Ribáuè, na província de Nampula, vivi algo semelhante. Sem que eu soubesse, depois do jantar, os meus colegas dormiam nas

machambas, por segurança. Mas, por ser a única mulher, não tiveram coragem de me informar, deixando-me sozinha na casa. Apesar destes perigos, eu ainda via certa emoção nessas aventuras que foram várias, dado eu ser ainda jovem.

Foi em 1984 que me casei com o tal colega matemático — Orlando Comé, que tanto admirara nos tempos do Propedêutico — e regresssei a Maputo, sendo colocada no Instituto de Veterinária.

Em 1993, tornei-me Directora Nacional e, em 1996, fui convidada para substituir o professor de Histologia e Anatomia Patológica que partira para estudos. Dei aulas em tempo parcial por mais de 25 anos e, hoje, olho com orgulho para a contribuição que deixei na formação de veterinários, incluindo cinco doutorados nas disciplinas que ajudei a fortalecer.

Esta é parte da minha história, numa geração forjada nos desafios e na resiliência: a Geração 8 de Março que, apesar das adversidades, construiu o seu futuro com coragem e determinação.

Tenho orgulho em ter feito parte dela.

A MAIOR “FUDJISTA” DO CENTRO

Por: NOÉMIA MATHOLO



Lembro-me como se fosse hoje: uma terça-feira aparentemente normal, 8 de Março de 1977. Eu e a minha irmã Raquel, alunas da Escola Secundária Josina Machel, seguíamos a nossa rotina, sem imaginar que aquele dia marcaria o início de uma mudança profunda nas nossas vidas.

A convocatória inesperada chegou cedo. O Ministério da Educação ordenava que os estudantes da nossa escola se dirigissem ao Pavilhão do Maxaquene, para uma reunião com a mais alta liderança do País. A notícia trouxe-me um arrepio na espinha: como poderia eu ir a um evento tão importante, sem que os meus pais soubessem de nada? Mas, sem tempo para hesitações, seguimos com os colegas. Pelo caminho, ficámos impressionadas ao ver que estudantes da Escola Comercial de Maputo também marchavam na mesma direcção. Quando chegámos ao pavilhão, deparámo-nos com um mar de jovens, trazidos em autocarros dos hoje TPM, de todas as escolas secundárias da cidade.

O que mais nos surpreendeu foi a presença de um grupo de mais de 100 jovens, vestidos com uma farda militar diferente de tudo o que já tínhamos visto. O casquete com uma lapela à frente e outra atrás, aliado à postura disciplinada, fez-nos perceber que estávamos perante algo novo e, para mim, assustador: “Será que deste encontro voltarei para casa?”, perguntava-me, inquieta.

A chegada do Presidente Samora Machel foi o sinal de que a reunião ia começar. Do seu discurso vibrante, soubemos que o País precisava de nós, os jovens. Tínhamos um papel fundamental na reconstrução da Nação, um conceito revolucionário com apenas um ano e nove meses após a Independência. Para ilustrar essa nova realidade, Samora Machel apresentou-nos os jovens fardados, vindos de todas as províncias, já integrados nesse movimento e alojados no Seminário São Pio X, bem próximo da minha casa. Desde então, passaram a ser parte do nosso dia-a-dia – a partir das madrugadas, os seus cânticos revolucionários ecoavam pelo bairro, acompanhados do som rítmico das suas corridas militares.

Dois desses jovens eram nossos conhecidos: o Jaime Santos e o Abdul Adamo, filhos de amigos dos nossos pais. Essa proximidade fez com que, pouco a pouco, a ideia de integrar o Centro 8 de Março deixasse de ser uma hipótese distante. Em 1978, chegou a minha vez.

O processo foi simples, quase burocrático. Fomos convocados à secretaria da Escola e, de lá, encaminhados ao Ministério da Educação, onde recebemos guias determinando os nossos destinos académicos. O meu: Curso Propedêutico de Letras, no Centro 8 de Março. Assim, sem perguntas, sem escolhas.

O problema? O Centro ficava a meros 600 metros da minha casa. Como poderia eu estar tão perto e, ao mesmo tempo, tão longe? A solução apareceu naturalmente: tornei-me numa das “fudjistas” mais notórias do Centro. Enquanto os outros alunos chegavam com malas cheias de roupas e pertences, eu levei apenas uma pasta com um sabonete, uma escova e umas peças de roupa interior – afinal, a minha casa estava ali ao lado.

O Centro 8 de Março tinha regras rígidas, quase militares. O dia começava às quatro da manhã, com o toque estridente de um apito. Em cinco minutos estávamos de pé, uniformizados, prontos para a Preparação Político-Disciplinar (PPD). Ou corríamos pelo bairro Sommerschild, entoando cânticos revolucionários, ou participávamos de formações no campo de futebol do Centro. A comida? Muito longe das refeições caseiras a que estava habituada. Às quartas-feiras e domingos, o “luxo” do bife com batatas fritas alegrava os estudantes, mas, nos restantes dias... massas, carapau e caril de amendoim eram o cardápio repetitivo.

Foi então que a minha rotina paralela começou. Antes das aulas, passava, discretamente, por casa para um bom pequeno-almoço. Ao regressar da faculdade, almoçava tranquilamente e passava o dia em família, só voltando ao Centro depois do toque de recolher. O problema era a entrada. Como os portões estavam sempre vigiados, tive de recorrer a métodos alternativos.

Primeiro, descobri que na Rua João de Barros havia um muro que podia ser transposto, saltando. Funcionou por um tempo, até os vigilantes perceberem e reforçarem a segurança. Depois, comecei a entrar pela cozinha – os trabalhadores, sabendo que a filha da directora do Centro de Saúde da Polana estava ali, faziam vista grossa. Uma noite, até me vieram avisar que os sentinelas estavam à minha espera, prontos para me apanhar. Foi então que arrisquei uma nova rota: pular o muro ao

lado da Capela e atravessar o pomar de laranjeiras. Foi um erro. O muro parecia pequeno visto de fora, mas, por dentro, era o dobro da altura. Na queda, lesionei o pé e fiquei incapacitada de andar. Com dores e sem conseguir levantar-me, arrastei-me pelo chão até ao portão, onde o meu colega Jaime Santos me esperava. Carregou-me às costas até ao dormitório. No dia seguinte, um pé enfaixado e descanso forçado.

Apesar das dificuldades, essa fase moldou a minha resiliência. Eventualmente, os responsáveis do Centro perceberam que os alunos de Maputo eram difíceis de gerir e permitiram-nos regressar às nossas casas.

Brincadeiras à parte, sobre a minha carreira académica: em 1979, o plano inicial de dois anos de Propedêutico de Letras foi alterado. Recebi a notificação de que deveria integrar o Curso de Formação de Professores de Inglês. Mas dar aulas? E ser enviada para longe dos meus pais? Nunca. Simplesmente não me apresentei.

Foi nesse período que o destino me surpreendeu. Um jovem charmoso, estiloso, chamado João Capistrano, cruzou o meu caminho. Mais tarde, tornou-se meu esposo e pai dos meus dois filhos.

A minha trajectória estudantil teve uma pausa, mas, anos depois, retomei os estudos, licenciando-me em História Política e Gestão Pública pela Universidade Pedagógica. No percurso profissional, passei por instituições como o Gabinete do Secretário de Estado da Região do Limpopo e Incomáti, a Secretaria de Estado de Hidráulica Agrícola, a SADC, o UNICEF e o PNUD, onde trabalhei em sectores estratégicos como Saúde e Informação.

A experiência mais marcante veio depois, quando integrei a equipa que implantou o conceito de Conservação das Espécies Selvagens em Moçambique. Durante 22 anos, fiz parte de um programa que definiu Áreas de Conservação Transfronteiriças, Marinhas e Terrestres, translocou animais, criou leis ambientais e transformou mais de 25% do território nacional em Área Protegida.

Hoje, reformada e realizada, olho para trás e vejo que tudo valeu a pena. Os desafios moldaram-me. Os erros ensinaram-me. Os encontros inesperados mudaram a minha vida. Tenho dois filhos bem-sucedidos, noras que são um orgulho e sete netos que são a minha adoração.

Se me perguntassem, naquela manhã de Março de 1977, se eu imaginava que a convocatória para o Pavilhão do Maxaquene mudaria o rumo da minha vida, eu teria rido.

Mas hoje, sei que aquele dia foi o início de tudo.

UMA VIDA MUITO LONGE DO PROFESSORADO



Por: CARLA [PICOLA] RUAS

Quando recebi o chamamento para o Centro 8 de Março, eu ainda estudava na Escola Secundária 25 de Setembro, anteriormente conhecida como Liceu João de Azevedo Coutinho, em Quelimane.

Confesso que não tenho memórias muito nítidas de como fui contactada, de como cheguei a Maputo ou mesmo dos meus primeiros dias no Centro 8 de Março. Talvez porque já se passaram muitos anos ou porque tomei um rumo de vida completamente diferente. Enquanto outros seguiram carreiras no professorado ou noutras áreas profissionais, eu tornei-me, acima de tudo, mãe e esposa.

Das recordações que guardo do Centro, há uma que jamais esquecerei: o reencontro com o nosso pai. A minha irmã gémea, Lina, que fazia o Curso de Formação de Professores de Língua Portuguesa, e eu encontrámo-nos com ele defronte ao Centro, no passeio, alguns meses após deixarmos Quelimane. Quando o avistámos, corremos para os seus braços, chorando de forma sentida. Não sei dizer se era pela saudade ou pela dor silenciosa de uma realidade completamente nova e desafiadora. Quem presenciasse a cena talvez pensasse que ele trazia a notícia de uma tragédia, mas não... as lágrimas eram o transbordar do peso da nossa nova vida. E não éramos as únicas. Nos quartos e corredores femininos, choros esporádicos eram frequentes. Muitas vezes, éramos chamadas a consolar colegas em crise ou a convencer aqueles que, na frustração e na dor, buscavam o terraço. Vi duas situações dessas de perto.

Antes do Centro, muitos de nós nunca tínhamos enfrentado responsabilidades como cuidar de uma casa. A minha irmã e eu, por exemplo, jamais tínhamos lavado roupa ou arrumado a casa. De repente, isso mudou drasticamente. No Centro, fazíamos tudo, e essa adaptação foi dura. Acordar cedo para marchar era igualmente desafiador. Hoje, percebo como essa experiência nos tornou independentes. Ter vivido na Europa, por exemplo, mostrou-me como sei cuidar de mim, da

minha casa e da minha família. Essa lição foi, talvez, uma das mais valiosas desse período.

Mas o Centro não era apenas trabalho árduo. Havia momentos de estudo, convivência em grupo, aventuras e, claro, castigos. Lembro-me de uma vez em que fomos a uma festa na casa do irmão de um colega e, ao regressar, tentámos entrar pela porta da frente, mas fomos surpreendidas pelos vigilantes. No dia seguinte, um domingo inteiro de arrancar ervas daninhas foi o castigo. Não foi a minha única penalidade. Outras vezes, tive de limpar o pomar ou ajudar na cozinha. A Lina, por sua vez, foi uma das que tiveram de correr na areia da praia como punição por travessuras da idade.

Houve momentos de risadas também. Um deles aconteceu numa manhã em que, às pressas para ir à formatura, a Sandra, minha colega de quarto, vestiu as calças do uniforme e acabou por tropeçar nelas, que eram longas demais. Enquanto isso, a Lina apareceu usando umas calças que pareciam bermudas, fruto de uma troca inadvertida. Risos foram inevitáveis.

Outro episódio foi a organização de uma peça teatral que criámos com muito entusiasmo, liderados pelo Jaime Santos [entretanto falecido]. Infelizmente, a apresentação foi cancelada pelo Director Alcido Nguenha, devido a uma queixa infundada de um vigilante. Apesar da frustração, ganhámos pelo aprendizado, representação e convívio.

A minha vida poderia ter seguido outros rumos. Fui indicada para frequentar o Propedêutico de Ciências e transferida para o Curso de Biologia. Entre os colegas, eu estava entre os três melhores alunos. Contudo, a decisão do Presidente Samora Machel de fechar a faculdade mudou tudo. Tive a opção de continuar os estudos na União Soviética, mas recusei por medo do desconhecido e por não ter a companhia de uma amiga próxima. Isso custou-me caro, incluindo a proibição temporária de estudar na Universidade Eduardo Mondlane.

Enquanto frequentava a faculdade de Biologia, fui convocada para cumprir o Serviço Militar Obrigatório. Quando me apresentei, perguntaram-me onde estava a minha bagagem para seguir para o centro de treino, que acredito ser na Moamba. Respondi prontamente que não iria. Eles insistiram que sim. Questionei a razão pela qual fui chamada, já que tinha direito ao adiamento. Disseram-me que

fui escolhida pela minha fotografia, pois aparentava preencher os requisitos para ser hospedeira nos voos do Presidente Samora Machel. Um deles, brincando – ou talvez não –, comentou que eu parecia tão refilona que, se encontrasse o Chefe, poderia acabar por me enforcar na primeira árvore disponível.

No dia seguinte, voltei com uma carta da Universidade e consegui o meu primeiro adiamento militar. Por um lado, fiquei aliviada e feliz com o adiamento. Por outro, não pude evitar pensar na oportunidade perdida de estar perto do Presidente e viajar por diversas partes do País e do mundo – uma época em que viajar exigia justificação e autorização formal. Para viagens domésticas, era necessário apresentar guias de marcha. Lembro-me da Dra. Luísa Vieira que, por duas vezes, foi ao Centro tratar de questões relacionadas com as minhas viagens para Quelimane.

Após o encerramento da Faculdade de Biologia, tive a chance de ingressar na Faculdade de Agronomia e Silvicultura, onde me formei em Engenharia Florestal. Fui destacada para Marracuene, para trabalhar no projecto de plantação de eucaliptos (Projecto FO2). Porém, a guerra civil chegou a Marracuene, Michafutene e Mucapana, áreas onde tínhamos plantações. O perigo era especialmente maior durante a noite. Vi carros ainda a fumegar, incendiados após o pôr do sol. Os nossos escritórios, inclusive, apresentavam marcas de balas, resultado de confrontos nocturnos. Por razões de segurança, passámos a adoptar um horário único, encerrando as actividades às 15h. Infelizmente, muitos conhecidos meus, que viviam ou trabalhavam na Manhiça, Magude e Palmeira e que cruzavam as estradas comigo, acabaram por ser mortalmente baleados.

Posteriormente, fui transferida para o Ministério da Agricultura, na Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia. Lá, actuei na avaliação de programas de actividades florestais em todo o País e fui responsável pela ligação com dois departamentos do Ministério para a Acção Ambiental (MICOA). Trabalhei em áreas como erosão, desertificação, estratégias para a conservação da biodiversidade e também na avaliação de impactos ambientais em projectos de grande porte. A minha função incluía destacar os efeitos sobre a cobertura florestal e propor medidas de mitigação relacionadas com o sector.

A minha carreira parecia promissora quando então... veio o casamento, e, com ele, uma mudança completa na minha trajectória profissional. O meu marido, que trabalhava para as Nações Unidas, levou-me em missões de serviço de um país a outro. Vivemos na Bélgica, Senegal, regressámos a Moçambique, depois Tanzânia, África do Sul, Lesotho, Jordânia, Guatemala, República Democrática do Congo e, novamente, Bélgica. Durante esse período, em grupos mistos ou de expatriados, envolvi-me em projectos de apoio a crianças com necessidades especiais, como deficiência visual, além de iniciativas para centros de acolhimento de crianças abandonadas. Também participei em trabalhos de cerâmica e artes plásticas, chegando a expor as minhas telas numa exposição colectiva na cidade de Kinshasa.

Antes, eu tinha uma carreira, mas vi-a a ser interrompida. Trabalhar tornou-se impossível devido às circunstâncias. Fiz cursos, estudei línguas, mas a vida profissional ficou em segundo plano. Tornei-me mãe, e quando a minha filha precisou de cinco cirurgias ao cérebro, tudo o resto perdeu relevância. Nem sequer consegui concluir a redacção da minha dissertação de mestrado em Gestão de Recursos Naturais.

Frequentemente, pergunto-me como teria sido se tivesse seguido um caminho diferente. E se tivesse insistido na minha carreira? Se não tivesse cedido às circunstâncias? Mas aprendi que a vida não é feita apenas de escolhas – é também moldada por momentos que nos são impostos. Ainda assim, nunca me arrependi do que aprendi no Centro.

O 8 de Março foi uma escola rigorosa, mas transformadora. Foi lá que comecei a explorar realidades diferentes, convivendo com colegas vindos de várias províncias, filhos de combatentes de Ribáuè, de expatriados de países como o Chile e Roménia. Tivemos professores de diferentes nacionalidades, e essas interacções moldaram a minha capacidade de adaptação e convivência em ambientes diversos. Mais tarde, a minha experiência de vida reforçou uma importante lição: o ser humano é único, independentemente de raça, religião, estatuto ou cultura.

Hoje, com os meus três filhos, estou de volta a Maputo, ao lado da minha grande família. Não sei por quanto tempo ainda permanecerei em Moçambique, mas o que importa é desfrutar o que a minha terra tem de melhor para oferecer. Apesar das interrupções na minha carreira, ela não chegou ao fim. Ainda há tempo para recomeçar, independentemente dos termos.

NÃO ESCOLHI OS CAMINHOS, MAS APRENDI A FAZER DELES A MINHA ESTRADA



Por: LUCAS JUNQUEIRO

Nasci em Inhassunge, na província da Zambézia, no distante ano de 1955, mas nos registos oficiais sou de 1960. Um truque do meu pai, para garantir que eu estudasse ao lado dos “meninos” da minha idade.

O nome que me deram à nascença, Junqueiro Lúcio Sulude, recebeu um acréscimo na missão de Nossa Senhora da Assunção, onde fiz a 4ª classe em 1968. O padre superior, Eduardo Victório Guastedisgne, decidiu que eu precisava de um nome cristão. Assim, tornei-me Lucas.

Em 1977, ainda estudante do 6º ano no Liceu João de Azevedo Coutinho, em Quelimane, assisti, através da rádio, ao histórico discurso do Presidente Samora Machel. Naquele momento, não sabia que a minha vida tomaria um rumo que eu próprio não escolheria. Integrado numa delegação numerosa da Zambézia, fui seleccionado para o Curso de Formação de Professores, na então Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane. A ironia da vida é que, apesar de ter sido também submetido à inspecção militar para ingressar na Força Aérea, fui rejeitado... Disseram-me que não tinha os pés curvos. Até hoje continuo sem perceber o significado disto.

Tornei-me professor e, confesso, fiquei abalado. Na minha cabeça de jovem, ser professor parecia pouco. No entanto, em 1978, terminei o curso intensivo e fui colocado, sem escolha, na Escola Secundária de Chibuto, na província de Gaza. Um ano mais tarde, já era Director Adjunto Pedagógico. O destino tinha-me empurrado para esta profissão e, mesmo sem a desejar, eu cumpria o meu papel.

A ironia continuava a traçar o meu caminho. Em 1968, era eu um menino, lembro-me de que a minha família recebia cartas da penitenciária de Mabalane, onde o meu pai estava detido, na altura. Agora, eu estava em Gaza, a poucos quilómetros daquele lugar de sofrimento,

carregando a memória de um passado que não escolhi. Nessa altura, sentia que a minha vida também se assemelhava a uma prisão.

A minha vontade era de estar em Maputo ou, quem sabe, seguir para Tete, mas os ventos não sopravam a meu favor.

Ainda assim, avancei. Depois de dois anos de ensino em Chibuto, regresssei ao Centro 8 de Março e fui integrado na Faculdade de Educação, onde concluí o Bacharelato em Ensino de História e Geografia.

Ainda assim, ser professor continuava a não me agradar. Mas os professores Aniceto dos Muchangos e Manuel Araújo seguraram-me naquele caminho, e sou-lhes eternamente grato por isso.

Com o diploma na mão, fui colocado na Direcção Nacional de Ensino Técnico, no Ministério da Educação, onde permaneci de 1982 a 1984. Fui depois enviado para a Escola Pré-Universitária de Nwachicolane, em Chókwe, onde trabalhei até 1987.

O desejo de crescer falou mais alto e voltei para fazer a licenciatura no Instituto Superior Pedagógico. Formei-me em 1991 e regresssei ao Ministério da Educação, agora na Inspeção Nacional.

Mas o coração, às vezes, pesa mais do que a carreira. Por razões passionais, pedi transferência para o Instituto Médio Pedagógico de Nam-pula, onde leccionei até 1996. A vida surpreendeu-me novamente, e fui escolhido para um curso de Gestão de Estabelecimentos Públicos de Ensino, na Universidade Católica, Pólo de Viseu, em Portugal.

Ao regressar, fui colocado no Instituto de Magistério Primário de Quelimane, onde permaneci até 2002. Aqui, destaquei-me como o 2º melhor gestor do País, ao lado de Matola, o primeiro classificado. Esta distinção abriu-me portas para um curso de curta duração na prestigiada Harvard University, em Boston.

O destino, contudo, continuava a moldar os meus passos. De 2003 a 2006, fui nomeado Director Provincial de Juventude e Desportos, mas recusei ser Inspector-Geral da área, o que me deixou quatro meses sem trabalhar. No ano seguinte, regresssei à docência na Escola Pré-Universitária 25 de Setembro, em Quelimane. Em 2008, tornei-me Director do Instituto de Formação de Professores de Alto-Molócuè, onde permaneci até 2012.

Mas a política também me chamou, e aceitei o desafio de ser Primeiro Secretário do Comité Provincial do Partido FRELIMO na Zambézia. Quando o mandato terminou, regressei ao Ministério da Educação como Inspector.

A vida profissional e a pessoal nem sempre caminham lado a lado. Por amor à minha companheira, que não queria permanecer em Maputo, pedi transferência para Nampula. Fui colocado no Instituto de Formação de Professores de Monapo, onde ainda me encontro como gestor.

Olhando para trás, vejo uma trajetória marcada por imposições, desafios e adaptações.

O jovem que via ser professor como algo “pouco” acabou por se tornar um dos gestores educacionais destacados do País.

Não escolhi todos os caminhos que percorri, mas aprendi a fazer deles a minha estrada.

PROFESSORADO: A PROFISSÃO QUE ABRACEI

Por: ANA MARIA [NOCA] FERNANDES



Semente de Quelimane, mas nascida em Lourenço Marques (Maputo), por ser filha de “primeira viagem”, a minha mãe veio dar à luz na sua terra natal para ter o apoio e o aconchego da família materna e paterna, uma vez que era a primeira neta de ambas as famílias.

Assim, fui crescendo entre idas e voltas a Quelimane, Inhaminga, Beira, Inhambane e Maputo, pois o meu pai era funcionário público da antiga Fazenda, hoje Ministério das Finanças.

Em 1977, estudava na Escola Josina Machel, na 8^a classe, e ainda não sabia ao certo o que queria ser quando terminasse o ensino geral.

Em 1978, estava na 9^a classe quando recebemos, na sala de aulas, uma brigada do Ministério da Educação, que nos veio entrevistar para que escolhêssemos o curso que gostaríamos de seguir. Na altura, lembro-me como se fosse hoje, disse ao senhor que me entrevistou que queria terminar o ensino geral (o 11^o ano) e depois abraçar a carreira de professora. Estava galvanizada pelas palavras do Presidente Samora Machel. Queria dar o meu contributo ao “Chamamento da Pátria”.

No fim desse ano, quando saíram as pautas com os resultados dos exames, fiquei convencida de que iria continuar os meus estudos na Francisco Manyanga (10^o e 11^o anos), uma vez que tinha passado com boas notas. Engano meu. Fui encaminhada para o Curso de Formação de Professores de Português para a 7^a, 8^a e 9^a classes, na Universidade Eduardo Mondlane.

Uma vez que vivia em Maputo, não precisei de ficar internada no Centro 8 de Março. A minha turma era composta por aqueles que tinham feito o Curso de Formação de Professores para a 5^a e 6^a classes e por nós, “os novatos”, que vínhamos do ensino geral ou técnico (basicamente do ensino comercial). Foi o início de uma aprendizagem e crescimento intelectual e pessoal.

Em 1979, ano em que entrei para a Universidade Eduardo Mondlane, tive de fazer as Actividades de Julho (AJUs) em Chimoio, no Instituto Médio Agrário (IMA), a contragosto. Levámos dois dias para lá chegar. Pernoitámos na Maxixe e depois tivemos de descer no Inchope. Lá, apanhámos outro autocarro que ia para Machipanda, mas que passava por Chimoio. Chegámos ao destino muito tarde.

Os pais da minha companheira de viagem viviam em Chimoio e ela ia de férias a casa. Quando o autocarro parou para descermos, os pais estavam à sua espera. Depois de me ter apresentado, dirigi-me ao grupo que ia para o IMA.

Prestes a alcançar o grupo, ouvi a minha companheira a chamar-me, vindo com a mãe. Convidaram-me para ficar na casa da família durante todo o tempo das AJUs.

Chimoio, cidade fria naquela época do ano, mas o aconchego daquela família, as risadas com os irmãos dela, as festas, que eram quase diárias, em casa de amigos e familiares, os jantares sempre bem compostos e as conversas, dia sim, dia não, com os meus pais ao telefone, fizeram encurtar as saudades e a distância de casa.

No dia seguinte à nossa chegada, o irmão mais velho da minha companheira de viagem levou-me ao IMA para que me apresentasse, pois tinha uma guia que precisava de ser carimbada quando terminassem as AJUs. Foi assim que conheci Chimoio e criei laços que perduram até hoje.

Após terminar o curso, recebi uma guia de marcha que indicava que me deveria apresentar na Direcção Provincial de Educação de Inhambane para ser colocada numa das escolas desta província. A guia dizia ainda (a vermelho) que ficaria apenas dois anos.

Foi uma viagem longa, com muitas paragens e uma avaria na carreira da ROMOS. Todos os jovens recém-formados estavam cheios de sonhos, mas um pouco assustados com a incerteza. Iam viver no lar dos professores, o que não foi o meu caso. Os meus pais decidiram falar com uma família amiga em Inhambane, que me recebeu como uma filha.

Aos 19 anos, fui colocada na Escola Industrial e Comercial Samora Machel, acumulando a função de chefe de disciplina e delegada de

Língua Portuguesa na Comissão de Apoio Pedagógico Provincial.

Dois anos depois, regressei a Maputo, onde fui colocada na Escola Industrial e Comercial 1º de Maio. O objectivo era continuar os meus estudos.

Entretanto, casei-me e, já mãe de um rapaz de alguns meses, em 1986, o Ministério da Educação autorizou-me a continuar os estudos no Instituto Superior Pedagógico, hoje Universidade Pedagógica, na Faculdade de Línguas, no curso de Português, onde fiz a minha licenciatura.

No 4º ano do curso, fui convidada para ser monitora e, depois, leitora da cadeira de Técnicas de Expressão. Após a defesa, passei a assistente estagiária de Didáctica de Línguas e de Psicolinguística.

Em 1995, decidi trabalhar para a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) como professora de Português para estrangeiros. Durante os 23 anos que estive na USAID, tive a oportunidade de fazer várias formações ligadas à área da Língua Inglesa, tornando-me, assim, responsável pela revisão linguística e tradução de todos os documentos oficiais da missão.

Aprendi que a vida é cheia de desafios e que temos de estar sempre abertos e prontos para os enfrentar, de modo a alcançarmos aquilo que queremos.

A MINHA AFECTAÇÃO

Por: MARIA DE LURDES [MILÚ] ARAÚJO



Poucos dias depois daquela reunião no Pavilhão do Maxaquene, com o Presidente Samora Machel, fui entrevistada por Lourenço do Rosário e um outro senhor chamado Rogério Cipriano, um nome que, mais tarde, descobri estar ligado aos serviços de segurança (SNASP). A entrevista decorreu no então Liceu 5 de Outubro, antigo Liceu Salazar, hoje Escola Secundária Josina Machel.

Naquela altura, eu era ainda menor e nem sequer tinha adquirido a nacionalidade moçambicana. Foi-me dito, sem muitas alternativas, que iria para o Curso Propedêutico de Ciências, para depois continuar os estudos fora de Moçambique.

Mas eu tinha outros planos. Queria ficar, pertencer, fazer parte da construção desta nação. A minha família preparava-se para ir para Portugal, mas eu não me via a viver longe de Moçambique.

Sempre me envolvi na causa moçambicana. Aos 15 anos, já dava aulas de alfabetização a adultos, participava activamente no grupo dinamizador da escola e no bairro. Sem família por cá, sabia que precisava de encontrar o meu próprio caminho, e a forma mais rápida de garantir a minha independência económica e obter a nacionalidade moçambicana era pela via do ensino. Foi assim que, a meu pedido, fui afecta ao Curso de Formação de Professores de Matemática.

Quando nós, residentes em Maputo, chegámos ao Centro 8 de Março, muitos colegas das províncias já lá estavam. Foram eles que tornaram aquele espaço acolhedor. O meu quarto e a casa de banho estavam impecáveis. Os quartos das meninas tinham até casa de banho privativa e um pequeno “hall” de entrada onde podíamos estudar.

Apesar das dificuldades que o País atravessava, considero que tínhamos boas condições. Já tinha vivido em lares antes e sabia o que era a vida comunitária. Para mim, aquilo era um privilégio. E, ao contrário de alguns colegas que se sentiam forçados a seguir um rumo que não escolheram, eu sentia-me feliz. Fiz amigos de todo o País, conheci realidades que antes me eram desconhecidas.

Havia desafios, claro. O treino militar nunca foi o meu forte – marchar, então, era um desastre! Eu estava sempre desalinhada, sem ritmo, e as crises de asma serviam de desculpa perfeita para escapar a alguns treinos.

Mas, no geral, éramos bem tratados. Houve até momentos curiosos: numa reunião, queixámo-nos da falta de ferros de engomar e, no dia seguinte, cada quarto recebeu um. Também foi definido um valor mensal para cada aluno, o que ajudou a reduzir as diferenças sociais entre nós.

Quando terminei a formação, em Janeiro de 1978, fui destacada para a Escola Secundária de Cambine, em Inhambane. Na altura, disseram-me que era uma escola exemplar, vencedora da Emulação Socialista. Mas quando lá cheguei... foi um choque!

Depois de uma longa viagem e 15 km a pé, atribuíram-me uma casa lindíssima por fora... mas completamente vazia por dentro. Sem móveis, sem esteira para dormir, sem casa de banho e infestada de pulgas de galinha. Simplesmente, não podia ficar ali.

Foi então que os colegas sugeriram que eu dormisse na casa dos professores homens. Não tive qualquer problema com isso, nem eles, penso eu. Rapidamente nos tornámos uma espécie de família improvisada.

A alimentação era monótona: xima e verduras, ao pequeno-almoço, almoço e jantar. A minha solução? Muito limão e piripíri para tornar a comida minimamente saborosa. A minha grande sorte foi um casal de idosos, vizinhos meus, que me acolhiam aos domingos para um almoço especial – ainda que fosse sempre verdura. Um dia, serviram-me vondo (um pequeno roedor), mas recusei. Nos domingos seguintes, percebi que não fazia sentido negar a única proteína disponível e acabei por aprender a gostar, sobretudo grelhado no carvão.

Cambine trouxe-me realidades duras. Alunos castigados ao ponto de desmaiar, meninas que saíam dos quartos dos professores contra a sua vontade, a igreja local a ser alvo de ataques por parte da direcção da escola. Tentei denunciar, mas nada mudou. Pelo contrário, senti represálias.

A melhor coisa que me aconteceu foi a minha transferência para a cidade de Inhambane.

Na Escola Secundária Emília Daússe, finalmente encontrei um am-

biente saudável. Ensinar ali foi um prazer. Fiz amigos para a vida e, mais importante ainda, foi ali que conheci o amor da minha vida – o meu embondeiro, como carinhosamente lhe chamava. Para ele, eu era o seu raio de sol.

Quando resolvemos casar, como era natural naquela altura, pois ele era membro do Conselho Provincial de Inhambane, o meu actual marido, foi informar o governador que ia casar em Maputo. O governador mandou sair o secretário que assistia ao encontro, tirou um papel da secretária e informou-o que tinha informação da Segurança de que ele andava a namorar com uma “menininha” da escola. Segundo o meu marido, teve de conter o riso e explicou-lhe que essa “menininha” era professora e a mesma pessoa com quem ia casar em Maputo. Riram os dois e ficou tudo resolvido.

A gravidez não foi fácil, o que me levou a pedir para ficar mais um ano em Inhambane, ao invés dos dois inicialmente previstos. Quando, finalmente, decidi regressar a Maputo para retomar os estudos na UEM, recebi a guia de marcha para...o Ministério da Educação (MINED).

Fui, então, informada no MINED, que ficaria na Direcção de Planificação, no serviço de estatística. Passei cinco anos presa a uma secretária, lidando com relatórios de guerra que descreviam destruição e sofrimento. Foram anos pesados.

Só consegui sair, alegando uma “alergia ao papel” (que, sejamos francos, foi mais uma desculpa do que uma realidade). Fui, então, transferida para a Escola da Maxaquene e, anos depois, para o Colégio Delta, onde fiquei até a minha filha mais nova terminar a universidade.

Em 1999, eu e o meu marido fundámos uma empresa de projectos de Arquitectura. Mesmo enquanto dava aulas, sempre o ajudei com pequenos trabalhos. Mas quando deixei o Ensino, dediquei-me completamente à empresa. Fiz formações em medições e orçamentos, controlo financeiro de obras e, claro, tratei da burocracia da nossa empresa.

Foi através deste trabalho que conheci Moçambique de ponta a ponta. Uma experiência enriquecedora, que poucos tiveram a sorte de viver.

Ao longo dos anos, enfrentei desafios, fiz escolhas difíceis e vivi experiências marcantes. Mas se me perguntarem se voltaria a tomar as mesmas decisões?

A resposta é SIM. Apenas limaria algumas arestas.

TENTANDO PRESERVAR A UTOPIA DE QUE TODAS AS CRIANÇAS MERECEM UMA VIDA COM AMOR



Por: BÓIA EFRAIME JÚNIOR

E escrever sobre o impacto do 8 de Março de 1977 na minha vida é um convite a reviver memórias de uma época na qual era adolescente, usando agora os filtros que fui adquirindo nos 48 anos que permeiam estes dois momentos. Tentar encontrar em mim a criança que era naquela altura e o que, porventura, teria sido.

Os meus sonhos, antes da Independência de Moçambique, eram de concluir o 7º ano e estudar Medicina ou Direito. Os meus sonhos eram de não participar na guerra colonial ou, no mínimo, não participar como soldado, mas sim como oficial. Queria ajudar a curar doenças e proteger a vida. Queria lutar pela justiça, num mundo colonial, injusto e racializado.

A Independência chegou inesperada para mim e forçou-me a refazer os meus planos. Já não precisava de me preocupar com a guerra colonial. Como uma criança preta, podia orgulhar-me da minha raça outrora discriminada. Como cristão, que acreditava ser na altura, já não precisava de esperar pela morte para ir para o paraíso. A FRELIMO prometia um Moçambique justo: “Povo no Poder”, “Fazer da Escola uma base para o Povo tomar o Poder”, “O poder dos Operários e Camponeses”.

“Não é o que eu quero, mas é o que nós queremos.” O 8 de Março de 1977 encontra-me perdido, numa busca de refazer os meus planos de vida. Os meus pais, provavelmente mais desorientados do que eu, pouca ajuda me podiam dar naqueles momentos de mudança e turbulência.

Com a 9ª classe incompleta, fui destacado para trabalhar na Comissão Nacional de Abastecimento. Poucas memórias guardo desse tempo, ainda que os jornais me recordem da criação das famosas “Cooperativas de Consumo”, dos cartões de abastecimento, mas também de algo que

se tornaria marcante: os problemas que Moçambique tinha eram sempre fruto de sabotagem externa, algo que não conseguia aceitar plenamente, pois me colocava na condição de mero objecto, sem vontade própria, sem controlo sobre os meus destinos. Aliás, ir para a Comissão Nacional de Abastecimento também não havia sido uma decisão minha, nem me fora dada alternativa de escolha. Eu, porém, aceitara, querendo ser um bom “camarada”. Primeiro cumprir as ordens e depois questionar. Um “depois” que era melhor, por mim, adiado por medo das consequências. Afinal, havia só um “nós”, os revolucionários, e os “outros” eram reaccionários. Para os “outros” reservava-se os campos de reeducação.

Um ano depois, foi extinta a Comissão Nacional de Abastecimento, e alguns “quadros” foram com Aranda da Silva para o Ministério do Comércio e outros com Jacinto Veloso para criar o Serviço Nacional de Segurança do Estado. Nenhuma das alternativas encontrava eco em mim e sentia que ambas me afastariam dos meus sonhos de continuar a estudar. Tinha também apenas 17 anos de idade e decidi usar isso como argumento para solicitar autorização para continuar os meus estudos. Provavelmente, nenhum dos chefes sentiu a minha falta nas novas equipas que queriam formar.

Assim, voltei à Escola Secundária Francisco Manyanga, de onde saíra e, posteriormente, pedi transferência para a Josina Machel, ambas em Maputo, onde concluí a 9ª classe. Enquanto isso, ajudava a produzir o programa “Juventude e Revolução”, da Organização da Juventude Moçambicana (OJM), todos os sábados, na Rádio Moçambique.

Novamente, a vontade do Ministério da Educação prevaleceu: Moçambique precisava de professores, e eu fui enviado para o Curso de Formação de Professores de Língua Portuguesa para as 7ª, 8ª e 9ª classes, e não para continuar a estudar a 10ª e 11ª classes. Na minha turma da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) estavam também alguns colegas que já tinham frequentado, em 1977, o Curso de Professores para a 5ª e 6ª classes, e muitos outros de quem guardo excelentes recordações e gratidão eterna pelo acolhimento, camaradagem e irmandade partilhados.

Concluída a formação, gostaria de ter ficado na Universidade Eduardo Mondlane e dedicar-me ao estudo da Linguística das línguas Bantu,

mas fui destacado para dar aulas na Escola da Amizade, na então República Democrática Alemã (RDA). Além de dar aulas, fui nomeado co-director pedagógico, secretário da OJM e aceitei como candidato do Partido FRELIMO.

A Escola da Amizade era uma versão mais moderna das Escolas da FRELIMO durante o tempo da Luta Armada de Libertação Nacional: 700 rapazes e 200 raparigas, de 12 a 14 anos de idade, vivendo no internato da escola, iriam formar-se como operários especializados para assim participar nos desafios da “Década de Combate ao Subdesenvolvimento” e regressar a Moçambique como mecânicos de camiões IFA, especialistas para teares — enfim, os operários que, formados num país socialista, serviriam de elo entre outros moçambicanos, aspirantes a serem operários, e os engenheiros da RDA, os “cooperantes” que ajudariam a transformar Moçambique.

Gostei de viver na RDA. Desconhecia a história industrial daquele país antes da 2ª Guerra Mundial, e tudo o que me era dado a ver — um país sem desemprego, onde um emprego condigno, uma habitação aquecida, espaços de lazer, excelentes serviços de educação e saúde — eram direitos adquiridos para todos. As reclamações sobre a liberdade de expressão passavam-me despercebidas ou simplesmente as ignorava. Afinal, no meu País, não era diferente. O que restava da utopia de cristão em mim fazia-me querer acreditar que, afinal, poderia haver paraíso na Terra e, se houvesse, então seria o Socialismo.

Devia ser representante do Partido FRELIMO, um partido que pouco conhecia, porta-voz do Ministério da Educação, com o qual apenas privara através da sua imponente fachada externa, irmão mais velho e professor de crianças moçambicanas, provenientes de todas as províncias do extenso Moçambique. País rico na sua diversidade e culturas, que eu mal conhecia.

Tinha 21 anos em 1982, quando cheguei à RDA. Sabia, na altura, que ficaria lá apenas dois anos e que voltaria à UEM para completar o Curso de Professores para as 10ª e 11ª classes e reencontrar os meus colegas da caminhada na UEM e, quiçá, depois, poder dedicar-me à Linguística das Línguas Bantu. O sonho de estudar Medicina ou Direito

esvanecia diariamente. A moçambicanidade floria e queria contribuir para maior valorização das línguas e culturas de Moçambique.

Os dois anos na RDA tornaram-se três. Os pedidos para cumprir a promessa de ficar apenas dois anos a dar aulas e depois continuar os meus estudos caíam em ouvidos moucos ou eram respondidos com a máxima: “Não é o que tu queres, mas aquilo que nós queremos.” Eu, porém, já me achava no direito, por mérito próprio, de ser incluído no “nós”. O pedido era ignorado e a resposta, muitas vezes, ameaçadora. Marcelino dos Santos, por exemplo, respondia dizendo que nós éramos privilegiados por estarmos na Alemanha e não na Linha da Frente, combatendo os bandidos armados da RENAMO. Havia uma intimidação implícita: a possibilidade de perder os privilégios de viver na Alemanha e acordar nas matas como soldados.

Assim, os dois anos iniciais acabaram sendo quase cinco anos, pois o calendário lectivo na Alemanha inicia-se no Verão, em Julho/Agosto.

De regresso a Moçambique, em 1986, aceitei a nomeação como director da escola onde estudara, a Josina Machel, na esperança de poder retomar rapidamente os meus estudos. A introdução da Lei 4/80, que pagava aos funcionários públicos com base nas suas habilitações literárias, criava um incómodo adicional e uma sensação de injustiça, por um lado, mas, por outro, também o sentimento de ter travado boas lutas pela construção da jovem República moçambicana, numa profissão nobre e privilegiada. Poder dar aulas às crianças, acreditar que os conhecimentos e valores que lhes transmitia lhes seriam úteis num futuro que eu desconhecia.

Em 1986, era impossível não ser afectado pelos efeitos da guerra que se desenrolava em Moçambique, e que acabou por se saldar em um milhão de pessoas mortas, para as quais ainda estamos por fazer um monumento que as honre e recorde as suas vidas. Talvez desse número façam parte alguns alunos da Josina Machel que foram raptados na zona do bairro Costa do Sol. Um sentimento de impotência tirou-me o chão. A impossibilidade de proteger aquelas crianças, que eu acreditava estarem sob a minha alçada como adulto, como professor de Língua Portuguesa e como director da escola.

Em 1987, consegui finalmente uma bolsa de estudos, de novo para a RDA, desta vez para cursar Psicologia. Entretanto, o Muro de Berlim caiu em 1989 e, com ele, veio uma força redobrada para continuar a lutar pelos meus sonhos. Não mais como médico ou jurista, mas como professor e psicólogo, como alguém marcado pela sua própria singularidade, implicando-me com ela e decidindo eu próprio o que fazer com ela. Afinal, era a minha história de vida. Uma criança a quem a vida exigira que, prematuramente, se tornasse adulta. Um adulto que mantinha viva em si esta criança sonhadora, num mundo onde as necessidades da revolução e da independência exigiam escolhas coletivas. Esta decisão levou-me a buscar a minha singularidade, através da formação em Psicanálise, de um doutoramento em Psicologia, e a trabalhar com crianças ex-soldados e com crianças sobreviventes de violência sexual em Moçambique.

Talvez tenha sido uma tentativa de proteger outras crianças, para lidar com a minha impotência de não ter conseguido proteger os meus sonhos como criança. Talvez tentando preservar a utopia de que todas as crianças merecem uma vida com amor, com protecção dos adultos, com acesso à saúde e educação, à alimentação, e a sonhar e realizar futuros promissores.

Serem, afinal, as flores que nunca murcham, onde os problemas não vêm sempre de fora, do Outro, mas em que somos todos Sujeitos deste jardim que deveria ser Moçambique, e que a Escola seja, de facto, uma base para o Povo tomar o poder e ascender à paz, amor e prosperidade — e que a minha contribuição como professor tenha sido útil.

Afinal, é possível curar outros sem se ser médico e lutar pela justiça social sem se ser jurista.

APRENDI QUE O IMPOSSÍVEL É, NA VERDADE, APENAS DIFÍCIL

Por: MARIA DO CARMO CARRILHO



Fui uma das duas seleccionadas do Liceu em Pemba para continuar os estudos em Maputo, ingressando no Centro 8 de Março, em 1978. O nome do Centro carregava simbolismo, pois representava o esforço de formação de jovens moçambicanos num período de grandes transformações no País.

Lembro-me bem da preparação político-disciplinar (PPD). Todos os dias, às 5h30 da manhã, vestíamos a farda militar e seguíamos para o campo para os exercícios. Para mim, os comandos em Swahili não eram novidade, pois já os conhecia do norte do País, o que facilitava a adaptação. Mas, no que dizia respeito à corrida, a história era outra. Posicionava-me à frente do grupo no início, mas, aos poucos, ia ficando para trás, até que, ao dobrar a esquina da Avenida Kenneth Kaunda, desistia silenciosamente e voltava para o Centro 8 de Março, quase em último lugar. No tempo frio, encontrar desculpas para escapar à PPD era quase um ritual.

Passei apenas um ano no Centro. Depois das aulas, antes de regressar, costumava parar na casa de um familiar para almoçar. Quando estava de serviço na permanência e havia boa comida, repetia o prato sem hesitação. Ao contrário de muitas colegas, tive a sorte de contar com o apoio da família em Maputo, o que tornou a adaptação mais fácil.

Entrei para o Propedêutico de Ciências, com o sonho de seguir Medicina ou Geologia, mas fui afectada à Medicina Veterinária. Ao concluir o curso, fui colocada no Ministério da Agricultura, onde assumi a missão de estruturar um departamento do zero e angariar fundos para apoiar o desenvolvimento da Piscicultura em Moçambique.

O trabalho levou-me ao Chókwè, na província de Gaza, onde, além das funções técnicas, acumulava responsabilidades no departamento re-

cém-criado. Ao longo dos anos, participei em formações dentro e fora do País, incluindo um mestrado em Aquacultura.

Fui responsável por gerir e implementar projectos financiados por organismos internacionais, como o 4K-MONAP (apoiado pelos países nórdicos ASDI/Suécia) e o ALCOM (um programa da FAO com fundos suecos, que actuava na região da SADC).

O ALCOM focava-se no apoio ao sector familiar, promovendo a Piscicultura integrada com a Agropecuária e a introdução de peixes em massas de águas interiores. Mais tarde, trabalhei no Programa MARRP, da GTZ (Cooperação Técnica Alemã), assessorando iniciativas nas áreas de Piscicultura, Pesca e Apicultura, sempre com o objectivo de fortalecer o sector familiar na província de Manica.

Foram anos de intenso trabalho, viagens e descobertas. Passei por países da SADC, pela Bélgica, China, Dinamarca, Egipto, Escócia, França, Quénia, Noruega, Itália e Espanha, onde concluí o meu doutoramento em Produção Animal.

Tive a oportunidade de formar extensionistas, técnicos de nível médio, básico e camponeses de contacto em técnicas de Piscicultura. Lecionei também na Faculdade de Veterinária da Universidade Eduardo Mondlane, em regime de part-time, parte de uma disciplina relacionada com a Piscicultura e no Departamento de Ciências Biológicas a cadeira de Aquacultura.

O meu percurso profissional não foi imune às adversidades. Durante a guerra, vivi momentos marcantes que ainda ecoam na minha memória.

No Chókwè, um obus caiu num dos tanques piscícolas, obrigando-nos a passar a noite escondidos nos canais de regadio. Quando técnicos estrangeiros foram evacuados de avião, recusei-me a partir, tornando-me a única técnica superior moçambicana que permaneceu no local.

Numa outra ocasião, tive de recorrer a um camião de combustível para viajar clandestinamente até Maputo, pois a boleia de helicóptero prometida nunca se concretizou. O risco era alto, mas a urgência de apresentar uma proposta de projecto era maior. A operação

resultou na atribuição de um veículo 4x4, para eu poder continuar as deslocações em segurança.

Testemunhei os horrores da guerra. Vi um autocarro atacado e incendiado na berma da estrada, ainda fumegante. Em Manica, liderava visitas de consultores a zonas perigosas, onde o trabalho prosseguia apesar do conflito. As deslocações eram controladas, com restrições de horário e rotas obrigatórias para evitar minas terrestres.

Certa vez, ao regressar de uma dessas zonas de alto risco, informei um consultor da FAO que ele não poderia reportar a visita, pois estava proibido de entrar em áreas de conflito. A revelação gerou desconforto e rendeu-me um sério raspanete do chefe do projecto em Harare, Zimbabwe.

Depois de Manica, regressei ao Ministério da Agricultura, em Maputo, onde desenvolvi actividades nas áreas de sanidade e produção animal. Fui depois afectada na Direcção de Ciências Animais (DCA, antigo INIVE), actuando na área de qualidade laboratorial. Reformei-me ao atingir o tempo máximo permitido na função pública, depois de mais de 35 anos de serviço.

Olho para trás e sinto que foi um privilégio ter contribuído para o desenvolvimento do nosso País nas áreas em que fui alocada. Fiz amizades que perduram até hoje, espalhadas pelos cinco continentes. Vivi intensamente, apesar das restrições impostas pelos conflitos militares, que deixaram cicatrizes emocionais e, em certa medida, físicas.

Os desafios foram muitos, mas também foram lições. Aprendi que o impossível é, na verdade, apenas difícil. E isso nunca me impediu de seguir em frente. Sou grata por todas as oportunidades que tive. O trabalho e a família foram as minhas prioridades, e nunca me arrependi das escolhas que fiz.

CHAMAMENTO DA PÁTRIA E A CONSTRUÇÃO DE UM LEGADO

Por: MARIA ÂNGELA PENICELA NYAMBIHU



Chamo-me Maria Ângela Penicela Nyambihu, mas durante muitos anos fui conhecida, profissionalmente, como Ângela Kane, sobrenome que herdei do meu casamento.

Nasci a 28 de Fevereiro de 1958, na cidade da Maxixe, província de Inhambane, e faço parte da chamada Geração 8 de Março, um grupo de jovens moçambicanos que, em 1977, foi convocado a servir o País num momento crucial da sua História.

Cresci com a ambição de ser médica. O meu pai, conhecendo bem as minhas habilidades, aconselhou-me a seguir Letras, pois era nessa área que eu me destacava. Mas, teimosa como sempre fui, escolhi o caminho das Ciências exactas. A Matemática e a Física acabaram por me derrotar no 6º Ano dos Liceus, em 1976, concretizando o presságio do meu pai.

Foi nesse contexto que, a 8 de Março de 1977, surgiu a medida que mudaria a minha vida e a de muitos outros jovens moçambicanos. Quando ouvi a notícia, senti uma mistura de apreensão e curiosidade. O que nos esperava? Como seria este novo desafio?

Fui encaminhada para o Curso de Formação de Professores de História e Geografia para o Ensino Secundário. Confesso que nunca havia pensado em ser professora, apesar de ser filha de um docente. Mas, ao chegar ao Centro 8 de Março, percebi que a experiência ia muito para além da formação académica.

A nossa rotina era militarizada. Acordávamos às 4 horas da manhã ao som do apito, participávamos em treinos político-disciplinares e, depois do pequeno-almoço, trepávamos nos camiões Scania Vabis que nos levavam à Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde tínhamos aulas. Ao fim do dia, ainda tínhamos tarefas comunitárias e revisão das matérias.

Vivíamos o princípio da unidade na diversidade, lado a lado com jovens de diferentes partes do País, todos imbuídos de um espírito de missão.

Depois da formação, fui colocada como professora de História e Geografia da 5ª e 6ª classes, na Escola Secundária Josina Machel, em Maputo. Durante oito anos, dediquei-me ao ensino, mas, em 1986, iniciei uma nova fase na minha vida profissional, colocando o meu saber ao serviço de diversas instituições do Estado, um caminho que só terminaria em 2016, com a minha aposentação na Autoridade Tributária de Moçambique.

Destaco, entre as minhas experiências mais marcantes, a minha nomeação como a primeira Directora Nacional do Património Cultural, em 2000. Nesta posição, tive a honra de liderar a equipa que preparou a candidatura da Timbila Chopi a Bem do Património Oral e Imaterial da Humanidade, reconhecida pela UNESCO, em 2005.

Percorri vários sectores, da Educação à Cultura, passando pelas Relações Internacionais e Diplomacia, e culminando nas Finanças Públicas, sempre ligada à formação. Trabalhei com projectos estratégicos, implementei reformas e tive o privilégio de ajudar a moldar políticas que ainda hoje impactam o País.

Olhando para trás, sinto orgulho e gratidão. Ao longo de 38 anos de serviço público, respondi ao “Chamamento da Pátria”, aquele mesmo que, em 1977, o saudoso Presidente Samora Machel fez ecoar por todo o País. Formei gerações, contribuí na liderança da preservação do património cultural material e imaterial e participei em momentos decisivos da construção de Moçambique.

Apesar de tudo, guardo comigo alguma tristeza. Muitos dos valores pelos quais lutámos foram esquecidos ou deturpados. Na área da Educação, por exemplo, lembro-me que, com poucos recursos e sem tecnologia avançada, produzíamos materiais de ensino de altíssima qualidade no Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE). Infelizmente, nos dias que correm, com melhores condições de trabalho, o panorama deixa muito a desejar!

DO CIMENTO E ASFALTO ÀS MONTANHAS E FRIO

Por: MÁRIO LEONEL HERMÍNIO MENDES



“Não é o que eu quero, o que tu queres, o que ele quer: é o que nós queremos”!

Foi com um misto de sentimentos de curiosidade, desconhecimento e receio do real alcance desta frase que começou a minha história de “Chamamento da Pátria”, a partir do Pavilhão do Maxaquene (ou ainda Sporting?), no dia 8 de Março de 1977. Eu, jovem imberbe de 15 anos, na altura a frequentar a 8ª classe do Curso Geral de Administração e Comércio, por ter sido aluno brilhante e, quase que invariavelmente, do Quadro de Honra — sobretudo na Primária (modéstia à parte) — tinha altos planos (melhor dizendo, meus pais tinham): cursar Direito, Economia ou outra cadeira ligada às disciplinas da Escola Comercial e/ou — já fora do meu curso — Arqueologia (sonho carregado desde petiz).

Já no Pavilhão, e julgando, inocentemente, que iria “escapar”, por não estar directamente abrangido pela medida de suspensão dos 6º e 7º anos, dei por mim a ouvir, observar e a “sofrer” pela minha irmã São e demais colegas e amigos — não poucos deles, ainda que por breves momentos, a chorarem ou a reprimirem as lágrimas: uns por “emoção positiva”, outros por incredulidade e/ou frustração, e outros até por autêntico desespero! Mas era a Revolução em marcha e, no final do encontro histórico com o Presidente Machel — e grande parte pelo jeito especial dele, pela retórica convincente, pelo didactismo ao explicar os motivos pelos quais tinha de ser assim — senti que ele tinha alcançado, com sucesso, os objectivos do “Chamamento da Pátria”, e grande parte dos jovens daquela época saiu dali firmemente decidida a acatar a decisão e entregar-se de corpo e alma a “segurar”, literalmente, o País!

No meu caso, logo após o término da 9ª classe, e contra todas as previsões — e a minha vontade, é claro — fui afecto ao Curso de Formação de Professores de História das 5ª e 6ª classes, da extinta Faculdade

Preparatória da UEM. Conclusão: do Curso Comercial para História, simplesmente porque a minha média final em História foi altíssima... e lá fui eu enfrentar o famoso e temido (para muitos) Mr. Suzuki! Este, contra todos os meus argumentos factuais, protagonizou a “proeza” de, pela necessidade urgente de quadros na Educação, pela Revolução e pelo Povo, “obrigar” um desesperado e pobre gaguinho a ser professor...! Não tive alternativa e lá fui eu para a formação de professores.

E como, em 1979, os estudantes residentes em Maputo não iam para o Centro 8 de Março como internos, foi só pela necessidade de estudo, trabalhos em grupo, criação de novas amizades e namoricos de ocasião... que frequentei inúmeras vezes o Centro. Perdão, já antes o visitara para encontrar-me com a minha irmã Irene.

Após a conclusão do 1º ano, e diante de três opções a escolher (e já bem sopesadas por mim) na colocação para começar a exercer o professorado, calhou-me a terceira: Tete!

Uma vez mais o tiro saiu-me pela culatra: convencido de que iria trabalhar em Tete-cidade, onde o meu irmão — falecido recentemente — estava muito bem colocado no Governo Provincial, e também onde a maior parte da minha malta da Faculdade e do Instituto de Professores Primários havia sido colocada, recebo a guia de marcha para... Angónia!

Fiquei em estado de choque e amaldiçoei, em surdina, muita boa gente! Só depois de uma longa conversa com o meu irmão convenci-me de que afinal não seria assim tão mau... e não foi mesmo, muito pelo contrário!

Chegado a Ulúnguè, reencontrei outra malta do Centro 8 de Março e outros colegas fantásticos locais. Para alguém que nasceu, cresceu e viveu a vida atribulada da capital, a ambientação nos primeiros 20 dias não foi nada fácil; Para um puto-professor, aos 17 anos (atingi a maioridade 11 dias depois do ano lectivo iniciar), Ulúnguè era demasiado parada... um atraso à minha vida...

Valeram os seguintes aspectos que me catalisaram e motivaram:

- A excelente hospitalidade e o profundo respeito da população Nguni;

- Um acolhimento e integração nota 1000 por parte da Direcção da escola-centro, bem como com as comunidades do distrito;
- Funcionamento harmonioso das ZIP, estruturas da Educação e demais do governo distrital;
- Seria imperdoável não mencionar o papel **EXTREMAMENTE IMPORTANTE** desempenhado pelas freiras e padres-professores com larga experiência desde o tempo em que a Escola Secundária de Ulónguè (assim como Lifidzi e Fonte Boa) era missão-escola. Eles foram preciosos a transmitir-nos, para além de valores morais e éticos, aspectos organizativos, pedagógicos e de gestão de um centro internato (tínhamos também alunos externos): possuíamos belos pomares, hortas recheadas, criação de porcos, patos, galinhas... tudo produzido e controlado basicamente por alunos e professores;
- Condições físicas, materiais e sociais favoráveis para um bom desempenho profissional;
- Temperatura fenomenal de Angónia;
- Fabulosa alimentação, numa terra que produz tudo e com diversificada criação animal;
- Magníficas condições de alojamento, prática de desporto, cultura e recreação.

N.B.: como não podia faltar, montámos uma banda musical com os meus novos colegas, como o Hilário Saraiva (já falecido, de certeza conhecido por muitos da Geração 8 de Março), Domingos Ferrão, entre outros.

- A honra de ter participado, directa e activamente — bem nas entranhas e nas montanhas de Angónia — na troca do Escudo português pelo Metical e no 1º Recenseamento Geral da População em Moçambique (experiências que caberiam num livro).

Condições/situações adversas:

- Por se tratar de uma vila pequena, tive que crescer e amadurecer rapidamente, para lidar com intrigas, fofocas e maledicências;

- Porque não fomos abrangidos pelo Decreto 4/80, na época — e se não estiver errado — éramos os que tinham melhores salários do distrito: 10.530 Escudos (inclusive comparativamente aos membros do Governo Distrital). E porque tínhamos facilidades de ir passear e fazer compras ao Malawi daqueles tempos e fazer troca de produtos e géneros alimentícios e outros consumíveis com os colegas do Songo (que nos forneciam os garrações de vinho português, azeite Oliveira, azeitonas, vinhos do Porto, Dão, Gató, Casal Mendes, bacalhau, etc., etc.), já podem imaginar as invejas, as rivalidades e até rancores de que éramos vítimas...
- Porque tínhamos “boa vida”, como diziam outros funcionários públicos, éramos privilegiados e “meninos bonitos do Samora”, alguns de nós foram perseguidos e alguns até presos pelo SNASP e PIC, sofremos várias retaliações... mas como éramos — e estávamos — verdadeiramente unidos, ultrapassávamos sempre, e airoosamente, aqueles obstáculos e vicissitudes!

Para terminar, posso garantir, categoricamente, que não obstante todos os revezes sofridos, lá nos longínquos anos de 1978/79, sinto-me bastante orgulhoso de pertencer a esta heróica e estóica Geração 8 de Março: muito aprendi, muito sofri e chorei, muito ri e fui feliz, mas sobretudo cresci, amadureci, vivi intensamente o processo e fiz-me **HOMEM!**

Como uma pequena gota no oceano, contribuí para a educação e formação de um mar de moçambicanos, e é com profunda emoção e grande orgulho que hoje sou reconhecido e homenageado — pelo menos pelos estudantes que formei — em cada localidade, distrito e província por onde passei e passo!

O DIA 8 DE MARÇO DE 1977

Por: CRISTIANA CASIMIRO



No dia 8 de Março de 1977, eu tinha 14 anos e estava em Maputo. Tinha chegado, exactamente, dois meses antes, vinda de Nampula, a cidade onde nasci, onde gostei muito de viver, onde tinha muitos amigos e onde fui imensamente feliz. O meu pai era médico pneumologista e tinha sido transferido, no ano anterior, para o dispensário antituberculoso, de Maputo.

Não foi fácil deixar Nampula e muito mais difícil foi a adaptação a Maputo. Nunca gostei muito de lá viver, por várias razões, mas tive a sorte de encontrar alguns amigos muito especiais que me foram ajudando nesta tentativa de reconciliação com a cidade-capital que me assustava um pouco (também por várias razões).

Então, naquele dia 8 de Março, tínhamos tido aulas de manhã (eu estudava na 9ª classe, turma A, na Escola Secundária Josina Machel) e recebemos a informação de que teríamos de ir a uma reunião com o Presidente Samora Machel. E lá fomos nós, descendo as barreiras. Na nossa turma, havia alunos de várias nacionalidades e eu já me identificava com algumas e alguns colegas de quem gostei muito, desde o início. Íamos todos muito animados, afinal, tínhamos 14 anos, e não sei se já percebíamos, exactamente, ou se sentíamos o alcance do que foi decidido naquele dia. E ainda não estava directamente relacionado connosco, para nós seria só em 1978.

Ainda durante 1977, alguns dirigentes foram à nossa Escola reunir com as turmas que estavam na nona classe, e recorde-me de alguém que disse algo como que nós, pelos 15 e 16 anos, não seríamos, com certeza, enviados para estudar longe de Maputo. Essa afirmação sossegou alguns de nós, pelo menos um pouco.

Essa promessa não se cumpriu, infelizmente. Alguns dos meus colegas e daqueles que eu já considerava muito bons amigos, foram enviados para muito longe, nomeadamente para Chimoio, para o Instituto Médio Agrário (IMA). Tínhamos 15,16 e 17 anos, e isso foi muito difícil para todos nós. Eu tinha escolhido a área de Letras e tive a sorte de ficar colocada em Maputo, no conhecido Centro 8 de Março.

Acho que, dos colegas que foram para Chimoio, a maior parte tinha escolhido a área de Ciências. Lembro-me da tristeza que senti quando, já a viver no Centro, numa manhã cedo, vimos o transporte deles partir (para a cidade de Chimoio, muito longe) e que levava pessoas de quem eu gostava muito.

Não posso dizer que desgostei de estar no Centro 8 de Março. Estava a estudar no Propedêutico de Letras (só tive pena de ter aulas de Matemática e não de Francês - eu sempre quis ser professora de Português e de Francês); o meu Inglês também não era lá muito bom.

Eu gostava das três colegas com que partilhei um quarto. Uma dessas colegas ficou minha amiga para sempre, e faz parte do que a passagem por este Centro me deixou de melhor.

Lembro-me de que havia muitas regras a cumprir, algumas lógicas e outras que eu tinha de aceitar, não, necessariamente, de compreender. Eu morava a 5 ou 10 minutos de casa e só podia lá ir às quartas à tarde e ao fim de semana - mas não podia dormir em casa.

A disciplina que me tinha sido inculcada pelos meus pais ajudou-me em algumas situações que me aborreciam, mas lembrava-me de o meu pai me dizer “Sempre que possível, cumpre o que pedem ou as regras que não entendes e depois, se for caso disso, critica e explica porquê”. Fui sempre habituada a compreender o valor da crítica e da autocrítica e a tentar exercer esse direito da melhor forma possível (nem sempre consegui essa melhor forma de me pronunciar).

A comida também não era o que mais me custava a aceitar. Felizmente, tinha sido habituada a comer de tudo, mas lembro-me da graça daquele arroz (a que nós chamávamos tipo ‘Unidos Venceremos’) e em que podíamos espetar o garfo e ficava de pé. Mas se houvesse algum molho, eu já ficava bem. De manhã, ao matabicho, aquele chá e aquele pão, muitas vezes sem nada dentro, também não me importava muito, era suficiente. O que me era, sinceramente, muito mais difícil, era o tempo antes de comer, às cinco da manhã.

Nunca gostei de acordar muito cedo, sempre fui (e sou) mais noctívaga, e ter de me levantar às cinco horas era muito difícil. Muito mais difícil era a preparação político-militar, sobretudo porque eu tinha (e tenho) uma sinusite crónica e rinite alérgica e, frequentemente, respirava pela boca (o tempo, então, das acácias floridas era um verdadeiro tormento para mim).

Ora, no treino (normalmente no campo de futebol do Centro e, só uma vez por semana, com uma voltinha pelo bairro) era mais conveniente respirar pelo nariz (inspirar, expirar, etc., aquilo que nos ensinam para controlar a respiração), e custava-me muito, mas ia conseguindo e não me fizeram mal aqueles treinos (recordo ainda com um certo sorriso a fala do instrutor, para mim, “feche a boca”, mas eu não podia fechar, precisava de respirar... Depois era um banho rápido, o matabicho e a saída para as aulas.

Íamos em grupo, era boa a camaradagem entre nós. Eu era muito imatura, tínhamos uma boa turma, divertíamo-nos muito com coisas mínimas, brincadeiras ligeiramente infantis que ainda hoje me fazem sorrir, quando me lembro. Tínhamos 15 e 16 anos, os nossos professores eram universitários, eu tentava seguir a aula, às vezes era difícil tomar notas, sobretudo na aula de História e com um grupo de professores habituados a falar para um público universitário. Também nos diziam para lermos livros enormes em francês e inglês, além de O Capital, mas esse em português (era muito grande...). Nas aulas de Materialismo Histórico e Dialéctico, num dos anfiteatros, quando estávamos mais aborrecidos, jogávamos à batalha naval. Eu tinha um grupo de colegas mais chegados, amigos, e juntos partilhamos momentos vários, também fora das aulas. Lembro-me de um grupo cultural que formámos, dizíamos poesia em jogral, tocávamos e cantávamos, poemas e canções daqueles momentos e de que gostávamos. Apresentámo-nos na faculdade e também fomos gravar à Rádio Moçambique. Foi muito giro e interessante, e ainda hoje me lembro dos poemas e das canções.

Acabado o Propedêutico (2 anos), tivemos de ir para os Cursos de Formação de Professores, outros cursos tinham fechado. Fui indigitada para seguir o Curso de Formação de Professores para as Décimas e Décimas Primeiras Classes, assim se chamava, e que também foi de 2 anos, com um curto estágio em escolas de Maputo.

Quando terminei este curso, fui enviada para a EFEP (Escola de Formação e Educação de Professores). Tinha 19 anos. Fiquei lá um ano e pedi a transferência para a EFEP de Maputo, o que me foi concedido. Gostei muito destes 2 anos em que tinha duas turmas de alunos que iam ser, eles próprios, professores. Não queriam ser professores, foi difícil de início, mas conseguimos fazer um bom trabalho, de ambos

os lados. Ser professora sempre foi o que quis e conseguindo passar essa paixão para a sala de aulas, acho que isso ajuda a motivar os alunos para a aprendizagem.

No final de 1984, as minhas turmas de EFEP tinham terminado os respectivos cursos e eu recebi um convite para ir ensinar Português, para a escola de amizade da ex-RDA. Não hesitei, nem um minuto. Estive lá 4 anos, dos 22 aos 26, cresci, aprendi muito, fiz muitos amigos e aprendi alemão.

Entretanto, por volta de 1987, soube que os meus colegas do ex-curso de formação da UEM (e cumprindo uma promessa que havia sido feita pela Ministra da tutela) tinham recebido uma bolsa de estudo, para a Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, e que eu também teria esse direito.

Entrei em Portugal ainda como moçambicana e dirigi-me à universidade, vi alguns dos meus colegas e debati-me com algumas decisões e indecisões na Embaixada de Moçambique, em Lisboa. Eu queria ficar em Portugal, eu iria perder a nacionalidade moçambicana (lembra-se dessa lei?!) porque queria casar-me com um português, e não achava muito justo e muito menos honesto, eu aceitar uma bolsa de estudos para formar professores que depois iriam ajudar melhor na reconstrução de Moçambique se eu, à partida, já sabia que não queria voltar.

Declinei a bolsa e fui viver para o norte de Portugal. O domínio da língua alemã ajudou-me a arranjar emprego durante alguns anos, mas o 'bichinho' do ensino continuava vivo. Ainda a trabalhar como assistente de direcção numa empresa alemã, consegui registar-me (e terminar a parte lectiva) na Universidade do Minho, no curso de Profissionalização no Ensino de Português e Alemão, uma licenciatura de 5 anos - incluindo um estágio de 1 ano numa escola secundária em Viana do Castelo.

Apesar da boa média com que terminei, fiquei sem ser colocada, eu e mais de vinte mil professores, em 1999. Mas já tinha um certificado com que poderia voltar a ensinar, não sendo em Portugal, mas noutra parte do mundo. Afinal, tendo nascido e trabalhado em Moçambique, a minha experiência sempre foi mais no ensino de PLE (Português Língua Estrangeira) para o que muito contribuíram os sete anos de ensino ao serviço de Moçambique, e em que os aprendentes, na sua

maioria, tinham o Português como língua segunda e não língua materna - a estratégia, a didática e os materiais de ensino serão, obviamente, diferentes.

Não podendo, então, dar aulas em Portugal, fui para Timor, em 2000, onde fui a primeira professora portuguesa a chegar ao enclave do Oecusse, desde a invasão indonésia. Estive 4 anos em Timor, onde trabalhei nas escolas secundárias e na formação de professores. De Timor (onde aprendi muito, cresci ainda mais e melhorei como professora e como pessoa e de onde trouxe amigos e recordações muito doces), concorri aos leitorados da rede ICA/IPOR, na Ásia, e fiquei colocada em Kuala Lumpur, no leitorado de português da Universidade Malaia, onde estive 8 extraordinários anos.

Em 2011, mudei-me para Macau, para o IPOR (Instituto de Português do Oriente), onde também gostei muito de estar; em cada um destes lugares, o nosso 'público' é diferente, os aprendentes têm características muito diferentes e somos nós que temos de chegar a eles, que ir tentando motivá-los cada vez melhor, respeitando as diferenças culturais, religiosas e pessoais. Para um professor ter uma turma com alunos de 4 culturas, 4 religiões e 4 línguas maternas diferentes, pode ser um desafio incrível, mas também pode conduzir a uma forma de crescermos, cada vez mais, como professores, de sermos melhores.

Lembro-me sempre de uma quadra que aprendi, em Maputo, no Curso de Formação de Professores da UEM, nas aulas de Didática da Língua Portuguesa e que se refere a estratégias no processo de ensino-aprendizagem, e que me guiou ao longo destes 42 anos de ensino: "Seis coisas sempre vê/De que falares, te mando/De quem falas, onde e quê/e a quem, como e quando." Também exerceu influência em mim, como professora, o livro *Poema Pedagógico* de Anton Makarenko.

Eu queria ter estudado Românicas (em especial Português e Francês), o meu curso da UEM não teve equivalência em Portugal, é verdade tive de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, várias vezes, tudo foi um pouco mais difícil e demorado (porque deixei Moçambique e porque não aceitei a tal bolsa de estudo em Lisboa), mas consegui passar a maior parte da minha vida profissional a fazer aquilo em que mais gosto de trabalhar e sempre o fiz (e faço) com paixão.

A ROCAMBOLESCA VIAGEM ENTRE MAPUTO E CHIMOIO PARA RESPONDER AO APELO DA PÁTRIA



Por: RAFIQUE MUSSAGY MULCHANDE

Não tendo estado directamente no Centro 8 de Março, fui também abrangido pela histórica decisão do “Chamamento da Pátria”, mas a minha tarefa foi formar-me como Técnico Agropecuário, no Instituto Médio Agrário (IMA), no Chimoio.

Tendo concluído a 9ª Classe em 1977, recebi, em Maio de 1978, uma guia de marcha para me apresentar no IMA. Fui dos últimos alunos a recebê-la, pois, na altura em que me foi entregue, o grosso dos meninos de Maputo indigitados para o Chimoio naquele ano já havia partido, em dois autocarros alugados especialmente para tal.

Eu, dado ser o único que havia restado, recebi um bilhete de passagem para o autocarro da ROMOS, que fazia a carreira Maputo/Beira. No autocarro, era o único passageiro com destino ao Chimoio, tendo recebido instruções do motorista para me apear no cruzamento do Inchope, e aí aguardar a carreira que vinha da Beira para o Chimoio, garantindo assim o transbordo.

Menino de 17 anos, que nunca havia viajado para aquelas bandas, mesmo assim não desanimei. Estava ansioso por chegar ao destino e reencontrar-me com alguns ex-colegas do Liceu, que já lá estavam há mais de um mês — e que nem sequer sabiam que eu vinha a caminho...

Tendo partido de Maputo pontualmente às 9 horas da manhã, numa sexta-feira, chegámos à Maxixe por volta das 16 horas, após uma paragem em Xai-Xai para o almoço. O programa da viagem previa pernoitar na Maxixe, numa pousada que lá existia, especialmente criada para os passageiros daquela carreira, quando esta foi inaugurada, em 1972, pela extinta Auto Viação do Sul do Save (AVSS), que explorava a rota em parceria com outra empresa, a Majohone Ngonyamo, Lda. Nessa altura, de Maputo a Maxixe viajava-se em autocarro da AVSS, e no dia seguinte, de Maxixe à Beira, era o autocarro da Majohone.

A pousada resultava dessa parceria e, felizmente, em 1978 ainda funcionava, agora administrada pela ROMOS, pois as duas empresas já não existiam.

Na pousada, foi-me servido o jantar e foi-me atribuído igualmente um quarto, com boas condições, diga-se de passagem. No dia seguinte, sábado, após o pequeno-almoço, partimos às 7 horas em direcção ao Inchope, onde chegámos por volta das 15h30, depois de uma paragem na Vila Franca do Save, para o almoço.

Tal como fora instruído pelo motorista, apeei-me no Inchope e aguardei à beira da estrada pelo autocarro que vinha da Beira para o Chimoio, o qual só apareceu por volta das 17 horas. Embarquei sem lugar para me sentar, apresentei o bilhete de passagem que recebera em Maputo, para o percurso Maputo/Chimoio, e, após o motorista confirmar, recostei-me num banco de um passageiro e preparei-me para fazer o resto da viagem de pé, sem fazer ideia de quantas horas ainda faltavam até ao destino.

Contrariamente ao anterior autocarro que me transportara de Maputo ao Inchope — um Marcopolo quase novo, com excelentes condições —, aquele era um Scania bem antigo e com todo o tipo de deficiências: sem luz, sem vidros nas janelas... Enfim, uma diferença da noite para o dia. Tratava-se de um autocarro herdado de uma das empresas que fora nacionalizada, para dar origem à ROMOC, pois ali operava a Rodoviária Centro, e não a do Sul. Havia ainda a Rodoviária de Moçambique Norte (ROMON), que operava nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

Desembarquei na Terminal da ROMOC, em Chimoio, passava das 19 horas de sábado, e, estando em Maio, a temperatura que se fazia sentir estava bem longe dos meus hábitos. Sem conhecer a cidade, comecei a caminhar com as minhas malas em direcção ao centro, quando, junto a uma passagem de nível, vi um aquartelamento das FADM.

Lembrei-me de que, antes de sair de Maputo, o Ministério da Educação me havia orientado a recensear-me para o Serviço Militar Obrigatório (SMO) e a viajar com o cartão no bolso, para evitar qualquer inconveniente. Era o primeiro ano em que se fazia o recenseamento militar e então pensei: “E se eu me apresentar ali e mostrar este

cartão...?” Dito e feito! Apresentei-me ao sentinela e, ao ver o cartão com os dizeres “Estado-Maior General”, a coisa mudou logo de figura. Mandou chamar um colega, que me levou ao superior deles, e este, por sua vez, mandou uma viatura ligeira militar que ali se encontrava levar-me ao café Elo 4, que era onde a carrinha do Instituto recolhia os estudantes, ao sábado à noite, depois da hora do cinema. Fiquei deveras agradecido e hoje digo: “Tenho este cartão há 48 anos e, pelo menos uma vez, me foi útil!”

O que se seguiu foi o encontro com a malta lá no Elo 4, pois, à medida que a hora da carrinha se aproximava, as pessoas iam aparecendo — incluindo muitos conhecidos meus do Liceu. Pelo que o resto da viagem já foi tranquila, pois estava entre malta amiga. Cheguei ao Instituto cerca das 23 horas, com malas e bagagens, cansado e esfomeado, para cumprir as orientações do 8 de Março!

Por ter chegado às instalações do Instituto acompanhado por outros estudantes que já lá estavam a estudar, e ter sido encaminhado directamente à Direcção para me apresentar e ser encaminhado, escapei à fantástica recepção que ali se fazia aos estudantes novos, quando chegavam: Era uma gritaria das janelas das camaratas — “bicho, bicho, bicho”, gritavam —, regava-se os recém-chegados com água, entre outras brincadeiras típicas de uma recepção de caloiros. Do que eu escapei!...

Após me ser atribuída uma cama numa das camaratas, consegui tomar um banho refrescante e ficámos à conversa, pela madrugada adentro, com a malta da camarata, entre outros colegas.

Foi uma recepção maravilhosa, de que nunca mais me esqueci.

OITOMARCISTA POR ACASO

Por: MÁRIO RUY PERDIZ REYNOLDS
MARQUES [PIMPÃO]



Sempre fui um homem de decisões calculadas. Ou, pelo menos, gostava de acreditar nisso. Mas a vida tem maneiras estranhas de nos empurrar para caminhos que nunca imaginámos percorrer. A decisão de 8 de Março de 1977 foi um desses empurrões e um daqueles que não deixava espaço para resistências ou planos alternativos.

Naquela época, eu era apenas um estudante do Liceu João de Azevedo Coutinho, em Quelimane. Estava no sexto ano, um pouco atrasado por ter perdido um ano, mas convicto de que seguiria os estudos até ao fim. Só que o destino — ou melhor, o Governo — decidiu que os meus planos não tinham grande importância. O anúncio do fim dos 6º e 7º anos caiu sobre nós como uma sentença irrevogável. Não havia escapatória.

Para mim, a notícia teve um efeito duplo: abalava tudo o que eu tinha como certo, mas, ao mesmo tempo, serviu de catalisador para uma decisão que, mais cedo ou mais tarde, a minha família teria de tomar. O meu pai já estava em Maputo por razões profissionais, o meu irmão estudava lá, e eu e a minha mãe mantínhamo-nos em Quelimane, naquela fase instável de ter um pé em cada lado. Agora, não havia escolha. Maputo seria o nosso novo lar.

A ideia de deixar Quelimane foi dura. Eu não estava apenas a mudar de cidade; estava a abandonar um mundo inteiro. Os amigos, os recantos que conhecia de olhos fechados, as pequenas rotinas que me definiam. Para trás ficava o cheiro do rio, os passeios de bicicleta pelas ruas poeirentas e a cumplicidade de anos de convívio com aqueles que partilharam comigo os primeiros sonhos. A minha mãe ficou para trás, encarregada de empacotar as nossas vidas e encerrar um capítulo. E eu segui viagem, rumo ao desconhecido.

Chegar a Maputo foi como entrar noutra dimensão. A cidade era maior, mais intensa, mais exigente. Fomos levados para a Residência Universitária nº 4, na Avenida Amílcar Cabral. Aos poucos, os estudantes de várias províncias foram chegando, formando um mosaico de histórias e incertezas. O ambiente era uma mistura de expectativa e desconfiança. No refeitório da Universidade, o famoso “Self”, os estudantes bolsheiros olhavam-nos como caloiros, prontos para nos pregar partidas.

Mas o verdadeiro teste veio quando nos enviaram para a inspeção

militar. Supostamente, era apenas uma triagem, um processo de selecção normal. Só que os oficiais soviéticos que geriam aquilo pareciam ter outros planos. O critério inicial de selecção parecia justo, mas rapidamente percebemos que estavam desesperados para encher os quartéis. O número de rejeições diárias começou a diminuir drasticamente. De repente, qualquer um servia para recruta. Usasses óculos graduados ou não, tivesses problemas de visão ou não, pouco importava — se respiravas, eras candidato ao Exército.

Foi então que eu e um pequeno grupo de seis decidimos que não estávamos para aquilo. Chamámos a isso o nosso “kimbiado”. Enquanto os outros iam à inspecção, nós simplesmente não aparecíamos. Criámos um sistema de sentinelas: sempre que a carrinha verde militar passava pela Amílcar Cabral, corríamos como se a vida dependesse disso. Se estávamos no “Self” a comer e a carrinha aparecia, desaparecíamos como sombras. Era um jogo de paciência, e ganhámos. Nunca fomos chamados. Sobrevivemos à selecção.

Depois desse susto, a rotina mudou. Fomos levados para o ex-Seminário Maior Pio X (Centro 8 de Março), onde o nosso novo “lar” precisava de uma limpeza geral. Cada um escolheu o seu quarto e, como bons estudantes, começámos a decorá-lo ao nosso gosto, com tapetes, mobília improvisada — tudo para o máximo conforto. Contudo, mantinhamo-nos na R4 enquanto aguardávamos a ordem de mudança em definitivo.

Até que o dia mais esperado chegou: o das entrevistas para definir os nossos destinos académicos. Eu queria seguir Veterinária. Tinha isso claro na minha mente. Mas as entrevistas eram verdadeiros interrogatórios, conduzidos por gente do Ministério da Educação — entre moçambicanos e brasileiros — que pareciam ter um único objectivo: afastar-nos, o mais longe possível, dos nossos sonhos, isto é, da Universidade. Ouvimos palestras sobre o “Homem Novo”, sobre como o que importava não era o que queríamos, mas o que o País precisava. Ouvimos ameaças veladas sobre a necessidade de quadros para a Defesa. No final, percebi que o destino já estava traçado. Seria Professor. Só faltava saber de quê.

Fui consultar as listas de afectação. Subi e descii a lista do Professorado, mas o meu nome não estava lá. O pânico começou a crescer. Teria o meu destino sido as Forças Armadas? Quando já estava a imaginar o pior, ouvi uma colega gritar:

— Pimpão! Estás na lista do Curso Propedêutico de Ciências!

Foi um alívio imenso. O sonho da Universidade ainda estava vivo.

A rotina no Centro 8 de Março era dura. Treinos paramilitares ao amanhecer, marchas extenuantes de quilómetros e castigos absurdos por qualquer falha. Banhos frios, refeições controladas, a obrigatoriedade de usar a farda até para reuniões com Ministros. Mas também houve momentos de rebeldia e fuga.

As fugas nocturnas eram um ritual. O problema era o regresso. De cada vez que ensaiávamos uma entrada furtiva, os responsáveis descobriam os nossos pontos estratégicos, obrigando-nos a encontrar novas formas de entrar sem sermos apanhados. Quando éramos apanhados, os castigos eram pesados, mas a adrenalina de “Maputo by night” fazia tudo valer a pena.

Vivemos, também, momentos de tensão, como quando um grupo de colegas recusou as suas colocações. A resposta foi brutal. Convocaram uma reunião de emergência com Jorge Rebelo, Ministro da Informação e, igualmente, Secretário do Partido para a Mobilização e Propaganda. Todos tivemos de comparecer fardados. O resultado? Aqueles que se recusaram a aceitar os destinos foram imediatamente levados pela Polícia Militar para o quartel de Boane, sem sequer terem tempo de se despedir. Nem soubemos mais o que lhes aconteceu.

Mas nem tudo foi dureza. Tivemos escapadelas ao Bilene, passeios a Závora — onde fomos buscar sura numa caminhada interminável — e uma viagem à Moamba para colher citrinos, que nos rendeu noites gélidas em tendas da RDA, verdadeiras “geleiras” que nos fizeram dormir de farda e calçado.

Finda a formação no Curso Propedêutico, aguardávamos pela afectação universitária. Para minha surpresa, fui colocado no Curso de Biologia, bacharelato. Na lista de opções, eu tinha Veterinária, Agronomia e Geologia, mas Biologia só aparecia como última hipótese. Tentei em vão trocar de curso com colegas que estavam em Veterinária e queriam Biologia, mas tal não foi possível.

A minha sorte foi descobrir que Biologia tinha três especializações: Nutrição e Higiene Alimentar (para o Ministério da Saúde); Investigação Pesqueira (para o Instituto de Investigação Pesqueira) e Ecologia e Avaliação de Recursos Naturais (para o Ministério da Agricultura, trabalhando em parques e reservas naturais). Optei pela terceira e foi aí que encontrei o meu caminho.

Antes de terminar o curso, fui chamado pelo Vice-Reitor, Dr. Beirão. A proposta era clara: ir para Cuba concluir os estudos e integrar o

corpo docente da Faculdade de Biologia. Perguntei-lhe, diplomaticamente, se pela primeira vez na vida eu podia escolher o meu destino. A resposta foi sim — e eu então recusei. Agradei o convite, mas recusei. Iria seguir a minha vocação.

Concluí o bacharelato e fui encaminhado para a Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, que me enviou para a EMOFUNA, E.E. (Empresa Moçambicana de Fauna). Comecei como assistente e fui colocado em Marrromeu, Vale do Zambeze, para trabalhar na Operação Búfalo, um abate controlado para gestão da população de búfalos, e manejo de fauna bravia, como ecologista residente.

O trabalho era desafiante, mas a guerra civil era uma ameaça constante. Em 7 de Abril de 1982, deixei o acampamento para uma breve pausa. Três dias depois, a base foi atacada e destruída pela RENAMO. Nunca mais voltou a operar.

Dali, fui para Negomano, próximo da Reserva do Niassa, para continuar a actividade de safáris. Mais tarde, fui enviado para Catuane, onde estabelecemos um novo acampamento, até que o Ciclone Demoina (1984) nos devastou e os ataques da RENAMO tornaram impossível a continuidade do trabalho.

A partir daí, fui transferido para o INIA (Instituto Nacional de Investigação Agronómica), onde trabalhei até 2008, chegando a Director Nacional.

Tive ainda oportunidade de fazer algumas formações internacionais, dentre as quais uma pós-graduação no ITC - Instituto de Ciências da Terra e Aeroespaciais (Holanda, 1985) e um Mestrado em Ciências de Terra pela Universidade de Queensland (Austrália, 1992-1994).

Em 2009, deixei a Função Pública e passei a actuar como consultor. Trabalhei em projectos do MCA/MCC, Cooperação Holandesa e Sueca, Banco Mundial, Direcção Nacional de Terras e outras instituições, até me juntar, em 2022, à equipa do Projecto ZEPA - Corredor de Desenvolvimento Integrado Pemba-Lichinga, como especialista em salvaguardas ambientais e sociais.

Analisando o que foram as consequências do “Chamamento da Pátria”, posso concluir que acabei por ser um oitomarcista por acaso, mas com a sensação de missão cumprida.

Com todas as voltas e reviravoltas, encontrei o meu caminho e pude contribuir para o meu País. A decisão de 8 de Março de 1977 moldou-nos a todos. Alguns prosperaram, outros resignaram, e muitos ficaram pelo caminho. Mas, no fim, nunca deixámos de sonhar.

APRENDI A VALORIZAR O QUE DEVE SER VALORIZADO

Por: ALEXANDRA NEVES



Falar de mim, após as decisões de 8 de Março e sobre esse tempo tão remoto, não é muito fácil. Tudo mudou radicalmente e de repente! Não costumo pensar muito no assunto, mas as memórias são tantas que me vêm de forma dispersa. Mas “ainda” não esqueci “o tempo que passou”!

Em 1976, terminei a 10ª classe, no Liceu, hoje Escola Secundária Jossina Machel, e transitei para a 11ª. Tinha escolhido a alínea “F” (área de Ciências com Desenho), que dava acesso às Engenharias e à Arquitectura. O meu objectivo era seguir Arquitectura — ainda não sabia como, mas os meus avós não me impediram de ter esse sonho.

Após as férias, comecei a ir ao Liceu várias vezes, para saber quando começariam as aulas, mas a resposta era sempre a mesma: estavam “à espera de instruções”. E assim ficámos vários meses à espera... Entretanto, ia fazendo várias coisas, incluindo dar aulas de alfabetização a adultos, ali na Escola Primária 3 de Fevereiro.

Até que, um dia, recebi a comunicação de que todos os estudantes que tinham terminado a 9ª, 10ª e 11ª classes deveriam participar num encontro, no pavilhão do Maxaquene, com o Presidente Samora Machel, no dia 8 de Março de 1977.

Lá fui, como muitos dos meus colegas da altura. Nesse dia, ouvimos sobre a falta de quadros e a necessidade de contar com as nossas forças para garantir o desenvolvimento do País. Por esse motivo, as 10ª e 11ª classes deixariam de existir e os estudantes iriam distribuídos por várias tarefas pelo País, principalmente para o professorado. Apenas alguns continuariam os cursos superiores, definidos como prioritários na altura.

Creio que, com o calor da Revolução, na altura, nem me dei muito bem conta do que iria acontecer à minha (nossa) vida. Compreendi que havia necessidade de que quadros assegurassem sectores-chave da Nação, mas, ao mesmo tempo, fiquei um pouco ansiosa e apreensiva,

por não saber bem o que me reservava o futuro.

Lembro-me de, após o dia 8 de Março, ter sido chamada ao Liceu e, no salão de festas, estar com muitos jovens a preencher uma ficha onde se prestava determinada informação e onde havia também um espaço para se apresentarem três opções sobre o curso que se desejava (ou esperava?) seguir. Optei por não colocar Arquitectura, pois não havia esse curso em Moçambique e havia poucas probabilidades de obter uma bolsa de estudos fora do País. Não me lembro bem das opções que registei, mas, apesar de tudo, decerto que nunca tinha pensado vir a ser professora.

Certo é que, nas listas de distribuição de estudantes, fui colocada no Curso de Formação de Professores de Química e que deveria dirigir-me ao Centro 8 de Março (nas instalações do antigo Seminário Pio X). Embora estudar para ser professora nunca tivesse estado nos meus horizontes de vida, o momento assim o exigia!

Não me lembro em que data isso aconteceu, nem de muitos pormenores, mas, com uma pequena mala e na minha motorizada, lá fui apresentar-me no Centro. Nesse dia, não havia ainda muita gente. Foi-me indicado um quarto, onde ainda não havia ninguém, pelo que escolhi logo no beliche a cama superior, onde coloquei as minhas coisas. A expectativa era grande, pois, embora na família fôssemos muitos irmãos, eu nunca tinha vivido num internato!

Lembro-me de ter passado uma noite no quarto, de ter matabichado no refeitório e de ter sido chamada a um encontro com os técnicos (“camaradas”) da Educação que estavam a organizar o Centro e a afectação dos estudantes.

Nesse encontro, informaram-me de que, afinal, já não ia ficar no Centro e que devia ir para casa, mas que devia apresentar-me no Ministério da Educação à “camarada” Celina Costa, pois iria dar aulas numa província — assim, directamente. Peguei nos meus pertences e deixei o Centro, agora mais expectante do que nunca, pois nem sabia bem para onde iria, e muito menos como iria desempenhar uma actividade que nunca tinha feito, sem qualquer preparação. Disseram-me, mais tarde, que fui dada como desaparecida do Centro (“aquela estudante da moto foi-se embora assim mesmo!”) — creio que pensaram que eu não havia aguentado ali ficar nem um dia!

O encontro com a “camarada” Celina Costa foi breve: «Vais dar aulas na Escola Secundária da Frelimo, em Ribáuè» («Ribáuè????» — perguntei-me eu!) «em Nampula» («Ahh! Ribáuè ficava em Nampula!»).

Iriam entregar-me a passagem, assim como uma guia de marcha. A partida seria dentro de dias. Lá, seria recebida pela Direcção Provincial de Educação.

OK! Preparei-me o melhor que sabia para viajar para Nampula. Quando lá cheguei, não tinha ninguém à minha espera no aeroporto, não havia táxis, nem nada (muito menos telefones). Uma boa alma viu-me aflita (já estava quase sozinha no aeroporto), perguntou-me se queria boleia e para onde! Eu aceitei boleia até à Direcção Provincial de Educação (DPE), onde, supostamente, alguém me devia ter recebido e encaminhado.

Entrei na DPE, de mala às costas, perguntando onde me devia apresentar, pois acabava de chegar de Maputo para ir para Ribáuè. Depois de muitas voltas, alguém me “assumiu” e começou a tratar do assunto, nomeadamente, onde eu ia pernoitar e como chegaria a Ribáuè.

Meteram-me num lar, num quarto sem fechadura e com todas as dificuldades que existiam num lar. Disseram-me onde devia comer (num restaurante ali perto), deram-me um bilhete de comboio e disseram-me que me devia dirigir à estação para apanhar o comboio para Ribáuè a uma determinada hora. Creio que me foram buscar e me levaram à estação, que, apesar de tudo, não era longe do local onde me encontrava hospedada. Informaram-me que alguém da Escola me iria buscar à estação de Ribáuè.

Durante a viagem, ia controlando o nome de todas as estações, pois não fazia ideia de quando deveria sair, até que vi escrito RIBÁUÈ! Desci do comboio e também desceram algumas pessoas. Todas estas foram desaparecendo da plataforma, o comboio continuou a sua marcha, e eu fiquei ali, sozinha, na estação! Depois de alguma espera, perguntei a um senhor dos CFM se a vila era longe (sempre pensei que os comboios paravam nas vilas ou cidades!), ao que ele me disse que sim. O telefone da estação era daqueles que funcionavam à manivela e só dava para comunicar com as outras estações, por isso, a comunicação com a escola, via telefone, era impossível (também não sabia se a escola tinha telefone!). Esperei, sentada na entrada da

estação, a pensar o que devia fazer — se começava a andar ou ficava à espera. A primeira hipótese era complicada, pois tinha a mala com os meus pertences. A segunda podia ter como resultado pernoitar na estação. Mas, finalmente, chegou uma viatura, de onde saiu uma senhora, perguntando se eu era a “camarada” Alexandra — e meteu-me dentro da viatura.

Afinal, a Escola Secundária de Ribáuè também não ficava na vila de Ribáuè — ficava ainda mais para a frente! Mas, pronto, já estava encaminhada! Deram-me um quarto num conjunto pré-fabricado constituído por “casinhas” (dois quartos e sala), onde já vivia uma professora num dos quartos.

Perguntaram-me que disciplinas podia ensinar. Eu expliquei que me sentia mais à vontade em disciplinas da área de Ciências, como Matemática e Desenho. Disseram-me que estava bem, mas que iria ensinar Português e Desenho!!! Explicaram-me como funcionava a escola (horários, comportamentos, trabalho manual, trabalho nas secções, etc.) e os grupos de disciplina. Fui apresentada aos restantes professores.

Uma situação que muito me surpreendeu, na altura, foi que o responsável pela disciplina de Português era um professor moçambicano de origem holandesa, e que sabia muito mais de Português e Gramática do que muita gente falante da língua, como eu! Com ele e com os colegas da disciplina, aprendi a forma de ensinar aquilo que sabia falar.

Aqui sim, começou a grande mudança na minha vida: A disciplina era quase militar, mas sem farda! Tínhamos o que chamávamos *rassemblements* — reuniões onde todas as turmas e professores assistiam ao subir da bandeira, e onde eram, entre outros, distribuídas tarefas, e as turmas chegavam e partiam a marchar para as suas actividades.

Aprendi que um grupo de disciplina é extremamente importante, sobretudo para uma pessoa como eu, sem qualquer experiência. As aulas eram preparadas cuidadosa e rigorosamente. Tive de fazer parte do grupo de teatro e de dança dos professores, e fazíamos apresentações para a escola em dias especiais (também havia grupos de alunos).

Percebi o respeito que havia por um professor, mesmo que novo — eventualmente mais novo do que alguns estudantes!

Aprendi a fazer machamba, desde a sementeira até à colheita. Aprendi a comer, quase os 365 dias do ano, feijão alternado com xima ao almoço e arroz ao jantar (o espantoso é que nunca deixei de gostar de feijão!). Até participei na construção de uma ponte feita de troncos, sobre o rio que passava ali perto, para se poder fazer a expansão das machambas — mal sabia eu que viria a ser, mais tarde, Engenheira Civil.

Tínhamos horas para tudo, incluindo reuniões, que também serviam para fazer as famosas críticas e auto-críticas. Por ser pouco faladora e ter reacções que a alguns pareciam anormais (eu era muito introvertida, não conversava muito), ou por usar calças apertadas demais, segundo o critério da altura, fui algumas vezes criticada, sendo a minha auto-crítica sempre: que iria tentar mudar! E fui mudando! Que remédio!

Dei aulas em salas de pau-a-pique que foram construídas com recursos locais, por alunos e professores, e onde os estudantes tinham carteiras (também construídas com pau-a-pique), e onde não entrava chuva (quando eu cheguei, já estavam construídas). Espanta-me que hoje se tenham perdido todas estas experiências e encontremos alunos sentados no chão e à chuva!

Ali fiz amigos. Ali cresci. Ali aprendi que, com organização, se podem fazer coisas grandiosas, que se podia produzir para comer. Também percebi que ali se criou um mundo diferente do que existia cá fora (e que também trazia alguns problemas de adaptação quando os estudantes saíam para as capitais para continuar os estudos). Ali aprendi a dar valor àquilo que queria — e ao que não queria. Ali senti que gostaria, verdadeiramente, de continuar a estudar.

Assim, dois anos depois, voltei a Maputo para continuar a estudar. No Ministério da Educação, deram-me instruções para continuar a dar aulas de Português enquanto estudava. Fiz o Curso Propedêutico de Ciências, como estudante-trabalhadora, em dois anos, pois deixara de existir o curso de um ano. Dava aulas de Português, em primeiro lugar, na Escola Secundária da Polana e, depois, na Escola de Formação e Educação de Professores (EFEP) Filipe Elija Machava. Nunca percebi bem por que razão me seleccionaram para uma escola de formação de professores! Em ambas as escolas, os grupos de disciplina também

funcionavam relativamente bem, o que me permitiu, sempre, preparar as minhas aulas convenientemente.

No fim do Curso Propedêutico, lá apareceu de novo a ficha com as opções de curso que pretendia seguir. Desta vez, coloquei três vezes Engenharia Civil, deixando de lado a possibilidade de vir a ser aceite para um curso de Arquitectura no exterior.

Não me arrependo desta opção tomada! Consegui ingressar na Faculdade de Engenharia da UEM, no curso de Engenharia Civil e, sinceramente, considero que este é o curso que eu devia ter considerado, desde sempre, como primeira opção. As minhas AJU (Actividades de Julho da Universidade) foram uma oportunidade para conhecer melhor — e viver — a realidade do País.

Terminado o curso, fui destacada (ainda era assim — não se ia para onde se queria) para dar aulas no Departamento de Engenharia Civil, onde também cheguei a dar aulas a antigos colegas meus do liceu, que haviam sido destacados no âmbito do 8 de Março para outras tarefas!

Nesta fase, também me foi permitido participar na execução de projectos que foram importantes para a minha formação na altura. Apesar da guerra e das situações de stress vividas, esses projectos constituíram uma boa base para o meu desenvolvimento profissional. Hoje, estou reformada da UEM.

Na minha actividade como consultora, participei em vários projectos, mas um deles — mais uma coincidência — foi o de participar no projecto e acompanhar a construção da nova Escola Secundária de Ribáuè. Da escola existente, do tempo em que lá tinha dado aulas, fui constatar que muito pouco restava — e o que restava estava muito degradado.

Apesar das adversidades encontradas, considero que o mau e o bom que resultaram das decisões de 8 de Março de 1977 constituíram uma experiência de vida sempre positiva.

Valorizar o que deve ser valorizado e evitar o que acho ser evitável é o meu posicionamento de sempre. O que considero lamentável é o facto de se terem perdido valores e tantas boas experiências, independentemente de haver hoje mais meios disponíveis para fazermos bem — e melhor!

FUI INDIGITADA PROFESSORA, ANTES MESMO DO 8 DE MARÇO DE 1977

Por: FAUSIA VALIGY



Nasci em Manjacaze, província de Gaza, e nunca poderia imaginar que a minha vida tomaria os rumos que viria a ter. Cresci entre sonhos de menina e os ventos de mudança que sopravam sobre Moçambique.

Cheguei a Maputo em 1961, ainda criança. A cidade era vibrante, e eu fui crescendo entre as suas ruas, passando pela escola primária e, mais tarde, pelo ciclo preparatório e secundário, no Liceu António Enes, no início dos anos 70.

Mas foi em 1974 que tudo mudou. Com a Revolução dos Cravos em Portugal, a partir de 25 de Abril, o destino de Moçambique foi lançado para uma nova era. Eu, como tantos outros jovens, fui envolvida nessa onda de transformação. O futuro era incerto, mas o fervor da mudança movia-nos.

Os grupos dinamizadores surgiram como uma força mobilizadora da juventude. Eu fazia parte desse movimento, participando activamente nas reuniões do liceu, organizadas por Aires Ali. Havia um espírito de entrega total: limpávamos escolas, abríamos machambas, envolvíamos-nos em todas as tarefas necessárias para a reconstrução do nosso País. Sentíamos-nos agentes da mudança, mesmo sem compreender totalmente as implicações dessa entrega.

Foi nesse contexto que fui integrada no sector da Alfabetização. Mais tarde, fui chamada para a Direcção Nacional de Alfabetização, onde teria um papel inesperado: formar professores. Parecia um sonho e, ao mesmo tempo, um pesadelo. Como formar professores, se eu própria ainda não era formada para o efeito?

Havia rumores de que a Educação iria sofrer uma reestruturação radical. Mas nada nos preparou para o momento em que a então Ministra da Educação, Graça Machel, nos reuniu no liceu e fez um anúncio que nos tirou o chão:

— O terceiro ciclo (sexto e sétimo anos) deixa de existir. A partir de agora, cada um de vocês será enviado para um sector, conforme as necessidades do País.

Levantei-me de imediato. O coração batia forte: “E as nossas vontades?”, perguntei, com a ingenuidade de quem ainda acreditava que o sonho individual tinha espaço num País em reconstrução.

A resposta foi dura e directa:

— “A partir de hoje, não há vontades individuais. Cada um será inserido onde o Estado decidir.”

O silêncio caiu sobre a sala. Muitos baixaram a cabeça, aceitando o destino. Eu, sem alternativa, vi-me a caminho de uma realidade para a qual não estava preparada: ser professora de francês na Escola Comercial de Maputo.

Nunca imaginei dar aulas. Nunca me vi como professora. Mas ali estava eu, diante de uma sala cheia de alunos, sem livros adequados, sem experiência pedagógica, sem referências que me preparassem para o desafio.

Foi então que encontrei um apoio inesperado: a professora Ana Maria Branquinho, uma mulher sábia e paciente, que me guiou nos primeiros passos. Mas eu sabia que precisava de mais.

Bati à porta da revista “Tempo”, na esperança de encontrar textos que me ajudassem a preparar as aulas. Foi quando conheci o saudoso Calane da Silva, amigo do meu pai e um dos maiores jornalistas da nossa história. Ele compreendeu a minha angústia e ajudou-me a encontrar materiais que representassem a mulher moçambicana na nova realidade revolucionária.

Noites sem dormir, livros traduzidos à mão, aulas improvisadas. E assim, entre erros e acertos, tornei-me professora.

Pouco tempo depois, disseram-me que o francês já não fazia parte do currículo. Novo choque. Novo desafio. Geografia passou a ser a disciplina que eu deveria leccionar. Sem formação específica, fui integrada num curso intensivo com a primeira geração de professores moçambicanos da disciplina. Aprendemos juntos, errámos juntos, crescemos juntos.

Em 1979, surgiu um convite inesperado: dar aulas aos estudantes moçambicanos em Cuba. Era uma oportunidade única, uma aventura que poderia mudar a minha vida. Mas o coração, esse imprevisível, colocou outro desafio no meu caminho. Alguém se apaixonou por mim e disse-me, com todas as letras: “Tu não vais para Cuba”. Esse alguém era Luís Silva [entretanto falecido], o homem com quem me casei. E assim, o destino tomou outro rumo. Fiquei em Moçambique, continuei

a ensinar, a formar jovens e a aprender com eles.

A Educação abriu portas inesperadas. Em 1982, fui para França e Itália, onde me especializei na produção de materiais audiovisuais para formação de professores, num programa da UNESCO. Foi uma experiência intensa, meses longe da família, mas voltei com um novo olhar sobre o Ensino.

Depois vieram novos desafios. Em 1999, entrei para a Cruz Vermelha de Moçambique, como coordenadora nacional de Informação, Comunicação e Imagem. As cheias de 2000 foram um dos momentos mais marcantes da minha trajetória. Enfrentei a comunicação de crise, organizei campanhas de angariação de fundos, e até levei o grupo de teatro Mutumbela Gogo a Portugal, para apresentar a peça “Tiratala”, sobre a tragédia das cheias. Conseguimos angariar 13.000 euros para ajudar Moçambique.

O meu percurso profissional levou-me ainda ao Ministério da Saúde, onde trabalhei como assessora de Comunicação e Imagem do Ministro Songane, entre 2002 e 2005. O desafio era claro: conectar os directores do Ministério com a imprensa, melhorar a comunicação institucional e dar uma nova face à informação sobre a Saúde.

Posteriormente, ainda trabalhei nesta mesma área, no Ministério da Educação e Cultura, a assessorar o então ministro Aires Ali. Participei em grandes encontros, como uma importante reunião dos Ministros da Educação de África, organizada pela União Africana. Foi uma grande experiência e um enorme aprendizado.

Em 2013, aposentei-me formalmente, mas nunca parei. Aceitei fazer parte do “board” de uma associação e criei a minha própria casa de hóspedes, a Machaka Guesthouse. Desde 2016 que recebo aí pessoas de todo o mundo, aproveito para praticar francês e inglês com os meus hóspedes e continuo a aprender com cada experiência.

Mas o que mais me emociona é caminhar pelas ruas e ouvir, de repente: — “Professora! Professora!”

Ver os meus antigos alunos espalhados pelo País, ocupando lugares de destaque, construindo Moçambique, dá-me a certeza de que cada lágrima, cada sacrifício, cada noite sem dormir, valeu a pena.

Porque ensinar é mais do que dar aulas. Ensinar é transformar vidas.

E essa sempre foi a minha missão. Mesmo antes do 8 de Março de 1977.

FUI MOLDADO NO CENTRO 8 DE MARÇO, ENTRE DISCIPLINA E DESAFIOS



Por: CARLOS PEDRO MUCAVELE

Nasci em Mausse, Manjacaze, na província de Gaza, em 1959, e a minha vida, como a de muitos da minha geração, foi moldada por decisões que nos ultrapassavam. Os sonhos que eu tinha, ou que os meus pais projectavam para mim, foram abruptamente transformados no dia 8 de Março de 1977.

Naquela época, eu estudava na Escola Comercial Dr. Braga Paixão, em Xai-Xai. Vivia com a expectativa de um futuro previsível, influenciado pelas aspirações dos meus pais, que viam em mim um Contabilista. Mas as vontades individuais não tinham lugar na nova era que surgia.

O dia 8 de Março de 1977 não apenas redesenhou os caminhos da educação em Moçambique, mas impôs-nos, jovens estudantes, uma transição abrupta para uma realidade onde o destino era decidido pelo Estado. Para mim, essa decisão significou uma viagem, sem volta, para o Centro 8 de Março, em Maputo — um espaço onde a disciplina, o sacrifício e o crescimento pessoal se tornaram inevitáveis.

O Centro 8 de Março era um mundo à parte. Para muitos, como eu, foi o primeiro contacto com a vida de internato — uma experiência que exigia rápida adaptação. A rotina era rigorosa: formação militar, disciplina política e, claro, estudo. Não era apenas um centro de formação, mas um campo de resistência e moldagem de carácter.

Os dias começavam cedo, ao som de apitos estridentes. Tínhamos treinos matinais, seguidos de aulas na faculdade e sessões de trabalho — tudo regido por uma ordem inflexível. O espírito colectivo sobrepunha-se à individualidade.

Eu tinha sido inicialmente designado para um programa de formação de professores de Português e Inglês, mas a minha inclinação era outra. Negocieei, argumentei, até conseguir ser transferido para o curso de Economia — uma pequena vitória pessoal num sistema

onde o colectivo ditava as regras.

Houve um episódio, em particular, que testou a nossa paciência e a rigidez do centro: num daqueles treinos físicos matinais, senti uma inquietação crescente entre os meus colegas. Naquele dia, o que começou como um desabafo murmurante transformou-se numa recusa colectiva. Ninguém queria treinar.

— “Estamos com fome!” — alguém gritou.

A verdade era que a comida servida no Centro era insuficiente e, por vezes, intragável. O descontentamento, antes abafado pelo medo de represálias, tomou forma. Como chefe de pelotão, eu era o responsável por manter a disciplina política do grupo, naquele momento, eu próprio compreendia a frustração — porque eu mesmo sentia também fome, o conflito era inevitável. A situação escalou ao ponto de chegar aos ouvidos da Direcção do Centro, que, alarmada, notificou a Ministra da Educação.

O impasse ganhou proporções inesperadas e sérias consequências pairavam sobre nós. Sabíamos que a resposta não seria branda. O que poderia ter sido apenas um protesto silencioso despertou um debate acalorado dentro da estrutura governamental. No fim, a intervenção da Ministra evitou punições severas — mas a tensão permaneceu. A fome e a disciplina austera moldavam-nos de forma invisível, endurecendo-nos para os desafios futuros.

Lembro-me, naquele período, de um outro episódio que igualmente me marcou: Já no segundo ano do curso de Economia, surgiu outro desafio inesperado: fui chamado, de forma súbita, para o Serviço Militar Obrigatório (SMO).

A convocatória caiu como um balde de água fria. Eu estava a apenas um ano de concluir o curso — um objectivo que parecia finalmente ao meu alcance.

A interrupção significava não apenas perder os estudos, mas também mergulhar num contexto de guerra civil — um cenário imprevisível e perigoso.

Naquele momento, tive de tomar uma decisão rápida. Recorrer às estruturas da Universidade foi a única saída possível. Com o apoio da instituição, uma carta foi enviada ao Ministério da Defesa, solicitando

o adiamento do meu alistamento.

A espera foi tensa. A incerteza pairava sobre mim como uma espada prestes a cair. Mas, para minha sorte, o pedido foi aceite.

Continuei, assim, os estudos. Concluí o curso e, naquele momento, percebi a importância de lutar pelo que se quer.

Olhando para trás, 48 anos depois, vejo que a experiência no Centro 8 de Março foi um divisor de águas na minha vida.

Havia, sim, disciplina, rigidez, sacrifícios que nos eram impostos. Mas também havia crescimento, resiliência e um espírito de superação que nos preparou para um País em construção.

Depois de formado, fui designado para a Direcção de Administração e Finanças do Ministério da Educação, onde aprendi as complexidades da planificação e execução orçamental. Mas a minha trajectória não parou aí. Explorei novos caminhos, dediquei-me ao desenvolvimento agrícola e do agronegócio, actuei no serviço público, em consultoria, em organizações internacionais, e tornei-me professor do Ensino Superior.

Hoje, sou académico e consultor independente. Fundar uma instituição privada de Ensino Superior foi um dos maiores desafios da minha vida, mas, ao mesmo tempo, a concretização de um sonho que parecia improvável naquela manhã de 8 de Março de 1977.

Olhando para trás, percebo que a nossa geração foi moldada pela incerteza, pela disciplina rígida e pelo peso das responsabilidades nacionais.

Não era um caminho fácil. Havia o risco de falhar, de sucumbir às exigências de um sistema inflexível. Mas cada obstáculo nos forçou a crescer.

Se pudesse voltar no tempo e falar com aquele jovem que, em 1977, via os seus sonhos substituídos por decisões alheias, diria:

— Aguenta. Aprende. Luta. Porque um dia vais olhar para tudo isto e perceber que foste forjado no fogo da resistência.

E esse fogo nunca se apagou.

TRAJECTÓRIA INESPERADA?

Por: MARISA RANÇEL MARTINS



Nasci em Lourenço Marques, a 26 de Abril de 1962. Cresci, vivi e estudei na Beira, para onde o meu pai fora transferido, vindo de Quelimane, e em 1978 concluí a 9^a classe na Escola Secundária Samora Machel, anterior Liceu Pêro de Anaia. Foi de lá que saí para Maputo, em 1979, para cumprir com a directiva do “Chamamento da Pátria”, feito pelo Presidente Samora Machel, a 8 de Março de 1977.

Seguir um curso universitário era um dos muitos sonhos de uma jovem adolescente, e eu não fugia à regra, ainda que, na época, não tivesse uma ideia fixa sobre um curso ou profissão. As viagens e os aviões sempre exerceram sobre mim um certo fascínio, por isso não faltou o sonho de ser hospedeira... quem não queria ser hospedeira quando pequena...? [risos]... uma opção desencorajada lá em casa, pois esperava-se que seguíssemos um curso superior...

Mais tarde, o curso de Veterinária tornou-se a minha paixão. Não sei se por gostar de Biologia, onde estudávamos a vida e os seres vivos, ou se por gostar de animais, pois em casa sempre tivemos animais... [risos]... cães, galinhas e outros. Sabia que queria ser médica veterinária, e assim preenchi no formulário antes do final do ano escolar. Não me recordo das outras opções que provavelmente terei assinalado.

Nos primeiros meses de 1979, desconhecendo qual seria o curso ou afectação, parti para Maputo juntamente com mais colegas de outras escolas da cidade e província. Sentia-me confiante e imbuída daquele espírito patriótico, acreditando que estava preparada para o que me fosse indicado. A verdade era apenas uma e única: vontades, desejos e sonhos tinham deixado de ter importância, e seguiríamos o que fosse decidido por outros, que sabiam das prioridades do País.

Assim, um ano depois de termos vindo a Maputo, aquando dos 1.ºs Jogos Desportivos Escolares de 1978, fazia a mesma viagem — desta vez para cumprir o “Chamamento da Pátria”. Foram 1200 km e cerca de 14 horas de autocarro, até chegarmos, já de noite, à porta do Centro 8 de Março, o local de alojamento, ali na Av. Kim Il Sung.

Lembranças? Algumas. A primeira: incompreensível a pouca ou nenhuma organização à nossa chegada, tendo em conta que já estávamos no terceiro ano de existência do programa. Os que tinham amigos no Centro foram acolhidos com mais facilidade. Outros, tivemos de nos desenrascar até sabermos onde arrumar os nossos pertences ou dormir. Uma camarata imensa, praticamente cheia, no primeiro andar da ala feminina, entre malas, sacos, sacolas e outros artigos espalhados — 21 camas, beliches. Foi o que nos calhou. Não conhecia ninguém, para além das meninas que acabavam de chegar. Dias depois, mudámo-nos para um quarto mais pequeno, que à época poderíamos considerar uma suíte de luxo. Éramos ali todo o Moçambique.

Algumas pessoas da Educação atendiam, no átrio, estudantes aflitos com as mais diversas situações. Uma vez mais, o meu nome não constava em nenhuma das listas. Atendeu-me um senhor achinesado ou ajaponesado que, num português brasileiro, questionou, de forma pouco cordial, as minhas notas para a opção que eu fizera, e, sem que eu tivesse tempo de dizer algo, entregou-me uma guia de marcha. Deveria apresentar-me no Instituto de Línguas, que estava a abrir nesse ano, para frequentar o curso de Guias, Tradutores e Intérpretes em Inglês. Suzuki era o nome do meu primeiro “carrasco”.

O Instituto localizava-se no edifício do antigo Instituto Victor Cordon, na Avenida Eduardo Mondlane, e formava, em dois anos, Guias, Tradutores e Intérpretes em Inglês e Francês. Recordo-me que, no rés-do-chão, havia uma conhecida loja de persianas, a Luxoflex, que até fazia muita publicidade na Rádio Moçambique, e, mais à frente, um café, o Lobito, cujos donos simpáticos nos guardavam umas sandes de ovo (omeleta) e um copo de leite.

Do Instituto não tenho boas recordações. Como as aulas já tinham começado e a turma de Inglês estava preenchida, fui “atirada” para o curso de Francês. De nada serviram as tentativas para mudar. Sem alternativa, tentei adaptar-me. Era, afinal, o que queriam que eu seguisse...

Os “fudjos” de fim-de-semana para a Beira, entre “colinho” e situações familiares, valeram-me uma ordem de transferência para o Khovo (abreviatura de Khovolar), um outro local de alojamento, por decisão da professora Ana Maria Branquinho, que ordenou à secretaria que

não me passassem mais declarações para compra da passagem de estudante. Acabaram-se as viagens. Se era permitido? Acho que não. Mas, desde que não prejudicasse as aulas, não via nenhum problema. A nova “realidade” era clara: “Não é o que tu queres, mas sim o que nós queremos!”.

Como a Direção do Centro não via inconveniente na minha permanência, e eu estava decidida a não me mudar, não mudei. Afinal, a minha vida, as amigas e o meu namorado estavam no Centro. Paguei caro por essa desobediência e ousadia.

Se a vida no Centro, onde vivi cerca de sete ou oito meses, não era fácil, mas suportável, no Instituto era o contrário. Professores rígidos e nós, jovens cheios de sonhos, ressentíamo-nos disso. Quando um mal-estar geral se instalou, alunos dos dois cursos manifestaram-se contra o tratamento recebido. Fui conotada como parte da “agitação” e o meu destino ficou traçado. Dias depois, recebi uma notificação URGENTE: apresentar-me no Ministério da Educação com o B.I. e o cartão de recenseamento militar.

Fui recebida por Luísa Vieira, já falecida, que “confiscou” os meus documentos, alegando que o meu nome tinha saído, na Beira, para o Serviço Militar Obrigatório e que, se não me apresentasse de imediato, seria considerada “desertora”. Assustada, comuniquei aos meus pais. Apresentei-me no Centro de Recenseamento, fui enviada para o Hospital Militar e, após exames médicos, soube do destino: Moamba — o famoso quartel do Destacamento Feminino (DF), de que tanto ouvira falar, desde banhos no rio, com bois e dejectos, a sevícias cometidas por instrutoras, comprimidos para travar a menstruação... enfim.

Mais tarde, soube que o meu nome não constava na lista da Beira. Estava a ser castigada por desobediência ou agitação. Nunca imaginei estar nessa situação. Revoltada, em pânico, recusei-me a ir. Fiquei à porta do quartel da Moamba e decidi regressar a casa. Dias depois, aterrei na Beira com o meu pai, depois de episódios tristes e dolorosos — e sem documentos. Em suma: desertei! Andar sem documentos naquela altura era perigoso: bastava uma rusga para ser enviada para um campo de reeducação.

No Centro 8 de Março, desligávamo-nos de quem éramos. Viéramos de

todo o País, de diferentes culturas, raças e extractos sociais, para um objectivo comum. Partilhávamos latas de leite Nido, sardinha, “corned beef”, caixas da Beira trazidas por um amigo tripulante da ex-DETA. Houve solidariedade, beirense sem dúvida. A alimentação do Centro era má: xima amarela e dura (a “rádio-táxi”), feijão com bichos, pão sem recheio ou batata-doce, fruta vinda de países amigos socialistas. Um dia fizemos greve no refeitório, batendo com talheres nas mesas. Os chefes comiam melhor — e à nossa frente.

O treino militar matinal (“shot-kolia”) dispensava comentários. Nunca o fiz, nem vesti a farda. Não por orgulho, mas por rebeldia. Acreditava que isso não me preparava melhor para ajudar Moçambique.

As escapadelas do Centro eram mágicas! Entrávamos pela cozinha, escondíamo-nos nos frigoríficos, e à manhã de domingo cantávamos o Hino na formatura, exaustos... Alguns tentavam esconder-se nas laranjeiras... que saudades!

Havia companheirismo, amizades, namoricos. O meu namorado viera também da Beira. Isso deu-me força para ficar, quando me tentaram mudar para o Khovolar.

Vivi momentos intensos e difíceis. Algumas decisões foram injustas e moldaram-me. Sempre fui avessa à mentira e à injustiça. Ser aberta e honesta era valor de casa. Não era indisciplinada — apenas jovem, com necessidade de ser ouvida. O “Chamamento da Pátria” não foi opção: foi obrigação por um bem maior.

Éramos jovens de 16, 17, 18 anos, que deixámos tudo: família, sonhos, vontades. Fomos tratados como militares, orientados por pessoas com pouca sensibilidade e formação. Hoje seria um atentado aos Direitos Humanos; teríamos apoio psicológico.

Independentemente dos títulos, fizemos parte de um tempo único. Não devemos ter medo de contar o que de menos bom aconteceu. Se nos disserem: “Fez parte do processo”, responderemos: “Fez sim. Por isso somos o que somos!”

Ficaram as amizades para a vida, a solidariedade, o sentido de compromisso, a resiliência — palavra tão actual — e, para alguns, a certeza do dever cumprido.

Se poderíamos ter feito mais? Talvez. Só a História nos julgará.

Encerrado o capítulo “Chamamento da Pátria”, concluí, em 1980, a 10^a classe, no meu antigo Liceu, hoje Escola Secundária Samora Machel. Decidi não continuar a estudar. Concorri ao curso de Assistentes e Comissários de Bordo na LAM. Voltei a Maputo e concretizei o sonho de ser hospedeira.

Foram 20 anos na LAM, com regresso aos estudos, uma licenciatura em Turismo e Gestão de Empresas Turísticas, cheia de novos sonhos, num tempo em que o País se afirmava como destino turístico. Fui convidada a integrar a equipa da SMS Catering, onde estive cerca de 15 anos.

O legado que deixamos aos nossos filhos, netos, familiares — os muitos filhos e netos deste País — está nestes textos ricos e inolvidáveis sobre esta nossa geração: A Geração 8 de Março!

MEMÓRIAS DE UMA ESCOLHA INESPERADA

Por: CARLOS DINIZ



Chamam-me Carlos Eduardo Rosário Diniz, mas quem me conhece desde os tempos de escola, simplesmente me chama de Dinis. Nasci na Beira, a 22 de Dezembro de 1960, e foi lá que a vida começou a desenhar os primeiros esboços do que viria a ser o meu destino. Mas foi em Lourenço Marques, nos corredores do Liceu Salazar e depois na Escola Josina Machel, que os sonhos começaram a ganhar forma.

Naquela época, a ideia era clara: estudar, seguir Engenharia e tornar-me independente. O meu pai era o meu sustento e, depois de ter repetido um ano no liceu, queria recuperar o tempo perdido. A Geologia era a minha segunda paixão, mas, naquele tempo, eu acreditava que o meu caminho ainda estava longe de ser traçado. Até que veio o 8 de Março de 1977.

Foi no Pavilhão do Maxaquene que tudo aconteceu. Eu estava lá, sentado entre milhares de jovens, a ouvir o Presidente Samora Machel discursar. A energia no ar era electrizante. “O País precisa de técnicos, de professores, de profissionais formados com urgência”, disse ele. E eu, um adolescente de 16 anos, fui tomado por um sentimento de dever e patriotismo. Finalmente, poderia retribuir ao País aquilo que me dava: uma nacionalidade, de passarmos a ser todos moçambicanos. Além disso, havia uma vantagem pessoal: com a formação acelerada, recuperaria o tempo perdido no liceu.

O destino, porém, tem um humor peculiar. Com apenas 16 anos, fui enviado para o curso Propedêutico de Ciências e viver no Centro 8 de Março. Eu queria continuar a estudar, sim, mas a mudança não foi fácil. Largar o conforto da casa do meu pai e mergulhar numa nova realidade foi um choque. Os primeiros dias foram solitários, mas o desporto, que sempre esteve no meu sangue, ajudou-me a encontrar um grupo de amigos. Partilhei o quarto com o Paulo Óscar, colega das aulas de natação no Maxaquene, e depois com o Amílcar Cipriano, que se tornaria um irmão de jornada.

A rotina no Centro 8 de Março era uma mistura de disciplina, cansaço e camaradagem. O treino militar começava às cinco da manhã. Marcháva-

mos sob comandos em swahili, dados pelos instrutores. No início, parecia um teatro surreal, mas depois tornou-se parte de nós. Cada ordem, cada passo dado em unísono, forjava-nos numa nova identidade. O uniforme militar pingo-de-chuva tornava-nos iguais e a corrida mensal até à praia da Costa do Sol moldava o nosso carácter.

Mas havia algo que me doía profundamente: o desporto de alta competição estava proibido. Como nadador federado do Clube Ferroviário, fui forçado a abandonar a modalidade que amava. A piscina ficou para trás e, no seu lugar, vieram os campos de futebol e basquetebol do Centro. Mesmo assim, organizámos equipas e formámos verdadeiras selecções internas. Em basquetebol, integrei a equipa principal e, em cada jogo, provávamos que éramos mais do que estudantes recrutados à pressa – éramos atletas, lutadores.

Um dos episódios mais marcantes aconteceu numa viagem a Inhambane, onde defrontámos a selecção provincial no campo do Desportivo de Inhambane. Ouvíamos rumores de que aquela seria a nossa primeira derrota. Mas entrámos em campo com a mesma garra com que enfrentávamos os desafios diários no Centro. O jogo foi renhido, a arbitragem tendenciosa, mas resistimos. Faltavam apenas alguns minutos e estávamos a ganhar por dois pontos quando, de repente, um inesperado tiro de AKM-47 soou no ar. Um grupo de militares, que torcia pela equipa adversária, queria intimidar-nos. O medo foi imediato, mas a reacção foi instintiva – corremos todos para o camião Scania, fugimos do campo e só parámos na praia do Tofo, onde nos refugiámos do caos que se instalara.

Olhando para trás, 48 anos depois, vejo o impacto que essa jornada teve na minha vida. Tornei-me geólogo, licenciado pela UEM, e percorri o País de lés-a-lés, em missões de pesquisa. Descobri que Moçambique é uma potência em recursos minerais: pegmatitos, rubis, grafite, ouro, calcário... Vi a riqueza do nosso solo e compreendi que, explorada de forma sustentável, pode conduzir-nos à independência económica.

O 8 de Março moldou-me de maneiras que nem o tempo pode apagar. De um adolescente com sonhos ingénuos, tornei-me parte da engrenagem que ajudou a construir uma Nação.

E, acima de tudo, aprendi que a verdadeira geologia não está apenas nas pedras e nos minérios, mas também nas experiências que nos esculpem ao longo da vida.

MALDITO CAMIÃO

Por: TERESA MANJATE



Manhãs corridas. De manhã muito cedo: “shot-kolia”, marcha militar. Voltas ao campo de futebol, tornado campo militar. No início, um pouco assustada com aquilo tudo. É ginástica? Não é ginástica. É treino militar? Não é treino militar. O que é, afinal? É “shot-kolia”. Ponto final.

Depois do “shot-kolia”, como disse, tínhamos de correr para o banho, para o pequeno-almoço e, depois, ir à Faculdade de Letras, no Campus Universitário. Tudo muito corrido, muito intenso!

Confesso: nem todos os dias conseguia levantar-me para o treino. Os mentores iam de quarto em quarto à “pesca” de quem ficava a dormir. Pesadelo! Abriam portas, sacudiam-nos das camas e tínhamos de enfrentar aquelas vozes recriminadoras e as promessas de castigos.

“Agora vem, vais correr sozinha, Margarida!”

“Rosa, vem, aprende a acordar, como os outros. Vem. Corre.”

Devia ter cara de Margarida ou de Rosa, como me chamavam. Aquelas manhãs eram tenebrosas!

E tínhamos aulas nas faculdades. Como tinha sido seleccionada para professora de Português, tinha de ir à Faculdade de Letras assim mesmo: fardada e cansada.

O trajecto entre o 8 de Março, a nossa casa – isto é, o lugar onde dormíamos e tomávamos as refeições – e a Universidade, lugar onde tínhamos as aulas, era feito em camiões.

Os camiões eram altos. Às vezes, a memória pode atraiçoar. Neste momento, vejo camiões bem altos, verdes – aquele verde-garrafa típico dos carros e uniformes militares, como os nossos uniformes. Andávamos todos verdinhos: na roupa, nos carros. E cansadinhos. Nos primeiros dias, bocejávamos nas aulas, quase em sintonia... ou sinfonia, como queiram.

Os professores tinham reacções diferentes: uns constrangidos, outros nem por isso; uns solidários, outros nem por isso. Tínhamos de continuar, mesmo com intervalos repetidos na mesma aula.

Um dia – acho que foi o primeiro em que fomos de camião para a

faculdade – uniformizados e com as sacolas de livros a tiracolo, os mais ágeis atiraram-se para o camião. Os mais lentos foram entrando. Confesso: eu nunca tinha andado de camião antes, mas não queria parecer uma “patricinha”. Fui-me chegando ao camião, a fazer cálculos muito rápidos: “Primeiro o pé direito, depois o pé esquerdo, puxo o corpo e já está.” Grande ficção!

Junto ao camião, todas as contas, todos os cálculos caíram por terra. Puxa a perna... nada! Mais um pouco de esforço... nada. O exercício começou a atrair alguns olhares curiosos – uns divertidos, outros solidários. Um colega tentou ajudar. Depois veio outro. Puxa-não-puxa... vi-me no camião. Que desconforto! E o equilíbrio? Agarrei-me, desesperadamente, às bordas do camião. Mas, na verdade, o pesadelo ainda não tinha acabado. Já na faculdade, os colegas desceram todos a correr, cada um para o seu “posto” – a linguagem era essa.

Eu fiquei no camião. Desce, não desce... e o motorista a perder a paciência! Eu não descia, não sabia descer. O camião era alto e não tinha como descer. Contas feitas, contas desfeitas. Solução? Nenhuma! O camião fez meia-volta. Chegados ao Centro – e a única “encomenda” era eu. Desconforto. O senhor que estava de serviço ainda fez algumas perguntas e as respostas foram encabuladas, com muita vergonha à mistura.

Um escadote foi encontrado, não sei onde, e desci com o apoio de dois “camaradas”.

Faculdade? Nem pensar. Tirei o dia para ressacar a vergonha de ser gordinha e, sobretudo, incapaz de subir e descer do camião.

Duas amigas solidarizaram-se:

– “Não conseguiste?”

Segredos: fiquei uns dias de ressaca, com pesadelos em cima de um camião que zanzava pela cidade desconhecida. Dias a fio. Pesadelos. Pesadelos. E desconforto. Vergonha? Talvez!

Tomei uma decisão: de camião, nunca mais!

Na verdade, essa decisão fez-me ganhar duas amigas com quem caminhava do Centro à faculdade. Mais: as três fizemos um amigo, o Antúnio – acho que da Embaixada de Cuba, que ficava à porta do edifício, na Sommerschild – para nos saudar e meter conversa.

Sobrevivi, mas ainda com pavor a camiões.

Sobrevivi!

OITO DE MARÇO – “BLUE SUNSHINE”

Por: ANA MELO



No edifício gigantesco, de múltiplos compartimentos, onde em tempos “hibernaram” seminaristas decididos a defender a moral e a (outra) Pátria, foram concentradas três centenas de jovens, deslocados “a toque de caixa” de todas as províncias, para responder ao discurso inflamado de 8 de Março de 1977.

Gerir esta massa de energia impetuosa, de escolaridade avançada no ensino secundário, “do Rovuma ao Maputo”, foi, para os dirigentes militares responsáveis pelo Centro, uma missão deveras difícil, para a qual não estavam minimamente preparados: as regras de quartel não entravam nas nossas mentes rebeldes; não estávamos em guerra, nem sabíamos que mazelas ela podia causar; a floresta cerrada das “zonas libertadas” nada tinha a ver com os nossos horizontes largos, nas cidades e arredores, onde nos sentíamos livres para sonhar.

A primeiríssima experiência, em 1977, foi de gestão estritamente militar... até os governantes perceberem que aquela guerra se adivinhava perdida.

E os estrategas retiraram-nos da bandeja do Ministério da Defesa para nos depositar no colo do Ministério da Educação, já a meio do ano lectivo.

Os primeiros meses foram duros: o toque de alvorada a acordar as hordas, o “shot-kolia” a levantar a poeira vermelha do campo de futebol, os pelotões e tarefas sincronizadas, as reuniões depois do jantar, quando já não sobrava energia para o estudo ou para a makwayela... Foi uma autêntica prova de fogo, que hoje parece um filme de ficção (pouco científica).

Um dos episódios de que me lembro foi a ordem de “rapadela colectiva” das cabeças masculinas, precisamente quando estreou o filme “Blue Sunshine”, que, com carecas reluzentes, nos havia estimulado o terror.

As meninas foram poupadas, mas não podiam exhibir despudoradamente a sua cabeleira natural, e a minha, feita de caracóis múltiplos e desordenados, não escapou.

Fui humilhada em público por ter caracóis que, de tão finos, eu não conseguia – nem tinha a arte – de trançar. E foi dada, em voz de comando, a ordem de os cortar tão rente quanto possível, poupada, mesmo assim, à “lâmina zero”. Pela primeira vez, reagi, entre a raiva e a revolta, e como não me era permitido verbalizar o que me saía da alma, fui arrastada pelas colegas de quarto e vizinhas (Guida, Narri, Raquel, Zulmira) para a camarata, onde desabei em lágrimas e impropérios abafados.

E adormeci ao som do violão do Álvaro Casimiro, que sabia que a música de Chico Buarque era um poderoso calmante – e o único acessível.

Tenho na memória os rostos conformados dos nossos rapazes, exibindo as suas carecas entre tons azulados e acinzentados. E, como em tantas outras situações, a imagem associada ao filme de terror – e que poderia ser de indignação ou raiva – foi habilmente transformada em brincadeira. Porque “o humor é a melhor arma de todas”.

Hoje reconheço que não havia intenção de magoar, da outra parte. Apenas a incompatibilidade das linguagens, distintas, dissonantes, que não tornava possível passar mensagens como era suposto.

O País estava a nascer, tropeçando, tateando, vacilando, à procura do rumo certo.

Nós fomos disso testemunhas vivas – e sobrevivemos. Fizemos o percurso com coragem e empenho, ainda sabíamos sonhar e, sobretudo, criámos amizades (assim nos defendíamos) que ficaram para sempre.

O VOO PARA MOSCOVO QUE ACABOU POR NUNCA ACONTECER



Por: JOÃO PEDRO TEIXEIRA MARTINS

O meu nome é João Pedro Teixeira Martins. Nasci, por acidente, em Lisboa, já que os meus pais lá estavam a terminar os estudos. Nos anos 50 não existia ensino superior nas colónias e um feliz destino os juntou na Faculdade de Medicina, em Lisboa. Feliz porque sem ele cá não estaria eu a contar-vos esta história. Acabei por viver na minha cidade-natal só até aos meus oito meses de idade.

Tudo começou naquela reunião realizada a 8 de Março de 1977, no actual Pavilhão do Maxaquene, em Maputo, onde o Presidente Samora Machel anunciou a suspensão dos sextos e sétimos anos do liceu e a reorientação de todos os estudantes que terminavam o quinto ano para tarefas prioritárias do País. Foi esta data que deu o nome ao Centro que vim a chamar de minha casa durante um ano. A primeira decisão foi que todos os rapazes abrangidos deveriam passar, imediatamente, por um processo de exames médicos com vista à selecção de um grupo que seria enviado para a União Soviética, para integrar o primeiro corpo da Força Aérea de Moçambique, para diversas especialidades.

Os exames médicos realizaram-se no Hospital Militar de Maputo, ao longo de dois dias. A equipa médica era composta por 5 ou 6 especialistas militares. Todos vieram da União Soviética, especialmente para estes exames que iniciaram dia 9 ou 10 de Março (espero que nenhum de vós leve a mal que, passados 48 anos, a minha memória tenha algumas pequenas imprecisões). No primeiro grupo de estudantes, a iniciar esta bateria de exames, estava eu, um jovem de 16 anos.

No primeiro dia de exames ficou claro que o primeiro teste, repetido no segundo dia, era uma prova de resistência. Devíamos nos apresentar no Hospital Militar às 6h30 da manhã e atrasos não eram tolerados. Tivemos direito a um grande pátio para aguardarmos a chamada para a primeira consulta, que era bem servido em termos de

exposição solar, revestido de terra batida, sem um único banco para nos sentarmos ou uma sombra para nos acomodarmos. O primeiro grande momento do dia acontecia com a chegada, por volta das 11.00 horas, dos nossos médicos. A essa hora, cada um de nós já tinha vociferado a quase totalidade do vocabulário menos recomendado de que dispunha.

Uma das especialidades incluía uma prova, cientificamente denominada como a prova do toque rectal, mas que para nós ganhou fama como a prova do dedo no ... dito cujo sítio. Logo ao entrar no gabinete tínhamos o primeiro choque, o térmico. Os médicos acabadinhos de chegar da União Soviética estavam mais habituados a temperaturas negativas, pelo que tinham os aparelhos de ar-condicionado regulados para o modo congelador. O próprio pessoal de apoio, enfermeiros moçambicanos que também faziam, as vezes, de intérpretes, usavam, na sua maioria bons casacos. Quanto a nós, os examinandos, vínhamos do nosso estágio diário no pátio que já descrevi. Éramos encaminhados para um canto do gabinete onde existia uma cadeira e uma pequena mesa. A cadeira era para nós nos sentarmos e a mesa para a nossa roupa. Permanecíamos sentados, só de cuecas, para podermos assistir do camarote ao espectáculo que ia ser proporcionado pelo examinando anterior da fila. Esta situação criava um profundo desconforto, mas confesso que este método tinha a vantagem de, no momento de nós próprios subirmos ao palco, já termos uma ideia muito clara do que estava para vir.

Ao chegar a nossa vez de subir ao palco, já estávamos sob um efeito anestésico, resultado do uso de duas técnicas que são a “congeloterapia” e a “assustoterapia”. Aí éramos promovidos a actor principal com direito a plateia, constituída pelo actor seguinte. A actuação em si era pacífica e sem sobressaltos dignos de relevo, mas com um final em grande. A fase apoteótica começava no momento em que ouvíamos do tradutor uma sequência que nos dizia “fica em pé, bem direito”, “tira a roupa” (naquele momento a única roupa de que dispúnhamos eram as cuecas), “afasta um pouco as pernas”, “inclina o corpo e a cabeça bem para baixo”, “segura bem o rabo e abre bem o c...”, e a partir desse momento sabíamos que aí vinha a bomba. Tratava-se de uma experiência desagradável, mas suportável. Lembro-me que só após este acto comecei a reparar que aquele médico tinha uns dedos

bem grossos. Verifiquei, mais tarde, que esta impressão era partilhada por vários outros examinandos.

Ainda não constituíamos exército, mas já tínhamos um comandante que se chamava João Honwana, que eu pessoalmente já conhecia, se bem que superficialmente. Ele acabou seguindo para a União Soviética, logo no primeiro voo para Moscovo, a chefiar o grupo. Apesar de um pouco mais velho, ele tinha um jeitinho especial para se relacionar com toda a gente e de nos pôr à vontade. É nesse espírito de bom chefe, sobretudo depois de tamanha violentação, que ele me esperava no corredor para me dirigir uma palavrinha de consolo, dizendo “nunca me digas que nunca foste enrab... na tua vida porque a partir de hoje já não acredito”.

Os exames médicos levaram dois dias e tivemos que nos apresentar no terceiro, sempre às 6h30, no mesmo pátio, para aguardarmos até cerca das 14h00 pela consulta das listas dos seleccionados. Lembrome que, ao consultar as listas, tive uma sensação estranha porque, por um momento, percebi que, pela primeira vez na minha vida estava a consultar uma lista, com um desejo secreto de não encontrar o meu nome na coluna dos aprovados. Acabei por me render à realidade que era que eu estava na lista dos seleccionados para a viagem para a União Soviética. A partida do quartel de Boane, onde aguardaríamos pelo embarque para Moscovo, estava marcada para o dia seguinte, às mesmas 6h30 da manhã e o ponto de concentração seria o nosso pátio no Hospital Militar.

Era fundamental aproveitar as poucas horas que me restavam até iniciar esta longa viagem. Tinha que me despedir das pessoas que mais contava que eram a minha família directa, mas sobretudo da linda moça com quem eu namorava há já 6 meses e de quem estava perdidamente apaixonado. Como não havia telemóveis para dar a notícia à minha amada, tive de contar com as minhas pernas. Ao chegar não devo ter sido muito convincente a esconder o meu estado de espírito, porque lembro-me, como se fosse ontem, que, no momento em que os nossos olhares se cruzaram, nem foi preciso eu dizer nada. Ali mesmo, à porta da casa, houve um grande e espontâneo abraço e algumas lágrimas. Passados uns longos minutos, e sem eu ter pronunciado uma única palavra, foi ela que deu a notícia aos membros da sua família que estavam presentes em casa.

Tive a sorte de não enfrentar o problema que muitos dos meus colegas viveram com os seus pais que, muitas vezes, tinham uma perspectiva diferente para o futuro sobre os filhos, mesmo que estes últimos pudessem estar mais abertos e predispostos a aceitar a sua sorte.

Não estando convencido que a opção de uma carreira militar, que me obrigava a sair de casa tão cedo, fosse a que os meus pais prefeririam, nunca ouvi por parte deles uma única palavra que me pudesse pôr numa posição de desconforto face a esta situação. Antes pelo contrário, tiveram sempre uma atitude de reconforto e solidariedade, procurando sempre exprimir que nem sempre na vida se podia ter tudo o que se queria, e que o mais importante era sabermos ultrapassar da melhor forma todos os obstáculos que encontramos ao longo da vida. Não tive grande dificuldade em aceitar o meu destino. Para ser honesto, tenho que reconhecer que a minha maior preocupação era o impacto desta nova realidade na minha relação com a minha então namorada que, naquela altura, era o centro do meu mundo. O meu refúgio foi procurar não pensar em todas as “desgraças” que ainda poderiam estar por acontecer.

Penso que por muito que me esforce nunca conseguirei agradecer o suficiente à minha querida e já falecida mãe, assim como ao meu pai, felizmente para mim ainda em vida, pela educação que me deram e pelos valores que me transmitiram e que eu me esforço todos os dias por manter vivos.

O meu futuro parecia então certo, traçado com régua e esquadro e chamava-se Força Aérea de Moçambique, começando por um voo Maputo-Moscovo, com escala técnica em Boane.

A viagem para Boane aconteceu depois das 15h00, o que nos deu tempo de nos despedirmos do nosso pátio e para um almoço. A viagem decorreu com toda a normalidade a bordo de um grande camião, com cerca de 60 passageiros e suas parcas bagagens. Não se tratava do famoso Scania verde e amarelo que mais tarde muitos conheceram no Centro 8 de Março, mas até era parecido. Nos dias seguintes, e ao longo de cerca de uma semana, chegaram novos companheiros mas em grupos mais pequenos.

À nossa chegada ao quartel de Boane começaram as complicações. O quartel não tinha conhecimento da nossa chegada e não existia ne-

nhuma caserna preparada para nós. Enquanto esperávamos por uma solução recebemos material básico que continha dois lençóis, uma manta, um pedaço de sabão azul e um colchão de espuma com um máximo de 5cm de espessura e que parecia ignorar o significado da palavra “novo”. Os dois jogos de fardas e pares de botas seriam distribuídos no dia seguinte.

Entretanto, quando chegou a hora de jantar, tivemos que esperar que o refeitório ficasse vazio para entrarmos. A explicação era simples. Os regulamentos do refeitório eram claros. Não era permitida a entrada no refeitório sem farda, e não nos podíamos misturar aos outros que estavam fardados. O cardápio do “Restaurante Boane” era simples. Nas catorze refeições tínhamos um compacto, que só ao provar é que se podia identificar, de tão cozido que estava. Podia ser farinha de milho, arroz ou mesmo massa. Ao fim de alguns dias já conseguíamos distinguir a composição exacta só pelo aspecto. Este compacto vinha acompanhado de peixe que, apesar de não ser carapau, era parecido tanto no aspecto como no tamanho. Cada unidade permitia servir três doses, nomeadamente o “filete” de cima, o “filete” de baixo e o terceiro contemplado tinha o privilégio de poder chupar a cabeça, o rabo e a espinha dorsal que ainda tinha uns vagos “farrapos” de carne. A refeição terminava com uma laranja que, acreditem se quiserem, era deliciosa. Naquele primeiro jantar, a maioria lembrou-se que o nosso almoço não incluía fruta e optou por se contentar com a parte deliciosa da refeição.

Depois do jantar tínhamos que saber como iríamos passar a noite. A única alternativa encontrada para essa noite foi usarmos um alpendre que nos garantia uma cobertura, mas que estava completamente aberto de todos os lados. A área cimentada serviu para colocarmos os colchões, mas foi necessário encostá-los todos uns aos outros. Assim foi a nossa primeira noite no quartel de Boane.

Os sete pequenos almoços que completavam a lista das refeições semanais, eram a nossa tábua de salvação. Era constituído por um pão de dimensões generosas, fresquinho e, por vezes mesmo crocante, e dispensava qualquer “jam”, já que o chá, servido numa grande caneca metálica, era preparado com pelo menos meio quilo de açúcar para um litro de água. Ao domingo (eu só lá passei um) tivemos mesmo direito a leite, a saber a queimado, mas era leite. Nessas sete refeições

semanais não deixávamos sobrar nem uma migalha de pão e nem uma gota de chá.

O dia seguinte foi dedicado a resolver todas as questões logísticas, desde a distribuição das botas e fardas, alojamento e, finalmente, o cerimonial conhecido como “passagem pela máquina zero”. Para muitos, provavelmente por uma questão de excesso de zelo, mais do que qualquer outra razão, este cerimonial passava por duas fases, uma primeira da máquina zero propriamente dita e uma segunda que consistia numa passagem à lâmina Gillette.

A solução para o nosso alojamento foi uma caserna que estava em reabilitação. Os dormitórios já tinham sido reparados e estavam em boas condições. A zona dos chuveiros estava num estado degradado, mas com alguma boa vontade, vagamente usável. Finalmente, a zona das restantes funcionalidades das casas de banho, em termos práticos, não existia. Todos os equipamentos e infraestruturas anteriores já tinham sido destruídos e removidos, mas sem qualquer reposição. Podíamos usar os chuveiros (o melhor é dispensarmos os adjectivos). Para tudo o resto, teríamos de recorrer à caserna vizinha, que ficava a cerca de 150 metros de distância.

Para não fugir à regra, a resolução de um problema só era completa quando aparecesse o seguinte. No quartel de Boane havia regras. Uma delas era que, pelo menos nas zonas onde se encontravam as casernas, existiam áreas de circulação livre e outras condicionadas. Em termos concretos, à volta de cada caserna existia uma demarcação de cerca de 15m em relação aos edifícios. Depois dessa demarcação a circulação era condicionada: só poderia ser feita em formatura militar.

Assim, sempre que alguém tivesse que aliviar uma necessidade fisiológica teria que se deslocar, em formatura militar, à casa de banho já que teríamos que usar as infraestruturas da caserna vizinha. A primeira questão, a de sermos capazes de marchar em formatura, ficou rapidamente resolvida com uma formação de “shot-kolia” em modo expresso. A segunda questão prendia-se com o facto de uma formatura militar ser composta por um mínimo de três pessoas. Assim, toda a deslocação à casa de banho passaria a requerer a mobilização de pelo menos dois acompanhantes.

Pelo menos no grupo de 1977, o nome de Dalton vai trazer a

recordação de um personagem com uma personalidade muito própria e muito querido de todos. O que talvez poucos saibam é que o Dalton não nasceu Dalton. Esta alcunha teve-a no quartel de Boane. Paulo Óscar Monteiro foi um dos companheiros que foi comigo para Boane, e regressou comigo para a vida civil, já baptizado de Dalton. Vida civil, porque para aqueles que acham que no Centro 8 de Março a nossa vida era demasiado militarizada, recomendo umas férias de uma semana apenas no “Boane Hotel and Resort”.

Ao fim de cerca de uma semana em Boane, era uma quarta-feira, e no habitual procedimento de chamada na formatura matinal, foi nomeado um grupo de setenta e cinco companheiros, com a indicação de que dispunham de vinte minutos para arrumarem os seus pertences e avançarem para os dois autocarros estacionados junto da caserna, para uma nova missão. Todos perceberam que para aqueles setenta e cinco o dia M tinha chegado (refiro-me a M de Moscovo). E assim era, de facto. Pela primeira vez, em todo este processo, o meu nome não constava da lista do primeiro grupo a avançar.

Este acontecimento chocou-me um pouco. Não por ter ficado de fora, o que até secretamente agradecia, mas porque percebi que com os tais vinte minutos, nenhum dos setenta e cinco seleccionados teve uma sombra de hipótese de poder contactar, nem que fosse telefonicamente com a família e de se despedir de uma forma condigna. A única alternativa que lhes restou foi deixar escrito com os companheiros que ficavam, num papel qualquer, o nome e número de contacto do pai, mãe, irmão, namorada ou outra pessoa a contactar para transmitir a informação. Para que estes companheiros embarcassem, foi preciso programar um voo que viesse de Moscovo até Maputo, especialmente para esse efeito. Portanto, tratou-se de uma operação absolutamente previsível e planificável. Então, porquê tratar estas pessoas com tão pouco respeito e humanismo?

À medida que o tempo ia passando, as nossas percepções sobre as coisas sofriam uma evolução. Por exemplo, em relação às 14 refeições semanais todas iguais, a percepção inicial traduzia-se por “não vou comer uma coisa qualquer só por comer, para além de que a laranja até é muito saborosa”. Passados uns dias, já se fazia sentir uma nova percepção, que se traduzia por “afinal, nem sequer parece tão mau como isso, não há razão para não provar”. Num terceiro momento,

“não são muito generosos no tamanho das doses, eu até comia um pouco mais”.

Dois dias depois da partida do grupo dos setenta e cinco, estávamos nós ao princípio da tarde em plena actividade de “shot-kolia”, bem no fundo do campo de treinos, e percebemos que um oficial do quartel se dirigia ao nosso grupo. Já tínhamos conhecimento de que um oficial no campo de treinos raramente é um bom sinal. Foi rapidamente colocada ordem na formatura para recebermos condignamente o nosso superior com uma valente continência. A razão desta visita não era, como muitos pensaram, para qualquer tipo de raspanete. O dito oficial era um dos adjuntos do chefe de instrução militar do quartel e dirigiu-se ao nosso grupo para chamar sete companheiros que deveriam ir ter imediatamente com o chefe de instrução militar no seu gabinete. Este encontro não contribuiu para esclarecermos o que nos estava a acontecer. Começou com um sermão para estarmos sempre prontos para receber e cumprir qualquer tarefa para servir o povo, e terminou informando que um jipe estava à nossa espera em frente da nossa caserna e que dispúnhamos de vinte minutos para arrumar os nossos pertences e seguir para a nova tarefa.

Dirigimo-nos rapidamente para a nossa caserna e confirmámos que um grande jipe estava lá à nossa espera. Só ao juntarmos os nossos pertences é que tivemos coragem de trocar impressões sobre o nosso destino. Lembrei-me que sexta-feira à noite era o dia do voo comercial da companhia Aeroflot Maputo-Moscovo. Sugeri aos meus companheiros que tínhamos sido esquecidos no episódio dos setenta e cinco e, como não iam deslocar um avião só para vir buscar sete ilustres, estavam a encaixar-nos neste voo. Todos concordaram com este raciocínio. O nosso dia M tinha chegado. A única diferença com o grupo dos setenta e cinco é que como já não voltaríamos a ver os companheiros que iriam permanecer em Boane, ficámos sem ninguém a quem entregaríamos os tais papelinhos com o nome e número de contacto dos nossos familiares. Assim, decidimos deixar vários dos tais papelitos em diversas camas dos nossos companheiros com a esperança de que o tal espírito de solidariedade vingaria.

Por uns minutos, fez-se na minha cabeça o vazio total, tornando-me incapaz de pensar em nada nem em ninguém, simplesmente o vazio. O nosso jipe passou, pela última vez para nós, os portões do quartel

de Boane, e quase imediatamente sete jovens iniciaram um autêntico bombardeamento de perguntas ao nosso motorista com o objectivo de confirmar o nosso destino. Pouco depois da vila de Boane percebemos que era uma missão impossível. O motorista só podia ser mudo. Instalou-se, então, um longo e profundo silêncio, como se a mudez do motorista fosse uma doença extremamente contagiosa.

Chegámos à cidade de Maputo, entrando pela avenida 24 de Julho. Quando nos aproximámos do cruzamento com a avenida Guerra Popular, que nos leva ao aeroporto de Maputo, começou a sentir-se uma ligeira tensão no ar. E aí rebentou a bomba: em vez de virar à esquerda, o jipe continuou em frente. Criámos a ilusão de que o nosso espanto seria suficiente para vencer a mudez do motorista, mas os nossos esforços foram em vão. Se não se tratava do nosso dia M, que dia era esse?

Esta pergunta teria a sua resposta pouco depois, quando o jipe se imobilizou, o motorista abriu o porta-luvas do veículo, retirou sete envelopes e, como que por obra do espírito santo, o nosso mudo recuperou a fala, dizendo “Aqui estão as vossas guias de marcha. Apresentem-se, na segunda feira, às 7h30, na Direcção de Educação da Cidade, ali em frente”, enquanto apontava com o dedo para um edifício à nossa frente. E mais não disse. Ninguém, em Maputo, sabia que eu estava de volta, e penso que naquele momento nem eu. Não conseguia perceber todo o significado desta última etapa da nossa viagem.

O reencontro com a minha namorada e toda a minha família, associado ao efeito surpresa, foi de grande euforia. Eu, e sobretudo a minha nova careca, quase reluzente, fomos as estrelas da festa!

Segunda-feira, às 7h30, retomei contacto com os meus seis companheiros na Direcção de Educação da Cidade, cada um de nós com a sua guia de marcha. Alguém tinha acabado por decidir trocar o nosso dia M por um dia C. Escolhi esta letra porque o nosso próximo destino seria o Centro 8 de Março.

Em momento algum tivemos qualquer explicação sobre a nossa retirada do grupo da Força Aérea de Moçambique, mas reconheço que nenhum de nós insistiu numa resposta. De todas as decisões que alguém possa ter tomado, a respeito do nosso futuro, esta foi a mais fácil de

aceitar. Suponho que seja uma característica do ser humano, mas ninguém gosta de ficar sem explicação sobre seja o que for que impacte tão fortemente na sua vida. Passadas as primeiras emoções começou na minha cabeça um turbilhão de questões, onde se misturavam os porquês e os porque não de uma forma tão desordenada que não me permitiu vislumbrar qualquer resposta.

Restava-me identificar factos que pudessem servir de base para conclusões. Ao nos reencontrarmos na Direcção de Educação da Cidade, reparei que o grupo dos sete retornados era composto de um colega de raça negra, dois de raça mista e quatro de raça branca, o que não correspondia a qualquer padrão de distribuição da população. Mais ainda, não sobrou em Boane ninguém de raça branca. Mas na sexta-feira, ao chegar a Maputo, ninguém pareceu reparar nesse pormenor. Se, por um lado, nesse dia a surpresa foi tão grande que já nem distinguíamos os pormenores, por outro, naquela época, ao nosso nível pelo menos, esse problema da cor da pele quase que não se punha. Acima de tudo, tínhamos todos o sentimento de sermos moçambicanos e tínhamos orgulho de o ser. Neste assunto, sempre um pouco polémico, prefiro cingir-me aos factos e deixar as interpretações para cada um de vós.

Cerca de uma semana depois, apresentava-me no Centro 8 de Março. Tinha sido reorientado para o Curso Propedêutico de Ciências.

À medida que fui escrevendo estas memórias, ganhei uma maior consciência de que a história deste grupo da Força Aérea é desconhecida pela grande maioria dos participantes do nosso movimento. Assumi que o melhor contributo que eu podia dar era precisamente contar na primeira pessoa esta história, já quase esquecida. Num movimento em que é, sobretudo, realçado um espírito de sacrifício de toda uma geração de jovens, para dar respostas às necessidades do País, eu pergunto-me se não terão sido estes companheiros nossos os mais sacrificados.

Assim sendo, as minhas últimas palavras servirão para prestar a minha mais sincera homenagem a este grupo que foi destacado para a Força Aérea de Moçambique e que, com demasiada rapidez, desapareceu da nossa memória colectiva. Visto à distância, hoje sinto um grande orgulho de ter pertencido a este grupo, nem que tenha sido só por dez dias.

NO CENTRO, DESCOBRI QUE CHÁ ADOÇADO COM DOCE DE ANANÁS NÃO É TÃO MAU ASSIM



Por: JOSÉ JULIANO DA SILVA

Nasci em Quelimane, na província da Zambézia, a 22 de Novembro de 1961. Cresci com o sonho de um dia ser diplomata, viajar pelo mundo, representar o meu País e viver o fascínio das relações internacionais. Estudava na Escola Secundária de Quelimane e, como tantos jovens da minha geração, via o futuro como um horizonte aberto, sem imaginar que um dia as rédeas do meu destino seriam puxadas por mãos alheias.

O dia 8 de Março de 1977 chegou como uma decisão distante. Eu estava apenas na 8ª classe e não percebia, então, a profundidade do que aquilo significava. Mas, um ano depois, quando terminei a 9ª classe, a realidade atingiu-me com toda a sua força: o meu futuro já não estava nas minhas mãos. Fui encaminhado para a formação de professores de Língua Portuguesa, algo que não fazia parte dos meus planos. Mas, com alguma insistência, consegui mudar para o curso propedêutico de Letras. Ainda acreditava que poderia seguir Letras Modernas e, quem sabe, encontrar uma brecha para a diplomacia.

O destino, porém, já estava traçado. Depois do Curso Propedêutico, fui enviado para a Formação de Professores de História e Geografia para as 10ª e 11ª classes. No início, confesso, resisti à ideia. Mas, com o tempo, comecei a entender que, se não podia mudar o rumo da corrente, teria de aprender a nadar com ela.

O meu primeiro emprego foi na Escola Secundária Samora Machel, na Beira. Mais tarde, trabalhei na Direcção Provincial de Educação e Cultura, ainda na Beira. A vida parecia seguir um curso inesperado, mas, aos poucos, fui moldando-me à nova realidade.

Em 1992, concluí a licenciatura em Ensino de Geografia no Instituto Superior Pedagógico. Foi um passo importante, que me abriu portas para a universidade. Ingressei, depois, na Universidade Pedagógica

como assistente estagiário e, pouco a pouco, fui subindo na carreira académica.

A vontade de aprender nunca me abandonou. Segui para França, onde me especializei na Universidade de Poitiers. Primeiro, fiz o mestrado em Migrações, Espaços e Sociedade. Depois, desafiei-me ainda mais e concluí o doutoramento em Geografia.

Regressei a Moçambique e, ao longo dos anos, tornei-me professor associado na Universidade Pedagógica.

O ensino tornou-se a minha segunda pele. Nunca mais saí da sala de aulas. Fui colaborando com várias instituições privadas – o Colégio Delta, a Escola Secundária da EMOSE, entre outras.

Mas foi no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique – que acabei por assentar, onde, mesmo depois da aposentação, continuei a dar aulas.

Hoje, ao olhar para trás, não posso dizer que esteja infeliz. Pelo contrário. A vida surpreendeu-me de maneiras que jamais teria previsto. Aprendi a gostar de ensinar e a encontrar na pesquisa uma forma de explorar o mundo, mesmo sem sair do País.

Cresci como profissional, como ser humano. O contacto com os jovens rejuvenesce-me, mantém-me actualizado e, acredito, torna-me uma pessoa melhor.

A experiência do 8 de Março foi dura. No início, parecia uma travessia num deserto sem fim. Lembro-me de um episódio marcante: após a Preparação Político-Disciplinar (PPD), enquanto esperava no pelotão para entrar no refeitório, o cansaço e a fome quase me derrubaram. Vi estrelas – literalmente. Por sorte, alguém me segurou antes que caísse. Foi aí que descobri que pão simples pode ser um manjar e que chá adoçado com doce de ananás não é, afinal, tão mau assim.

Mas, se há algo que esta jornada me deu, foram as amizades. Algumas perduram até hoje, laços que resistiram ao tempo e às adversidades.

No fim das contas, talvez o mais importante não seja onde a vida nos leva, mas sim o que fazemos com os caminhos que nos são impostos.

Eu segui o meu. E hoje, posso dizer que valeu a pena.

O MEU CAMINHO ESPINHOSO, DA CANETA E DAS ARMAS



Por: PEDRO MACIEL BALTAZAR

Nasci a 15 de Agosto de 1967, em Maputo e, como muitos jovens da minha geração, cresci a sonhar com um futuro académico. Queria concluir o liceu, na Escola Secundária Francisco Manyanga, e ingressar na Universidade Eduardo Mondlane. No entanto, o País tinha outros planos para mim.

Quando a medida de 8 de Março de 1977 bateu à minha porta, senti um misto de emoções. O patriotismo falou mais alto. Perto da minha casa, à porta de entrada do lado da Rua Gago Coutinho, havia uma unidade militar. Eu tinha feito amizade com muitos soldados combatentes das FPLM. Tinha apenas 13 anos quando fui alistado, na Escola Secundária Francisco Manyanga, ao serviço da defesa da Pátria, em consequência do “Chamamento da Pátria”, anunciado pelo Presidente Samora Machel.

Lembro-me de que a minha mãe foi atingida, como por uma faca no peito, pela minha adesão ao chamamento. Nunca hesitei. As minhas amizades com os soldados ecoaram como uma embalagem ao chamamento. Ela ainda foi atrás de mim a Nampula, numa derradeira tentativa de convencer o Comando do Colégio Militar a devolver-me para casa, junto dela. Hoje entendo o lado dela — afinal, eu era o seu único filho. Mas a minha decisão manteve-se inabalável e lá continuei, de pedra e cal, com os meus 299 camaradas de trincheira.

A partir daí, ao lado dos livros e cadernos, a minha nova realidade passou a ser feita também de farda, marcha, alvorada às 5h00 da manhã, armas, pólvora e disciplina militar.

Foi assim que passei parte da minha juventude, ao longo de mais de meia década — três anos no Colégio Militar de Tocolo e outros na Escola Militar Marechal Samora Moisés Machel — numa árdua e dura tarefa de concluir o liceu e a formação militar média.

Aos 16 anos enfrentei o meu primeiro combate. O medo? Existia, mas não havia espaço para ele. Tínhamos um País a defender, e essa missão exigia sacrifícios.

Na Escola Militar, a nossa ementa passou a integrar a sala de aulas e o teatro das acções combativas em Nampula, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado. Algumas das missões chegaram a integrar Tete. A guerra fez-me conhecer estes locais todos como a palma da minha mão. Três anos depois, aos 19, tornei-me oficial das FPLM, comandante e instrutor militar.

A responsabilidade era imensa e profunda para um jovem, mas aceitei o desafio. Os nossos mestres sempre nos ensinaram a nunca desistir. Um dos lemas era: “A vitória se prepara, a vitória se organiza”. Outro era: “Coloque a disciplina no posto de comando”. Penso que sou uma pessoa organizada e disciplinada. Cumpri, com determinação e sucesso, todas as missões que o meu País me atribuiu.

A minha formação militar não parou aí. Entre 1987 e 1991, ganhei uma bolsa para estudar na então União Soviética, onde aprofundei os meus conhecimentos, tornando-me Comandante Militar Superior e Bacharel em Engenharia de Telecomunicações Militares.

Dois anos depois de regressar a Moçambique, passei à reserva.

Queria continuar a ajudar o meu País de outra maneira. Sabia que não seria fácil. Sabia que já estava há alguns anos longe das clássicas salas de aula, e isso significava uma corrida contra o tempo. Mas eu estava habituado a batalhas, e esta seria mais uma. O mais importante de tudo é que estava decidido a não perder.

Aos 36 anos de idade, obtive uma nova licenciatura, desta feita em Direito. Aos 41 anos, foi-me outorgado o título de Mestre em Direito Empresarial. Aos 48 anos, a minha colecção de diplomas foi aumentada com a conclusão do Mestrado em Gestão de Empresas. Por fim, já com 49 anos, um Doutoramento em Direito Privado assinalou o ponto mais alto da minha formação académica. Mas esse ponto é provisório. Um Pós-Doutoramento está a caminho.

Hoje, sou advogado, jurisconsulto, empresário e professor universitário. Sou autor de três livros académicos e de três obras

literárias, mas há ainda muita coisa escondida.

O que comecei no campo de batalha tem vindo a ser transformado em lições e experiências, para inspirar os mais novos e ajudar a construir o lugar que me viu nascer e que, certamente, será a minha última morada — Moçambique.

Como docente, contribuo para a formação de novos Licenciados, Mestres e Doutores em diversas instituições, nomeadamente: UEM, ISCTEM, A Politécnica, UDM, ISM e USTM.

No sector privado, estou envolvido no mundo empresarial e, há dois mandatos, exerço funções como Presidente de Pelouro na CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique – primeiro no Pelouro Laboral e Social e, agora, no Pelouro de Segurança.

Olho para trás e vejo um percurso repleto de desafios, mas também de conquistas.

À beira dos 60 anos, a minha voz faz parte desta geração sacrificada, que soube manter a máquina do Estado moçambicano em movimento. Esta geração navegou pelos mares do Índico, pescou no Zambeze, plantou no Niassa, colheu em Moamba, perfurou as terras de Pande, encheu as maternidades, vestiu muitos nubentes.

O que falta para ver os seus heróis condecorados? Desde 20 de Setembro de 1974 que os jovens desta geração começaram a deixar o seu suor na terra, na água e no ar. O seu manto estendeu-se até ao já longínquo 4 de Outubro de 1992.

A minha geração não precisa de provar nada a ninguém. Quem tiver dúvida, que pergunte a Moçambique. Se a geração de 25 de Setembro foi determinantíssima para nos libertarmos do jugo colonial português, a G8M foi, inequivocamente, a ossatura sobre a qual se apoiou e sobreviveu a República Popular de Moçambique e se desenvolve e respira a nova República de Moçambique.

A nossa geração plantou árvores, gerou filhos, gerou netos, já está a gerar bisnetos, alimentou estábulos, pilotou um DC-10 e até já está listada ali no Lhanguene. Afinal, o que é um herói?

REBELDIA E RESISTÊNCIA: O MEU “CHAMAMENTO DA PÁTRIA”



Por: LÚCIA MANUEL SIMÃO

“Rebeldia - Característica de rebelde; qualidade da pessoa que não obedece ou que se opõe a uma autoridade; resistência, força, convicção, vontade contrária ou oposta”

A decisão do Governo de Moçambique, a 8 de Março de 1977, caiu sobre nós como um relâmpago inesperado. O que antes era um percurso estudantil relativamente previsível, com sonhos e planos bem traçados, foi abruptamente remodelado por uma decisão inegociável. Fomos convocados, sem aviso prévio, para um novo destino – um destino que, para muitos de nós, não fazia parte dos nossos planos.

Eu era uma jovem finalista da 9ª classe, com ambições claras: estudar Medicina Desportiva. Entre a escola e o desporto, eu já tinha conseguido uma solução para apoiar a minha família, ao trabalhar como assistente de Educação Física. No entanto, naquele último trimestre, as regras mudaram. Subitamente, as turmas seriam concentradas num “Centro” e as escolhas individuais foram substituídas por uma imposição colectiva.

No salão da Escola Secundária Josina Machel, enquanto ouvíamos as novas directrizes, preenchíamos formulários com as nossas preferências para o futuro. Escolhi Medicina Desportiva como primeira opção e, sinceramente, não me recordo da segunda. Mas essa escolha acabou por ser irrelevante. Os sonhos que carregava comigo seriam diluídos por uma decisão que não era minha.

Quando a manhã da partida chegou, ainda sentia que tudo era um equívoco. Caminhei até ao ponto de encontro com uma mala na mão, repleta de roupas e incertezas. Seguimos, todos juntos, para o Centro 8 de Março. Ali, a realidade instalou-se: eu não tinha qualquer poder sobre o meu próprio destino. Fui colocada no Propedêutico de Ciências, um caminho que, para mim, não fazia sentido.

A frustração tomou conta de mim. Eu precisava de continuar a trabalhar, ajudar financeiramente a minha família e continuar a treinar. Mas ali, naquele centro fechado, as regras eram rígidas e as escolhas escassas. O ambiente era uma mistura de disciplina férrea e resistência silenciosa.

Mas, no meio da rigidez, encontrei alívio. Sandra Antão [hoje também Gonçalves, por apelido de casamento], uma antiga colega, estava lá. O reencontro com ela e com outras amigas trouxe-me algum conforto, mas não apagou a sensação de ter sido arrancada da minha própria vida.

A rebeldia tornou-se a minha forma de sobrevivência. Recusava-me a aceitar as imposições cegamente. Quando nos obrigavam a fazer “shot-kolia”, aquela corrida matinal que parecia mais uma forma de subjugação do que treino, eu desaparecia na escuridão, antes do nascer do sol e voltava para a cama. Aprendi a usar pequenos truques para escapar às regras que me pareciam arbitrarias.

No entanto, nem tudo era possível contornar. A fome no Centro 8 de Março foi uma experiência amarga. As refeições eram mínimas e, por vezes, indignas. Lembro-me do dia em que, à hora do jantar, nos serviram apenas repolho com um rissol. A minha indignação transbordou. Mobilizei os colegas e recolhi todos os pratos de comida recusada. No final, tinha diante de mim uma montanha de repolho com um único rissol no topo. Peguei no prato e marchei directamente para a sala dos directores. Entreguei aquela pilha ao camarada Patrício Mudumbe e disse-lhe que ninguém tinha o direito de ser tratado daquela maneira desumana. A ousadia custou-me um interrogatório no dia seguinte, mas nada aconteceu – talvez porque todos sabiam que a nossa fome não era uma ilusão.

A minha resistência foi mais longe. Eu e a Marta Correia, também atleta federada, não aceitávamos a ideia de abandonar o desporto. Convencemos o director Nguenha de que tínhamos de continuar a treinar. Com persistência, fomos autorizadas a jogar na equipa da Malhangalene. Mas a maior demonstração de rebeldia foi quando planeámos e executámos a nossa fuga, para um torneio na Beira. Nesse dia, saltámos o muro do Centro no meio da noite e, com a

ajuda de Jorge Pais, escapámos para o aeroporto. Jogámos, vencemos, regressámos e conseguimos reentrar no Centro sem sermos apanhadas, graças à solidariedade dos colegas Sandra Antão e Ismael Cabrá. Foi um triunfo – um pequeno gosto de liberdade num espaço que tentava limitar-nos.

O "Chamamento da Pátria" não foi um caminho que escolhi, mas moldou-me de formas inesperadas. Embora nunca tenha seguido Medicina Desportiva, a experiência no Centro 8 de Março empurrou-me para um percurso que nunca teria imaginado.

Trabalhei em minas de alto valor, enquanto estive colocada na Empresa Nacional de Minas e na Direcção Nacional de Geologia. Durante doze anos, percorri Moçambique, conhecendo os seus recursos naturais. Mais tarde, entrei para o sistema das Nações Unidas, onde adquiri conhecimentos e experiências globais com foco em capacidades políticas, estratégicas e programáticas nas áreas de conflitos e recuperação pós-conflito, eleições e programas de governação ligados às instituições democráticas e às suas reformas nos países em vias de desenvolvimento. Nesta trajetória, também foi possível trabalhar em programas de redução de minas antipessoal e dos seus efeitos.

Entretanto, consegui continuar a estudar, tendo-me licenciado em Ciências Jurídicas, com foco na área económica. Mesmo depois de reformada, e para me ocupar durante a pandemia, fiz uma pós-graduação em Gestão Estratégica de Recursos Humanos.

Hoje, olhando para trás, vejo-me como alguém que percorreu duas realidades opostas: iniciei a minha carreira profissional num sector de minas de teor precioso e terminei num de minas de teor mortífero.

De alguma forma, aprendi a navegar entre as imposições e a minha própria rebeldia, encontrando caminhos para me reinventar e crescer.

O 8 de Março foi uma imposição. Mas a forma como escolhi vivê-lo foi minha.

O CAMINHO DE UMA VIDA: ENTRE A EDUCAÇÃO E A SUPERAÇÃO



Por: ALBERTO RAZUL

Chamo-me Alberto Razul e nasci a 3 de Agosto de 1959, na província da Zambézia. A minha história é feita de encontros e desencontros com o destino, de sonhos interrompidos e de um caminho moldado pelas circunstâncias. Mas, acima de tudo, é uma história de resiliência, adaptação e de missão cumprida.

No dia 8 de Março de 1977, eu era estudante na Escola Secundária 25 de Setembro, em Quelimane. Não tinha ainda uma ambição profissional claramente definida, pois estudava com grandes dificuldades, sem idade para trabalhar.

No entanto, a Engenharia Agronómica pairava no meu horizonte como um possível destino. Quando soube da decisão tomada pelo Governo, não senti nem entusiasmo nem desgosto. Encarei-a como uma missão que, pelo menos, me daria tempo para atingir a idade certa para poder ingressar no mercado de trabalho.

Os meus pais, por estarem no interior do País, mal conseguiam acompanhar os meus passos. Para eles, eu já tinha praticamente desaparecido pelo mundo, traçando um percurso incerto. Assim, quando fui encaminhado para o Curso de Formação de Professores de Matemática, aceitei com alguma naturalidade.

Ser professor não era o meu primeiro sonho, mas estava longe de ser um destino indesejado. Afinal, a minha formação no seminário dos Irmãos Maristas já me tinha exposto ao mundo da educação e da formação de jovens. O “vírus” do Ensino tinha-me sido inoculado desde cedo.

Após a formação, comecei a leccionar na Escola Secundária de Montepuez, na província de Cabo Delgado, em 1978, e no ano seguinte fui colocado na Escola Secundária de Pemba.

Desde então, o ensino tornou-se parte essencial da minha vida. Hoje, com um doutoramento, sou docente na Universidade Politécnica — um percurso que me permitiu crescer e contribuir para a formação de novas gerações.

Olhando para trás, o balanço do meu percurso académico não é mau. Tive muitos desafios, desvios e obstáculos, mas, de uma forma ou de outra, consegui reencontrar-me.

No entanto, fica sempre aquela sensação de que poderia ter feito mais, ido mais longe.

No campo profissional, a conjuntura socioeconómica, muitas vezes, foi determinante nas minhas escolhas, mas nunca me deixou sem opções.

Decorridos todos estes anos, o meu sentimento é de missão cumprida. Sinto que cheguei até aqui com tranquilidade, tentando “queimar os últimos cartuchos” da melhor forma possível.

O maior privilégio foi ter pertencido a um grupo único, cuja determinação se tornou a sua marca registada.

Entre as muitas histórias que guardo, lembro-me bem do momento em que, em 1980, enfrentámos a iminência de sermos despejados do Centro 8 de Março. Já éramos considerados “Regressados” e não nos queriam mais ali, pois o espaço deveria ser ocupado pelos novos ingressos.

Mas, como tantas outras vezes, soubemos contornar a situação e continuar o nosso caminho.

Hoje, ao relembrar essa jornada, percebo que a vida tem formas inesperadas de nos levar ao destino certo. Talvez não tenha seguido a Engenharia Agronómica, como era o meu sonho na juventude, mas encontrei na educação um propósito e uma missão.

E isso, no fim das contas, é o que realmente importa.

UMA VIDA DE RESILIÊNCIA E SERVIÇO

Por: ANTÓNIO CARDOSO



Nasci a 28 de Junho de 1959, na cidade de Tete. Desde cedo, aprendi a valorizar o trabalho e a educação como caminhos para um futuro melhor. O meu sonho era claro: queria ser Engenheiro Mecânico. Aos 17 anos, terminei o curso de Mecânica Geral na Escola Industrial e Comercial Mártires de Wiriamu e via-me, num futuro não muito distante, a concluir os estudos superiores na Universidade Eduardo Mondlane.

Imaginava-me a trabalhar na DETA (antiga designação da LAM), como mecânico de aviões, ou na STEIA, a empresa que comercializava tratores e outros equipamentos da marca Caterpillar, cuidando de máquinas pesadas.

Mas, como tantos outros jovens da minha geração, vi esse sonho ruir no dia 8 de Março de 1977.

Nesse dia fatídico, encontrava-me na cidade da Beira, matriculado no 6º ano do Liceu Pêro de Anaia, hoje Escola Secundária Samora Machel.

O Presidente Samora Machel dirigiu-se, a partir de Maputo, a nós, estudantes, e anunciou a suspensão das aulas em todo o País. Senti uma frustração imensa, como se me tivessem roubado o meu futuro. A revolta tomou conta de mim, mas não havia outra alternativa senão acatar a decisão.

Regressei a Tete, sem saber o que o futuro me reservava. Em Abril, fui chamado à Direcção Provincial de Educação. Fui então informado de que poderia continuar os estudos, mas num caminho completamente diferente daquele que sonhara.

Fui enviado para o Centro 8 de Março, em Maputo, onde fui integrado num Curso Acelerado de Formação de Professores do Ensino Técnico-Profissional, na área de Mecânica Geral.

Nunca me imaginei professor. Eu queria estar nas oficinas, mexendo em motores, desmontando e montando máquinas, e não numa sala de aulas a ensinar. Mas, uma vez lá, não tive escolha. Aceitei a realidade e, pouco a pouco, fui-me adaptando. O contacto com colegas de diferentes regiões e culturas, a aprendizagem de novas metodologias e o desafio de ensinar algo que dominava na prática acabaram por moldar-me. Fui ganhando gosto pelo ensino e destacando-me pela dedicação e pelo domínio das ferramentas mecânicas.

Em 1978, comecei a dar aulas na Escola de Artes e Ofícios de Umbelúzi, na província de Maputo. No ano seguinte, fui transferido para Lichinga, na província do Niassa, onde ensinei Serralharia e Mecânica Geral na Escola Industrial e Comercial Gungunhana. Continuei nessa missão até 1981, quando fui deslocado para a Escola Industrial e Comercial Mártires de Wiriamu, em Tete, minha terra natal.

Ensinar tornou-se a minha vida. Via nos meus alunos a esperança que um dia tivera e esforçava-me por lhes dar o melhor.

Mas a minha trajectória teve outra interrupção em 1985, quando fui incorporado no Serviço Militar Obrigatório.

Durante quatro anos, servi o País, primeiro nos treinos em Moatize e depois no 3º Batalhão, em Chimoio.

Quando terminei o serviço militar, quis retomar os estudos, mas fui informado de que primeiro precisava de cumprir mais tempo como professor.

Senti-me traído pelo sistema. Durante anos, tinha-me dedicado ao ensino com a promessa de que poderia continuar a minha formação, mas essa porta nunca se abriu para mim. Cansado das limitações impostas, decidi seguir outro rumo.

Em 1990, ingressei na empresa Águas de Tete, como técnico básico de Canalização. Foi um recomeço. Beneficiei de várias formações na área de água, saneamento e higiene, tanto em Moçambique como no exterior. Estudei no Zimbabwe, na Dinamarca, e aprofundei conhecimentos que me seriam muito úteis mais tarde.

No entanto, a grande viragem da minha vida profissional deu-se em 2010, quando passei a trabalhar na Visão Mundial. Durante mais de uma década, dediquei-me ao projecto MOZWASH, ajudando comunidades desfavorecidas a ter acesso à água potável e melhores condições de saneamento.

Construímos latrinas, ensinámos práticas de higiene e vimos a vida de muitas famílias transformar-se. Foi um trabalho árduo, mas recompensador.

Pela primeira vez, senti que estava a devolver algo ao meu povo — não apenas através do ensino, mas com acções concretas.

Ao longo de anos, vi Moçambique mudar. Nos primeiros tempos, a missão era clara: reconstruir a Nação e formar quadros. Trabalhámos com dedicação, sem segundas intenções.

Mas, com o tempo, fui vendo os valores a desmoronarem-se. O espírito de união e compromisso deu lugar à ambição desmedida, à desconfiança e ao oportunismo.

O País que ajudámos a construir tornou-se um terreno de interesses individuais, onde quem tinha boas ideias corria riscos. Senti-me desiludido, mas mantive-me fiel aos meus princípios.

Reformei-me em 2021, depois de uma vida inteira de serviço. Hoje, olhando para trás, vejo uma jornada de desafios, mas também de grandes aprendizagens. Aprendi que os planos podem mudar, mas que há sempre um caminho a seguir.

Não me tornei Engenheiro Mecânico como sonhava, mas tornei-me Professor, Técnico, Líder comunitário. Transformei vidas — e essa é a maior conquista que posso levar comigo.

AS VOLTAS QUE A VIDA DÁ

Por: ISABEL MELO [BINHA]



Chamo-me Isabel Melo, mas os amigos conhecem-me por Binha. Nasci na cidade da Beira, no dia 21 de Dezembro de 1962, e estudei sempre naquela cidade.

Os anos no Liceu, ex-Liceu Pêro de Anaiá, que passou a ser Escola Secundária Samora Moisés Machel, foram os melhores da minha adolescência. Descontraída e irresponsável, chumbei na 8ª classe, ainda no segundo período, por faltas. Achava que a praia era bem mais convidativa do que as salas de aula...

Estava na turma da Marisa Martins e fiquei um ano para trás. Sendo assim, aquando do famoso “Chamamento da Pátria” eu estava na 9ª classe.

Nesse ano, 1978, os alunos que tinham 18 anos e frequentavam a 9ª classe foram chamados a dar aulas no Ciclo, enquanto continuavam a estudar. Eu fui poupada, porque ainda não era maior de idade.

E eis que membros do Governo da altura nos foram visitar ao Liceu. Lembro-me tão bem desse dia — estávamos todos curiosos por saber o que se ia passar e, sinceramente, pouco preocupados.

Fui, então, informada de que iria para o Curso de Formação de Professores de Português, dado que era boa aluna nessa disciplina.

Confesso que fiquei contente por ir para Maputo, onde tinha o namorado e, naquela altura, nem sabia ao certo o que queria ser. Mas sabia que queria um curso ligado à Língua Inglesa, no Instituto de Línguas.

Perante a ideia de sair da Beira e viver em Maputo, estava eufórica e pensei que, com o resto, me preocuparia depois, na altura.

Quando, finalmente, em Maputo e feliz da vida, iniciei o curso, não levei aquilo muito a sério. Mas comecei a perceber que não me sentia bem naquele ambiente e comecei a detestar a ideia de ir dar aulas — nem se sabia para onde — dali a dois anos. Percebi que não era nada daquilo que queria. Olhando para trás, acho que me “caiu a ficha”,

finalmente! O que mais me fazia confusão era que tinha acabado de sair da 9ª classe e iria dar aulas à 7ª, 8ª e 9ª classes!

Percebi que o País tinha ficado sem quadros técnicos, com o êxodo dos portugueses que predominavam nessa e noutras profissões, e que eram os alicerces da sociedade. Percebi que tinha de fazer algo pelo meu País, mas não estava preparada para a confusão que era o curso que me tinham imposto.

Hoje, olhando para trás, entendo e estou certa de que todos fizeram os possíveis para que tudo desse certo. Mas naquela altura, não via nada disso.

Emanava de mim uma tal raiva de ali estar, que não consegui fazer amizades, a não ser com uma colega que já conhecia da Beira.

Para o nível de ensino, eu era uma excelente aluna...

Para piorar as coisas, fui chamada para a tropa por duas vezes, e só me livreí porque estava num curso prioritário. Por essa razão, não podia mesmo sair dele. Estava presa a um curso que não queria, não gostava, e a uma profissão que não queria exercer no futuro. Mal sabia eu as voltas que a vida dá.

Cada vez mais odiava o curso. Tive de ouvir piadas de um professor polaco, que dominava as línguas moçambicanas, e que, em plena turma, me disse que devia ter vergonha de ter como língua materna a Língua Portuguesa — a dos colonizadores!!!

Em 1981, casei-me com um cidadão português, também fruto da Geração 8 de Março, e desisti do curso um mês antes de o acabar. Pude fazer isso porque perdi a nacionalidade moçambicana, devido ao casamento com um estrangeiro. Era assim a lei, naquela altura.

E foi a minha sorte, porque, quando me preparava para vir para Portugal, grávida da minha filha mais velha, no Ministério da Educação não me queriam deixar viajar, afirmando que tinha de cumprir dois anos a leccionar. Foi muito complicado provar que não tinha terminado o curso, por isso nada devia ao País.

Foi um período em que muitos de nós tivemos de desistir das nossas vidas para engrandecer o País. Testemunhámos situações boas e más,

muitas vezes vergonhosas, sentimos na pele o racionamento, a fome — até tínhamos poder de compra, mas as lojas estavam completamente vazias — mas não me lembro de ouvir queixas.

Estávamos todos juntos, partilhávamos tudo, havia amigos verdadeiros... Estou orgulhosa de ter feito parte desses tempos e, claro, na altura nem me apercebi da sorte que tive em fazer parte deles.

Vimos para Portugal em 1983, porque não havia condições para ser acompanhada numa gravidez complicada. Saí do meu País e nunca mais voltei. Não que não quiséssemos, mas não se proporcionou oportunidade. O tempo foi passando e já lá vão 42 anos.

Curiosamente, a profissão que tanto detestei naquela altura fui abraçá-la já adulta — mas com bebés e crianças. Como saí de Moçambique com a 9^a classe, candidatei-me, em Portugal, aos “Maiores de 23 anos”, o que me permitiu, depois dos exames, entrar para o Instituto Politécnico de Viseu, para a Escola Superior de Educação de Viseu.

Com 48 anos, já com as filhas adultas, tirei a Licenciatura em Educação Básica e o Mestrado em Educação Pré-Escolar e Professora do 1^o Ciclo.

Saí de Viseu em 2023 e, desde então, vivo no Porto, onde estou a trabalhar num infantário.

Agora sim, fui eu que escolhi — e sinto-me super feliz por ter realizado este sonho que foi crescendo comigo: o de ser, hoje, uma Educadora, uma Professora.

FUI ARQUITECTA DE HISTÓRIAS, SONHOS E FUTUROS DE MUITOS JOVENS MOÇAMBICANOS



Por: BENILDA REIS

Nasci no dia 19 de Agosto de 1959, na cidade de Xai-Xai, província de Gaza. Cresci num ambiente marcado pela simplicidade do campo, onde os arrozais se estendiam até onde a vista alcançava. Era ali, no colonato do Limpopo, que a minha infância tomava forma. Inspirada pela minha professora Esmeralda, durante os anos da escola primária em Ourique (actual Mapapa), sonhava em ser professora. Mas, com o tempo, os vastos arrozais onde brincava começaram a influenciar os meus desejos profissionais: queria ser Engenheira Agrónoma e trabalhar na terra — um ofício que me parecia nobre e fundamental para o País.

Tudo mudou, porém, no dia 8 de Março de 1977. Até então, a minha vida escolar desenrolava-se na Escola Secundária Dona Ana da Costa Portugal, em Maputo (actual Escola Secundária Josina Machel). Mas, subitamente, os nossos planos foram interrompidos. O Governo decidira que os estudantes deveriam deixar as salas de aula e integrar um novo modelo de formação, alinhado com o espírito revolucionário da época.

Quando ouvi a notícia, senti medo. Não era apenas o futuro incerto que me assustava, mas o que essa decisão significava para os meus pais, que sempre acreditaram que a educação nos permitiria escolher os nossos próprios caminhos. Para eles, essa mudança parecia uma sentença: acreditavam que estávamos a ser forçados a entrar numa estrutura de “lavagem cerebral” ou, pior ainda, a ser militarizados. A minha educação, que até então era suportada pelos meus pais, passaria a ser da responsabilidade do Estado.

Fui encaminhada para a formação de professores, com especialização em História e Geografia para as 5^a e 6^a classes. Em 1981, aprofundei essa formação para leccionar até à 11^a classe. O destino parecia querer devolver-me o sonho inicial de infância, mesmo que através de

um percurso inesperado. Os desafios eram muitos, mas havia também um propósito maior. Como professores, cabia-nos lançar as bases do nacionalismo e do patriotismo, ajudando a construir a identidade moçambicana, apagando as marcas coloniais e promovendo um sentimento de pertença.

A adaptação foi difícil. Tornar-me professora era uma honra, mas o contexto era imprevisível. A formação era intensa e nós, jovens educadores, tínhamos o peso da responsabilidade de preparar gerações para um Moçambique independente. O lema “Fazer da Escola uma Base para o Povo Tomar o Poder”, de Samora Machel, não era apenas uma frase de efeito — era a nossa missão.

Em 1978, terminei a formação e fui destacada para a Escola Secundária de Pemba, onde comecei a ensinar as 5^a e 6^a classes. Nos anos seguintes leccionei em várias escolas, incluindo a Escola Secundária Francisco Manyanga, em Maputo.

Em 1982, fui transferida para o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), onde tive a oportunidade de contribuir para a definição das bases do Sistema Nacional de Educação.

Foi um percurso intenso e, ao longo dos anos, vi a minha carreira expandir-se para outras áreas. Trabalhei na planificação de projectos comunitários no Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Zambeze (GPZ), colaborei na Unidade Técnica da Reforma do Sector Público e fui Assessora do Ministro da Educação.

Em 2016, tornei-me Chefe do Departamento Autónomo de Comunicação e Imagem do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, cargo que ocupei até 2022, ano da minha aposentação.

Olhando para trás, vejo um caminho moldado por desafios e pela resiliência de uma geração inteira. Nunca cheguei a ser Engenheira Agrónoma, mas fui arquitecta de histórias, sonhos e futuros de muitos jovens moçambicanos. A Educação deu-me a possibilidade de viajar por todo o País, conhecer realidades diversas e absorver a riqueza cultural do nosso povo.

O 8 de Março de 1977 tirou-nos escolhas, mas, paradoxalmente, deu-nos oportunidades que talvez não tivéssemos de outra forma. Ele

moldou-nos, desafiou-nos e obrigou-nos a crescer rapidamente.

Entre as grandes bênçãos que essa época me trouxe, está a minha família. Foi no meio desse turbilhão de mudanças que conheci Carlos Manuel Faize Carrilho, professor de Matemática e meu futuro marido (entretanto falecido). Ele de Pemba, eu, de Xai-Xai, e a nossa filha, Suluhya Carrilho, nascida em Maputo e criada em Lisboa — a nossa história tornou-se um reflexo da unidade nacional que tentávamos construir.

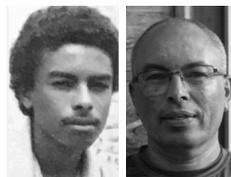
Passados 48 anos, sinto que o medo inicial deu lugar ao orgulho. Orgulho por ter sido parte da construção do nosso sistema educativo, por ter participado na elaboração dos primeiros manuais escolares da independência e por ter ajudado a moldar um ensino mais acessível e equitativo.

Hoje, na minha actividade empresarial, continuo a partilhar conhecimentos, pois ensinar e formar continuam a ser a minha essência.

O 8 de Março foi uma imposição, mas também um despertar. E, ao fim de quase meio século, percebo que a vida não se trata apenas das escolhas que fazemos, mas também da forma como nos adaptamos aos caminhos que nos são impostos.

AS ESCOLHAS QUE NÃO ESCOLHI

Por: JOSÉ AUGUSTO WALTERS
MONTEIRO



Se a minha vida fosse um livro, teria de ser uma mistura de drama, comédia e um toque de acção — daquelas histórias onde o protagonista está sempre a escapar de enrascadas, mas sai ileso e, por algum motivo inexplicável, acaba sempre num caminho inesperado, mas bem-sucedido. Do tipo “Aventuras de Indiana Jones”.

Sou José Augusto Walters Monteiro, nascido em Massangulo, Niassa, a 25 de Março de 1963. Cresci com muitas aspirações, sonhando ser Arquitecto e Artista Plástico, mas a vida — e um certo senhor Suzuki, que muitos conheceram, com certeza — decidiram que o meu destino seria outro. E que aventura tem sido, desde então!

Em 1976, estava eu na Escola Secundária Ngungunhana, em Lichinga, a iniciar o curso de Serralharia Mecânica, quando, de repente, fomos transferidos para Nampula, porque não havia dinheiro para manter o curso na escola. Lá estava eu, no meio do furacão, tentando perceber para onde a vida me levaria.

Chegou o 8 de Março de 1977 e os ventos do “Chamamento da Pátria” não me atingiram de imediato. E eu pensei que estava safo. Engano meu.

Em 1979, sou chamado para Maputo, ficando alojado no Centro 8 de Março, onde os destinos de muitos — e o meu — foram traçados, não por nós, mas por aqueles que se diziam representantes do povo.

Foi assim que, quando pensava que o meu futuro estava definido, fui desviado da fila daqueles que iam para o Instituto Industrial e, sem direito a contestação, fui empurrado para a fila do Propedêutico de Ciências. Reclamar? Claro que tentei! Mas um senhor chamado Suzuki, que eu não conhecia de lado algum, com ar de quem já tinha decidido o destino de centenas de alunos antes de mim, apenas disse: — Eu é que sei o que é melhor para ti.

Tinha eu 16 anos. Resignei-me e segui em frente. Mal sabia eu o bem que este senhor, com sotaque brasileiro, me tinha acabado de fazer.

Entre os vários episódios pelos quais passei, lembro-me de que, no Niassa, a minha turma foi obrigada a abrir trincheiras e abrigos anti-aéreos no campo de futebol da escola — éramos estudantes, mas parecia que estávamos num quartel.

Dois anos depois, em Nampula, fui recolhido para a apanha do algodão, em Muíte. Uma experiência tão cansativa que, até hoje, cada vez que vejo uma peça de roupa feita de algodão, lembro-me do sol escaldante e das nossas mãos cheias de poeira.

E, como se isso não bastasse, em 1979, no Centro 8 de Março, acabei por ser rotulado de “fudjista”. O meu crime? Não participar nas sessões de dança tradicional. Como punição, fui enviado, com outros “rebeldes” como eu, para “desmontar” o morro de mochém que existia no campo de futebol. Nunca imaginei que a minha relutância em dançar resultaria numa espécie de trabalho forçado!

Também em 1983, durante as Actividades de Julho (AJU), no acampamento da CETA, em Alto-Molócuè, fui vítima da minha própria língua afiada.

Saía eu de um jantar em casa de um amigo quando, debaixo de uma chuva torrencial, comecei a correr para não me molhar.

Aparecem uns militares e perguntam-me:

— De onde vens e por que estás a correr? Estás a fugir de quê?

Expliquei-lhes a situação, mas um soldado, com ar desconfiado, retorquiu:

— E nós, não sentimos a chuva?...

A minha resposta foi rápida, talvez demasiado rápida:

— Mas a vossa vida de tropa é assim, né?

Que erro! O debate durou duas horas, até que chegaram o chefe do acampamento e um oficial do Exército. No dia seguinte, o comandante fez questão de me levar à parada da companhia militar, para me mostrar que tinha poder, punindo o soldado na minha presença. Foi

a primeira vez que me arrependi de um comentário sarcástico... mas não a última.

A vida acadêmica seguiu o seu curso e, em 1981, ingressei no curso de Engenharia Civil — não porque fosse a minha primeira escolha, mas porque Arquitetura não existia na altura.

Formei-me em 1986 e, no ano seguinte, já era Assistente Estagiário na Faculdade de Engenharia da UEM, onde ensinei Topografia, Construção Civil e Tecnologia de Construção.

Em 1992, fui para a Loughborough University of Technology, na Inglaterra, para fazer um mestrado em Construção. O frio inglês não me assustou tanto quanto os desafios académicos, mas, em 1993, estava de volta a Moçambique, pronto para continuar a ensinar.

Mas a vida universitária tinha limites para mim. Em 1996, decidi deixar o ensino e tornar-me consultor privado. Passei anos a trabalhar em infraestruturas aeroportuárias, estradas e diques de defesa contra cheias, conhecendo praticamente todo o País.

Mas nem tudo foi engenharia e cálculos. A minha vida profissional trouxe momentos que até hoje me fazem rir... ou arrepiar.

Durante um levantamento topográfico entre Nacarôa e Memba, passei por uma experiência que me fez questionar todas as minhas decisões de carreira.

Estava a calçar as botas de manhã, quando senti algo a deslizar pelos meus pés. Olhei e vi uma enorme cobra acastanhada, de mais de um metro de comprimento, que passou, suavemente, sobre o meu pé esquerdo, depois sobre o direito, e desapareceu sem cerimónia. Se a cobra ficou tranquila, o meu coração não!

Mas nada supera a aventura em alto-mar, quando trabalhava na construção do empreendimento turístico da Ilha Vamizi, no arquipélago das Quirimbas.

Um dia, levei um amigo arquitecto para avaliar um terreno na Ilha de Rongue. O mar estava calmo, mas, de repente, o tempo virou.

O marinheiro, com a calma de quem já viu de tudo, recomendou que voltássemos o mais rápido possível ao porto, pois o barco não tinha GPS. O meu amigo entrou em pânico, enquanto eu puxei uma lona, encostei-me e adormeci tranquilamente. Alguns minutos depois, acordei com ele aos gritos:

— Como é que tu consegues dormir numa situação destas?!

E eu, meio a rir, meio ensonado, respondi:

— Deixa o marinheiro fazer o trabalho dele. Ele navega aqui todos os dias.

Estas foram algumas das peripécias da minha vida que achei interessantes aqui contar, em resultado da minha jornada académica e profissional — nada fácil.

Mas se há algo que aprendi nestes 48 anos, é que a vida nem sempre segue os planos que fazemos.

O senhor Suzuki pode ter me afastado do meu sonho inicial, mas, olhando para trás, percebo que tive sorte.

Muitos dos meus colegas foram, contrariados, parar ao Ensino, em distritos isolados, enquanto outros foram para a Defesa.

Eu, por outro lado, não me posso queixar, pois sinto que ajudei a formar centenas de Engenheiros Cívicos e participei em projectos de enorme importância para Moçambique, como a reabilitação dos diques do Limpopo e de Nante.

O percurso pode não ter sido o que eu planeei, mas foi o percurso certo para mim — embora as escolhas não tenham sido feitas por mim.

E, no final, o que mais importa é que, entre todas as voltas, percalços e momentos inesperados, fui sempre fiel a mim mesmo: um Engenheiro Civil que, por acaso, também sabe rir das suas próprias desventuras.

MEMÓRIAS DE UMA VIDA E PERCURSO

Por: ABEL ASSIS



Abel Fernandes de Assis é o meu nome. Nasci em Furancungo, Macanga, província de Tete, há 67 anos. Lá passei os meus primeiros 9 anos de vida até 1969, altura em que os meus pais foram transferidos para Vila Coutinho (hoje Ulóngue), distrito de Angónia. Aqui completei o Ensino Primário, tendo, de seguida, frequentado e concluído o ciclo preparatório no Colégio da Fonte Boa, em 1972/1973.

Em 1973 rumei para a Beira onde prossegui os estudos até concluir o Ensino Básico em 1977.

Decorrente das decisões de 1977, anunciadas pelo Presidente Samora Machel, em 1978 fui encaminhado, com outros jovens de Sofala, para o Centro 8 de Março. Sou, portanto, do segundo grupo desta geração.

Abraçar as ciências sociais e mais particularmente a História, era o meu sonho. Talvez tenha sido, por isso, que fui afecto ao Curso de Professores de Ensino de História e Geografia para a 5ª e 6ª classes, com o qual me viria a conformar, apesar de querer estar no propedêutico, como alguns dos meus colegas a quem a sorte abraçara.

A nossa formação ocorreu em regime intensivo de cerca de 1 ano, onde um e outro colega ficaram esgotados. Tínhamos docentes de diversas proveniências, dos 4 cantos do mundo, entre moçambicanos, soviéticos, brasileiros, italianos, de origem portuguesa, entre outros.

No centro 8 de Março estávamos enquadrados em pelotões e eu fazia parte do pelotão 2. A formação paramilitar fazia parte do nosso dia-a-dia, com uma forte componente ideológica, consentânea com a onda revolucionária que então se vivia, que, de uma maneira ou outra, me moldou no que hoje sou.

Lembro-me duma das canções revolucionárias que entoávamos durante a preparação político-militar, vulgo "shot-kolia" onde mencionávamos um ponto qualquer do País como "*Chicualacuala te espera camarada*" e cujo refrão era, "*...nos aqui juramos servir*"

longe de pensar que este era um compromisso que nos iria ser cobrado mais tarde, quando fosse necessário cumprir uma missão, onde quer que fosse. E é assim que, com alguns colegas, fui parar à Escola Secundaria de Jécua, em Manica, por colocação da Direcção Provincial de Educação e Cultura de Manica.

A Escola está mesmo situada na zona fronteira com a então Rodésia do Sul de Ian Smith, (actualmente Zimbabwe), por onde se faziam incursões contra Moçambique.

Do centro 8 de Março, recordo-me, com saudades, da prática de futebol de 11, onde conheci verdadeiros craques como o Grácio, o Zaza, o Joel, Zé Manuel, Fijamo, para citar alguns.

Depois da primeira formação em 1978, outras se seguiram como o Curso de Formação de Professores de História/Geografia de 7^a, 8^a e 9^a classes, de 1981 a 1982, o Curso de Licenciatura em Ensino de História e Geografia e o Mestrado em Educação.

A minha vida profissional, de cerca de 44 anos, foi toda ela dedicada à educação, primeiro como professor, na Escola Secundaria de Jécua, em Manica, em 1979 e 1980, depois na Escola 3 de Fevereiro, em Maputo (curso nocturno), na UFICS (Universidade Eduardo Mondlane), como assistente do Prof Doutor Miguel Buendia, e do Professor Brazão Mazula, de quem muito aprendi na cadeira de Introdução às Ciências Sociais.

Para além da docência, tive a grata e rara oportunidade de exercer um leque variado de funções técnicas e de gestão, na Direcção Provincial de Educação e Cultura de Maputo e a nível Central, em diferentes órgãos do Ministério da Educação.

Neste percurso tive a sorte de conhecer vários colegas e profissionais de várias proveniências, escolas de formação (guineses da Guiné Conacri, cubanos, soviéticos, alemães, holandeses, entre outros) que emprestaram o seu saber e deram o seu contributo na edificação do Sistema Nacional de Educação nas suas diferentes fases. Muitos desses colegas não podem hoje estar connosco, muitos pela finitude da vida que nos assiste como seres vivos.

Daí que, este testemunho, seja também um tributo a todos eles.

Durante este percurso foram muitas e ricas as experiências que me moldaram e fizeram crescer como pessoa e como profissional. Quero destacar a oportunidade de ter participado na troca da moeda colonial, o escudo português pelo metical, em 1980, ainda em Manica.

Desde 1983, em que passou a vigorar o Sistema Nacional de Educação, assisti e participei em todas as suas fases de desenvolvimento, cumprindo diferentes funções técnicas e/ou de gestão.

Estando actualmente como aposentado, olho para o percurso realizado como de superação de muitos desafios, tendo em linha de conta os indicadores educacionais herdados do sistema colonial.

Não estou arrependido de ter enveredado pelos labirintos da educação, com toda a sua complexidade, dilemas, pontos fortes e fracos, de um processo que não é linear.

Tenho a plena noção de que a edificação do Sistema Nacional de Educação está longe do ideal almejado. É um projecto inacabado, sempre em construção e reconstrução, em torno do desafio principal, a questão da relevância/qualidade da educação para a sociedade e o País, em geral.

Estou certo de que as novas gerações farão a sua parte, dando seguimento ao trabalho realizado, tendo em mente, entre outros aspectos:

- a) que um projecto educativo bem sucedido requer vontade a todos os níveis, perseverança, tempo, paciência e compromisso social de todos os actores, sem excepção, e cuja materialização extravasa, de longe, um ciclo governativo. Daí a premência de uma visão nacional de longo prazo como bússola para o processo de transformação social;
- b) a educação requer investimento contínuo suportado por recursos nacionais, que não podem depender de terceiros, cujas agendas, muitas vezes, impostas e descontinuas condicionam e comprometem a implementação da visão nacional de longo prazo;

Quero terminar, agradecendo aos colegas que tiveram a iniciativa de dar corpo à compilação das várias memórias do percurso de alguns oitomarcistas. Estão de parabéns!

Bem haja a Geração 8 de Março.

Bem-haja Moçambique.

“NÃO É O QUE TU QUERES, MAS SIM O QUE NÓS QUEREMOS”



Por: ORLANDO DIAS

Nasci a 3 de Outubro de 1959, na cidade da Beira, fruto da união de uma mãe extraordinária e de um pai que considero o melhor gestor de todos os tempos. Cresci numa família numerosa, marcada pela fé católica e pela dignidade que o trabalho nos CFM conferia. Ainda menino, vivi em Gondola, vila ferroviária organizada, onde fiz a 4ª classe. Mais tarde, regressei à Beira para continuar os estudos. A minha juventude foi preenchida com desporto, leitura e formação religiosa. Lia muito, adorava conversar sobre política e mergulhar nos textos da revista “Tempo”. Com a Independência, aos 16 anos, assisti à transição entre o antigo regime e as exigências da nova ordem revolucionária.

Em 1977, surgia o “Chamamento da Pátria”. Samora Machel afirmava que o ensino era uma arma revolucionária e, nesse espírito, ouvi pela primeira vez a frase: “Não é o que tu queres, mas sim o que nós queremos”. Esta marca ideológica foi forte o suficiente para redefinir os caminhos de muitos jovens como eu.

Tinha planos de ir para Portugal, onde já estavam alguns familiares, mas o meu pai recusou tal ideia. Em 1979, vim para o Centro 8 de Março, em Maputo, com amigos e a minha namorada. Na Direcção Provincial da Beira, fui incumbido de chefiar o grupo de alunos rumo ao Centro, missão que cumpri discretamente.

No Centro 8 de Março, recusei usar o fardamento militar e nunca participei em exercícios paramilitares. Sempre preferi decisões participativas a imposições. Fui encaminhado para o Curso de Professores de História, onde tive bons professores e também conflitos ideológicos. Ainda assim, obtive notas elevadas nas disciplinas mais controversas, tendo mesmo sido convidado por um dos docentes a dar uma aula. Preparei-me com afinco e fui recompensado com a nota máxima para aquele docente.

Após o curso, foi-me atribuída uma guia para Cuba, que recusei e com o apoio da Directora Luísa Vieira acabei por ir para o Niassa, o que viria a ser uma das experiências mais marcantes da minha vida. A chegada a Mepanhira foi memorável: uma longa viagem de quatro dias, com recepção calorosa por parte da comunidade local. Fui o primeiro a chegar depois dos padres e a presença de uma viatura era, por si só, um acontecimento.

Em Mepanhira, participei na troca da moeda colonial pelo Metical. Comigo estavam oito alunos, um camião e dez militares armados. Percorremos mais de 500 km, muitas vezes a pé. Lidámos com populações receosas, que preferiam manter o dinheiro enterrado em latas de leite Klim a trocá-lo por talões bancários. Não tendo trocado o dinheiro guardado como um tesouro, grande parte da população rural iniciou a caminhada para a penúria.

Dormi com dinheiro empilhado até ao tecto, mas nunca toquei numa única nota, a realidade actual é bem diferente. Também participei no primeiro recenseamento populacional, outra jornada exigente. As comunidades rurais ensinavam-me todos os dias a escutar antes de falar. Aos sábados, partilhávamos omeletas, ovos e cabanga nos encontros com colegas. O cozinheiro Mucuna, humilde e dedicado, foi um dos exemplos de nobreza humana que conheci. Deixei-lhe todos os animais que me foram oferecidos — era o mínimo que podia fazer.

A carta da Luísa Vieira chegou com boas notícias: seria transferido para a Beira. Trabalhei na Direcção Provincial da Educação com responsabilidade sobre duas escolas, no Dondo e na Gorongosa. Mais tarde, regresssei a Maputo, onde encerrei a minha passagem pela Educação.

Entrei para a Mecanagro e, depois, fui bolsheiro da Fiat, em Itália. Ao regressar, por questões burocráticas e políticas internas, deixei a empresa.

Fui, então, para a Rank Xerox, onde trabalhei seis anos. Essa experiência levou-me a desenvolver o meu próprio negócio na área.

Recordo os ensinamentos de Samora: “As crianças são flores que nunca murcham”, “A escola deve ser a base para o povo tomar o poder”. No entanto, a realidade actual das nossas escolas e crianças contrasta tristemente com esses ideais.

Hoje, reconheço o valor da nossa geração, o empenho e a dedicação. Mas também sei que falhámos em corrigir o rumo. O País que ajudámos a construir mergulhou numa pobreza crescente, esquecendo princípios e valores essenciais.

Assumo a minha “mea culpa”. A independência deveria servir para libertar, nunca para oprimir. Nos nossos encontros de oitomarcistas, partilhamos memórias e celebramos a nossa finitude — conscientes de que o tempo é escasso e precioso.

Fico por aqui.

PEÇO DESCULPAS

Por: ROSITA ALBERTO



Sou natural da província de Inhambane, distrito de Morrumbene, e, em 1977, era estudante do 2º ano dos Cursos Complementares na Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva, em Lourenço Marques — no último ano antes de ingressar no ensino superior, sonhando com o curso de Gestão de Empresas.

Estava feliz com a independência nacional do País, sendo uma jovem engajada na política da FRELIMO, como a maioria da minha geração, desde o Khovolar, onde vivia, até à escola.

Era um momento eufórico para mim, mesmo sem perceber, em profundidade, o significado da Independência nacional. Provavelmente, por ter sofrido muita discriminação racial e social na minha adolescência, nas instituições por onde tinha passado como estudante — inclusive na própria Escola Comercial onde estudava à época — a emoção de ser independente era tanta que me sentia identificada com tudo o que a independência representava para a construção de uma sociedade nova e mais justa.

Quando fomos convocados para a reunião, no pavilhão do Maxaquene, pelo Presidente Samora, não tinha qualquer tipo de informação sobre a agenda, mas estava feliz porque, finalmente, ia participar num encontro convocado pela mais alta individualidade do meu País. Sentia-me mais valorizada do que nunca na minha vida.

Quando o Presidente Samora anunciou, finalmente, o objectivo da reunião e as respectivas decisões, levei muito tempo a processar a informação, aceitar e convencer-me de que, de facto, o meu sonho de ser gestora de empresas já não tinha espaço na minha vida. Fui seleccionada para o Curso de Formação de Professores de História e Geografia.

Os meus pais, ao tomarem conhecimento destas decisões e da minha integração no curso do professorado, não gostaram, pois a expectativa era outra em relação à minha carreira estudantil e ao meu futuro profissional.

Já no Centro 8 de Março, para além de frequentar as aulas e os treinos militares — vulgarmente chamados de “shot-kolia” —, fazia também parte da Direcção de Assuntos Sociais, juntamente com a camarada Rufina Muthemba, que tinha sido indicada pelo Partido FRELIMO.

Confesso que foi difícil desempenhar esta tarefa, dada a sua complexidade e a minha falta de experiência. Não poucas vezes, tomei decisões extremas que, hoje, não seria capaz de repetir nas mesmas circunstâncias.

Por isso, aproveito para apresentar as minhas sinceras desculpas a todos os colegas que tenham sido vítimas dessas decisões.

Concluído o 1º ano, fui colocada na província de Inhambane, contra a minha vontade, pois gostaria de conhecer outras províncias nessa altura. Trabalhei em algumas escolas secundárias da província como Directora Pedagógica e como responsável provincial da CAP (Comissão de Apoio Pedagógico) de Geografia.

Como a disciplina de Geografia tinha apenas duas horas semanais por turma, praticamente era a única professora dessa disciplina nas escolas por onde passei, chegando a leccionar 15 turmas, com uma média de 60 alunos cada.

Está claro que o trabalho foi árduo, mas sempre o desempenhei com entusiasmo, pois estava a contribuir para o meu País independente.

Foi uma experiência muito gratificante, pois hoje tenho orgulho de ter participado na construção de uma nova etapa da sociedade moçambicana de forma sábia e transparente, em prol do desenvolvimento do País.

Sinto que cumpri, com zelo e dedicação, a missão que me foi incumbida pelo Estado moçambicano.

Esta decisão do Presidente Samora foi muito importante e necessária, dentro do contexto histórico do País.

Eu fiz a minha parte.

DE AMATONGAS A CUBA: UM PERCURSO CATIVANTE DE UM PROFESSOR ZELOSO E DEDICADO



Por SALVADOR LAI

No longínquo ano de 1959, nasci em Inhambane, Vilankulo, localidade de Mapinhane, povoado de Muabsa — terra de agricultura e caça, marcada pela escassez de água. O meu pai era trabalhador das minas na África do Sul e a minha mãe, doméstica, dedicava-se à agricultura.

Na minha terra, a escola não era valorizada. Para estudar, tive de desobedecer a muitas normas da tradição, que valorizavam sobretudo o trabalho na machamba e a caça. Além da minha ousadia, muito contribuiu a condescendência do meu pai.

Estudei em escolas missionárias, para as quais muitas vezes se organizavam campanhas porta-a-porta para angariar crianças. Não era tarefa fácil: os miúdos fugiam, correndo mesmo a sério, e os pais não colaboravam — queriam-nos nas machambas e na caça, actividades vistas como essenciais para a sobrevivência.

Foi neste contexto que fiz o Ensino Primário, primeiro na escola de Macohane e depois na Missão de São José de Mapinhane, onde vivi em regime de internato até 1970.

Concluí o Ciclo Preparatório em Vila Pery, actual Chimoio, como seminarista no Seminário Menor de São Francisco de Assis de Amatongas, em 1972. Terminei o 4º Ano dos Liceus no Seminário Médio de Santo António de Vila Pery, actual Centro de Formação de Professores Primários de Chimoio, realizando exames sob a égide do Liceu Pêro de Anaia, hoje Escola Secundária Samora Machel, da Beira, em 1975.

Depois, segui para Lourenço Marques (Maputo), onde frequentei o 5º Ano no Liceu António Enes, actual Escola Secundária Francisco Manyanga, concluindo, em 1976, a Secção de Letras.

Em 1977, enquanto frequentava a Secção de Ciências, ocupei uma vaga

como professor de Português das 5^a e 6^a classes na Escola Secundária de Maxaquene (actual Universidade São Tomás de Moçambique). Foi nesse ano que, a 8 de Março, o Presidente Samora Machel proferiu o histórico discurso do “Chamamento da Pátria”. Participei nesse evento no Pavilhão do Maxaquene, como professor, acompanhado dos meus alunos.

Concluída a Secção de Ciências em 1977, fui orientado, como muitos estudantes, para o Centro 8 de Março, onde frequentei o Curso de Formação de Professores de Português para as 5^a e 6^a classes.

Recordo-me de quando recebi a guia das mãos da senhora Luísa Vieira. Ela comentou: “Não sei por que é que as pessoas, quando recebem guia para formação de professores, mostram uma cara estranha!” Não respondi. Limitei-me a seguir. Era simples: aquele não era o curso dos meus sonhos.

No Centro 8 de Março, vivi o verdadeiro espírito de unidade nacional. Lá estavam representadas todas as províncias. As turmas da Faculdade Preparatória da UEM e os pelotões do Centro eram autênticos mosaicos nacionais. Aprendi até a dançar mapico e limbondo.

Após o curso, fui colocado na província de Manica, no Centro Educativo de Amatongas — por coincidência ou propósito, regressava ao lugar onde estudara. O responsável pela colocação conhecia-me dos tempos do seminário.

Em Amatongas, trabalhei durante dois anos, entre 1979 e 1980. Durante as férias, eu e o colega Dinis Mungoi decidimos apresentar-nos no Ministério da Educação para solicitar o prometido ingresso na formação para as 7^a, 8^a e 9^a classes.

Inicialmente recusaram o pedido e disseram-nos para regressarmos à província. Argumentámos que seria um desperdício de recursos, e, por fim, o Ministério cedeu. Em 1981, fomos integrados no curso pretendido.

Terminado esse segundo ciclo de formação, fui colocado na Escola Secundária de Nwachicoluane, em Chókwe, província de Gaza. Contudo, antes de partir, fui chamado à Faculdade, onde me informaram que tinha sido seleccionado para trabalhar em Cuba, nas

escolas moçambicanas da Ilha da Juventude.

Na terra de Fidel, vivi entre 1982 e 1987. Aí leccionei em três escolas, sentindo o verdadeiro valor da unidade nacional. Aprendi que, além de professor, era pai e irmão mais velho dos meus alunos.

Foi também em Cuba que o desejo de continuar a estudar se tornou inadiável. Matriculei-me na “Facultad Obrera Campesina” e concluí a 12ª classe. Como não era possível conciliar o ensino com um curso superior em Cuba, regresssei a Moçambique.

Ao regressar, fui afecto ao Ministério da Educação, passando pelas direcções de Relações Exteriores e de Planificação e Cooperação. Ao mesmo tempo, continuei a dar aulas em escolas de Maputo.

Nesse mesmo ano, ingressei no Instituto Superior Pedagógico, onde conclui a Licenciatura em Pedagogia e Psicologia. Mais tarde, fiz uma Pós-graduação em Linguística, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM.

Além de professor, exerci funções técnicas no Ministério: trabalhei com bolsas de estudo, planificação, monitoria e avaliação, e na área de gestão e redução de risco de desastres no sector da Educação.

Ao fazer o balanço do meu percurso entre 1977 e 2013 — ano em que passei à aposentação — sinto que cumpri, com zelo e dedicação, a palavra de ordem da nossa época: “Não o que eu quero, nem o que tu queres, mas o que nós queremos”.

Hoje, só me resta agradecer a todos com quem trabalhei e de quem aprendi o valor do dever patriótico.

Desejo que as novas gerações se inspirem e saibam enfrentar, com criatividade, os desafios cada vez maiores do nosso País — rumo ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar de todos os moçambicanos.

FAZER PARTE DO MOVIMENTO 8 DE MARÇO OBRIGOU-ME A CRESCER CEDO



Por: ÂNGELA ABDULA [DAVA]

Nasci a 10 de Janeiro de 1962, na cidade de Maputo, numa altura em que o País ainda carregava os grilhões do colonialismo, mas a esperança já morava nos gestos dos meus pais. Eles sonhavam, como tantos outros, com um futuro brilhante para os filhos. No meu caso, projectavam em mim o desejo de me verem médica. Eu, com 16 anos, ainda a estudar na Escola Secundária Francisco Manyanga, só pensava em terminar a 10^a e 11^a classes. Não tinha, confesso, uma ambição profissional clara. Talvez porque a minha cabeça, então, estava mais cheia de perguntas do que de respostas.

Em 1977, na sequência do “Chamamento da Pátria”, o meu irmão mais velho foi encaminhado para o Centro 8 de Março. Essa vivência dele, que acompanhei de perto, preparou-me emocionalmente para o que viria no ano seguinte.

Em 1978, fui também eu chamada a integrar o Centro, no âmbito da decisão do 8 de Março. Fui encaminhada para o Curso Propedêutico de Letras e, apesar de ser um corte com a vida “normal” que conhecia, recebi essa missão com orgulho e sentido de dever. Eu entendia — como tantos outros jovens da época — que o País precisava de nós.

E, com a campanha de mobilização que se fazia sentir na altura, o sentimento de pertença nacional intensificou-se em mim. Aprendi a ver Moçambique com outros olhos.

Concluído o Curso de Formação de Professores de Português e Inglês para as 10^a e 11^a classes, fui destacada para a cidade da Beira. Foi lá que iniciei a minha vida profissional, primeiro como professora de Português na Escola Secundária Samora Machel, depois como professora de Inglês no Instituto Industrial da Beira. Lembro-me bem da responsabilidade que senti: tão jovem e já com uma turma inteira diante de mim. Ensinar, para mim, foi sempre mais do que transmitir conhecimentos. Foi uma forma de me desafiar, de crescer, de me encontrar.

Regressei a Maputo e, durante algum tempo, leccionei na Faculdade de Educação, onde formei professores de Português. Mas a vontade

de ir mais além falou mais alto. Candidatei-me a uma bolsa de estudos e fui para Inglaterra estudar Ciência Política. Contudo, o destino tinha outras ideias para mim.

O ano era 2000 e Moçambique enfrentava as devastadoras cheias que tanto afectaram a província de Gaza. Lá longe, acompanhando o sofrimento do meu País, percebi que precisava de me especializar em áreas ligadas ao Desenvolvimento e à Gestão de Riscos de Desastres. E foi o que fiz: mudei de rumo e abracei um mestrado que unia essas duas áreas.

Quando regresssei, o meu percurso profissional passou por várias instituições: a FAO, onde trabalhei na área da Segurança Alimentar e Nutricional; o Ministério da Planificação e Desenvolvimento; e o DfID, onde integrei projectos de reforma do sector público, em ligação com a UTRESP.

Mais tarde, concorri a um posto do PNUD, na Guiné-Bissau, como assistente técnica num programa de Governança e Desenvolvimento Económico Local. Essa experiência abriu-me novas portas e acabei por ser seleccionada como pesquisadora na “African Risk Capacity” – uma agência especializada da União Africana – onde trabalhei na capacitação de países para a Gestão e Financiamento de Desastres.

Desde 2024, por razões familiares, fixei-me em Angola. Mas o meu trabalho continua a ser pan-africano: sou consultora independente em diversos países do continente. Cada projecto, cada país, cada desafio acrescentou uma camada à mulher que me tornei.

Passadas quase cinco décadas, olho para trás e sinto-me profundamente grata. Fazer parte do movimento 8 de Março obrigou-me a crescer cedo, a sair da zona de conforto, a conhecer o País real – não aquele dos livros, mas o dos rostos e das lutas quotidianas. Aprendi a conviver com diferentes culturas, a valorizar o colectivo, a resistir em tempos difíceis. E hoje, essa bagagem é o que me sustenta.

Lamento, isso sim, que o 8 de Março – enquanto escola de cidadania – não tenha deixado marcas mais fortes nas gerações seguintes. Talvez pudesse ter evoluído, adaptando-se aos tempos, mantendo o seu espírito.

Porque nós, os que por lá passámos, sabemos: o 8 de Março mudou-nos para sempre.

DORMIR COM PERCEVEJOS NO COLCHÃO

Por: JOÃO CARDOSO



Nasci na Beira, em 1959, na Manga. Vivi depois em Matacuane e, mais tarde, na Ponta-Gêa. Fiz o ensino primário nas escolas de Matacuane e Eduardo Vilaça. A 5ª e 6ª classes frequentei na escola que hoje se chama Sansão Muthemba. Em 1972, segui para a então Rodésia, para iniciar estudos em Agronomia e Mecânica Agrária. Em Maio de 1974, logo após o 25 de Abril, regresssei à Beira.

Ingressei no então Liceu Nacional da Beira e integrei um grupo de estudantes que propôs o nome de Samora Machel para aquele estabelecimento. Caso não o tivéssemos feito, talvez, hoje fosse mais uma “Escola Eduardo Mondlane”. Numa acção clandestina, com a cumplicidade do professor Bazenga — então Comandante dos Bombeiros — pendurámos um enorme cartaz com a imagem de Samora na fachada da escola, com a ajuda de um camião com escada.

Quando cheguei a Maputo, o Centro 8 de Março, na Av. Kim Il Sung, estava lotado. Enviaram-me para o lar dos Caminhos de Ferro, depois da Malanga, perto do matadouro. Não cheguei a passar lá uma noite. Os beliches não tinham colchões, os quartos estavam às escuras e as casas de banho eram indescritíveis. Centenas de estudantes de todo o País tinham sido ali alojados. Ainda de noite, peguei na mochila e fugi para casa dos meus pais, que já viviam em Maputo.

Na manhã seguinte, apresentei-me ao Ministério da Educação. Fui entrevistado por um brasileiro de origem japonesa, Suzuki, que me perguntou o que gostaria de estudar. Respondi: Comunicação Audiovisual. As opções eram limitadas: Professor — e escolhi Geografia. Fui colocado na UEM, para Formação de Professores.

Em Fevereiro de 1980, após um ano de formação, cheguei a Chimoio ao fim da tarde. Dirigi-me à Direcção Provincial de Educação, onde me foi indicada pernoita no lar de professores. Já era noite quando lá cheguei. Subi as escadas escuras, com a mochila às costas. O quarto estava em ruínas: fios eléctricos soltos, cama com um colchão imundo, cadeira e uma pequena mesa junto a uma janela sem vidro.

A casa de banho comum, no fundo do corredor, era um atentado aos sentidos. O chão estava coberto de manchas e papel castanho. Saí dali

e fui procurar algo para comer. Encontrei uma tasca onde comi ovos com batatas cozidas em óleo. De regresso, sacudi o colchão nauseabundo, estendi uma capulana, usei a mochila como almofada e tentei dormir. Não demorou até ser invadido por mosquitos e percevejos. Tapei-me com um lençol, mas acordei com as picadas. Com a lanterna, descobri os visitantes indesejados. A lua cheia iluminava tudo. Imaginei como seria estar no mato, sob o luar e o som das árvores. Coloquei a bagagem sobre a mesa, empoleirei-me numa cadeira e ali passei a minha primeira noite como professor na província de Manica.

No dia seguinte, parti para Amatongas, empoleirado num camião de mantimentos. Tinha 20 anos. Era um jovem professor, feito à pressa, ainda com sonhos, com a esperança de ajudar a construir um País justo, onde todos tivéssemos lugar. Acreditava que, ao ensinar e aprender com os meus alunos, contribuiria para esse ideal.

Hoje, sinto que melhorei a vida de alguns jovens — e que eles também me tornaram uma pessoa melhor. Mas quanto ao País...ficou a mágoa, a revolta, o sentimento de traição a toda uma geração.

Quando cheguei a Amatongas, o cenário era desolador. A Missão Católica, que conhecera outrora nas viagens com os meus pais, estava em ruínas. As plantações de citrinos haviam dado lugar ao mato. A igreja estava abandonada, com vidros partidos e paredes descascadas. Os jardins estavam secos e cobertos de capim. Os edifícios escolares mostravam sinais de degradação extrema.

Fui instalado num quarto no segundo andar, com vista para as colinas em direcção ao Inchope. O mobiliário era mínimo: cama de madeira, colchão de sumaúma, uma secretária e uma cadeira. A limpeza foi o primeiro desafio. Sem água corrente (a bomba estava avariada), a limpeza limitou-se a cinza para esfregar azulejos e até para escovar os dentes, por falta de pasta.

Com a experiência da noite anterior, inspecionei o colchão. Estava, mais uma vez, infestado de percevejos. Levei-o ao terraço, desmontei a cama, lavei tudo com petróleo. Dormi na varanda, sobre uma esteira comprada no mercado. Pouco antes do pôr-do-sol, conheci o velho Butão, cozinheiro da antiga missão. Milagroso, preparava xima com peixe seco e molho improvisado. Comi tudo, com muito gosto.

Em frente ao edifício havia um pequeno cemitério e uma mangueira imensa. Uma noite, vi um rapaz preso à árvore, molhado com um balde de água fria. Era assim que castigavam os indisciplinados.

Visitei o armazém de alimentos. O “stock” para 200 alunos e 20 professores resumia-se a peixe seco com larvas, farinha de milho, leite em pó da RDA e sal grosso. Para tornar o centro mais autónomo, sugeri ao novo director — jovem, com mente aberta — que eu fosse a Chimoio buscar ajuda de um amigo, o Almeida Valgode, da Água Vumba.

Com medo dos ataques dos “matsangas”, viajámos de noite, numa velha carrinha Peugeot 404, sem pára-brisas, nem faróis. Almeida deu-nos contactos e recebemos ajuda de um projecto da pecuária: um casal de porcos e doze coelhos. Com esforço de alunos e professores, reconstruímos pocilgas e coelheiras. Meses depois, comíamos coelhos; no final do ano, matámos o primeiro porco.

Após várias aplicações de petróleo, montei a cama e voltei ao quarto. À noite, reuníamo-nos no terraço para ouvir relatos de futebol, através de um rádio Xirico, ou conversar. Ouvíamos também explosões vindas do Inchope. Corria o rumor de que o centro não seria atacado por ali viverem dois irmãos de André Matsangaíssa.

No final de 1980, fui colocado no Centro de Reciclagem de Professores, no antigo Convento das Carmelitas, no Chókwè, na província de Gaza, onde permaneci um ano. Fui depois integrado na equipa fundadora do departamento de Ensino à Distância, no INDE. Em 1983, mudei-me para o Centro de Produção Multimédia, ligado à produção de manuais escolares. Criei a Fototeca da Editora Escolar e participei no primeiro Atlas de Moçambique, financiado pela Suécia.

Em 1989, integrei o departamento de Educação e Comunicação do programa de SIDA no MISAU. Em 1993, iniciei um projecto que me ocuparia os quinze anos seguintes: a co-fundação da agência privada de publicidade Publicita-FCB.

Em 2015, fui convidado a abrir a representação da Toyota Industrial Equipment, em Moçambique. Terminei a carreira formal com dois prémios consecutivos (2018 e 2019) como melhor “dealer” da África Austral, e 3º lugar em 2021.

Reformei-me em 2022, após um problema de saúde. Decidi priorizar a vida e o bem-estar.

Hoje, com 66 anos, dedico-me à minha paixão de adolescência: a Fotografia.

Preparo duas novas exposições e colaboro num programa comunitário na área de Comunicação e Educação para a Saúde.

AVENTURAS E DESVENTURAS POR CAUSA DE UM ANEL COLONIAL



Por: CELSO PAUL

Desperto ao som do costumeiro e inconfundível chilrear matinal dos pássaros. Como que por magia, um turbilhão de acontecimentos, vivências e emoções há muito armazenados, retornam vivamente em catadupa.

Ainda na cama, sem me mexer, para não despertar a minha fiel escudeira de há 43 anos, contemplo e avalio as minhas mãos e braços. Apercebo-me que já passaram 48 Marços, desde que, jovem com 16 anos e algumas espinhas no rosto, rumei para Maputo, vindo da Beira e cheio de sonhos.

Já possuía experiência de viver fora de casa. Desde os meus 11 anos que estudava internado no Colégio Maristas da Beira e após a nacionalização do ensino, passara para o Lar do Ferroviário da Beira, para frequentar a 9^a classe em 1976, no Liceu.

Não obstante essa experiência, tudo era uma novidade para mim, particularmente a interação com colegas de outras províncias, com hábitos e motivações diferentes, embora havendo um denominador comum: 8 de Março e as motivações políticas.

Tínhamos reuniões no “self”, dirigidas por uma responsável com um sotaque muito peculiar, pouco convincente e visivelmente falso. Imitava os combatentes do Norte que, na época, embora estivesse na moda, era esquisito.

Nos testes de aptidão física, a despeito do meu físico na altura, fui prontamente rejeitado por causa de um par de óculos.

Seguiram-se os testes de avaliação a olho nu (desta vez não de visão, mas para afectação) e com dois entrevistadores e alguma dose de empatia ou falta dela. Hoje, ainda me surpreendo e fico arrepiado, quando me recordo das motivações e atitudes de certas pessoas na ocasião e como definiram, de forma leviana, o meu futuro social e académico, e de muitos colegas.

Pretendia ser Engenheiro Civil. Na 10^a classe, escolhera a secção

correspondente e, por sinal, estava bem motivado, ao iniciar o ano lectivo. Mas foi um sonho que durou somente duas semanas. Na referida entrevista a que fui submetido, um simples anel que portava na ocasião - que era produto da transformação de um símbolo da Força Aérea Portuguesa, mas que adaptara com as minhas iniciais (eu achava-me muito criativo) - tive de aturar um sermão de caixão à cova, sobre o significado das forças opressoras e blá-bla-blá. Não sabia, mas já estava traçado o meu destino. Dias depois, soube que fora colocado no Magistério Primário. Nunca acreditei que fosse coincidência!

Mas que raio era isso? questionei-me! Mas por sorte era um curso de dois anos, em instalações novas, felizmente com condições bastante aceitáveis. O nosso grupo de 10 seleccionados, passaria a conviver com cerca de mais 25 colegas já com experiência de professorado, oriundos de várias províncias. Portanto, éramos uns miúdos integrados num mundo de adultos.

Durante esses dois anos, mantive uma convivência assídua e bastante salutar com os colegas do Centro 8 de Março, onde, aliás, eu me deslocava com bastante assiduidade, porque tinha motivos de sobra e, principalmente, de coração.

Em finais do curso, recebi uma guia de marcha com a minha afectação. Fui colocado no Centro de Formação de Professores Primários de Chimoio, como Instrutor.

Não poderia desejar melhor lugar para iniciar a minha actividade. Soube, na altura, que o Centro estava mesmo no limite da cidade, relativamente próximo ao IMA (Instituto Médio Agrário) onde foram colocados alguns colegas da 10^a classe.

A minha viagem foi num comboio a vapor. Embora filho de ferroviário, com direito a passe gratuito, somente me deslocava na linha de Sena e Marromeu em comboios com máquinas a diesel. Em Inhaminga, máquinas a vapor só eram usadas pelo Natal, com a chegada apoteótica do Pai Natal, vestido a rigor, acontecimento que literalmente paralisava a vila. Próximo à estação, eram colocados petardos na linha férrea, que ribombavam com a passagem da máquina, que vinha coberta de folhas de palmeiras, transportando o Pai Natal e com descarga de vapor à chegada. Era um acontecimento que fazia as delícias da pequenada, pois ele ia distribuindo prendas ao longo do trajecto e depois no clube, aos filhos dos sócios ferroviários.

Voltando à viagem para Chimoio, porque queria desfrutar da paisagem que ainda não conhecia, escolhi o pior lugar para me sentar. Com as janelas abertas, apanhei com a fuligem do carvão, principalmente quando a máquina tinha de se esforçar mais ao galgar o planalto. Senti que estava a escurecer rapidamente o que era estranho, por causa do sol. Afinal, tinha os óculos sujos de fuligem, que ia acumulando lentamente. Enfim, viver para aprender, não é?

Cheguei ao cair da noite e atribuíram-me um excelente quarto com uma vista magnífica, voltado para a rua principal. No dia seguinte, muito cedo e em jeito de boas-vindas, tive o meu baptismo de fogo. Enquanto me preparava, ouvi fortes explosões, próximo ao Centro. Afinal, por uma infeliz coincidência, dois aviões rodesianos foram bombardear uma base de refugiados próximo ao local, com muitas vítimas, infelizmente. Para um recém-chegado foi um mau presságio!

Um outro episódio marcante que me ocorre, foi depois de dois meses no Chimoio, ter confiado parte do meu salário a um conhecido que por lá passou, para ser entregue aos meus pais. Esse dinheiro não chegou ao destino. Nas férias seguintes e em Inhaminga, procurei por ele mas estava ausente. A dois dias do meu regresso para Chimoio, alguém me alertou da presença dele no campo de futebol de salão. Fui para lá tirar satisfações. O sujeito, que estava a jogar, de forma muito arrogante, valendo-se do facto de ser mais velho e presumir ter mais genica devido à sua baixa estatura (soube depois que afinal era um arruaceiro), assumiu que podia confrontar-me. Para azar dele, eu com os meus 19 anos e a adrenalina à flor da pele, vi tudo negro e parti para cima dele, cheio de boas razões e bastante motivado. Bati com gosto, antes de sermos separados quando ele foi parar ao chão, pela segunda vez. De uma forma muito elegante, pedi publicamente, e em voz alta desculpas pela interrupção do jogo aos jogadores e público assistente. Soube depois, que foi uma atitude muito apreciada e que fez esquecer ter sido eu a interromper o jogo.

Quando cheguei à casa, descobri que afinal também tinha apanhado e bem, pois fui atingido na cara por um anel descomunal que ele usava. No dia seguinte nem me atrevi a sair, com vergonha do inchaço. A consolação foi saber, pelo meu pai, que ele estava bem pior e que devolveu o dinheiro na totalidade. Menos mal. Já no terceiro dia, já recomposto, fui aos Correios enviar um telegrama, pois ia chegar atrasado a Chimoio.

No meu regresso, pernoitei na Beira e fui jantar um lindo bife. Ao mastigar senti um estalo na mandíbula, que afinal estava fragilizada. Ao abrir e fechar a boca sentia um roçar estranho e soube logo que havia algo de errado. Quando cheguei ao Centro, em Chimoio, perguntaram-me o que se teria passado, porque receberam um telegrama meu, assustador! Na realidade, eu justifiquei por telegrama a minha falta “por motivos de contusão maxilar”. A mensagem que chegou, porque os telegramas eram ditados ao telefone, foi “por motivos confusão de massas”. Mas felizmente tudo ficou esclarecido.

Fui ao hospital de Chimoio e um “simpático” otorrino vietnamita que mal falava português, após verificar o raio X, constatou a fractura na mandíbula inferior esquerda e decidiu, no acto, amarrar os meus dentes de cima, aos de baixo ou vice versa, sei lá. Fechou, literalmente, a minha boca. Para piorar o meu calvário, amarrou-me com ligaduras a cabeça, que tinha uma farta cabeleira Jimmy! Estive assim por quase dois meses, a tomar sopas e leite com palhinha. Quase sem poder falar, porque mal se entendia o que dizia e, claro, dispensado de dar aulas.

Recusei-me a convalescer em Inhaminga. Afinal tinha uma imagem vitoriosa na luta travada, que pretendia preservar e não poderia regressar naquela figura. Enfim, coisas de jovem sem noção.

Meses depois e já recuperado, fui com um colega mais experiente, para o Centro Educacional de Nyazonia, com 20 dos nossos alunos e candidatos a professores, para estagiarem. Houve quem me lembrasse, com alguma intenção malévola, que eu poderia ainda ver nas bermas da estrada algumas cabeças espetadas em paus. Tretas, porque a viagem e o estágio correram muito bem.

Num feriado, dois professores do Ensino Secundário desafiaram-me a ir de bicicleta até à vila que ficava cerca de 17 km, para beber umas cervejas. Aceitei o repto, porque ainda não conhecia a vila. Também desconhecia a particularidade desse troço a percorrer, com subidas e descidas íngremes, por baixo de linhas de alta tensão. Saímos às 12 horas, debaixo de um sol escaldante. Nos primeiros 5 km, foi uma moleza, até me divertia nas descidas, que compensavam o esforço que empreendia nas subidas. Eram bicicletas vulgares, daquelas antigas, pesadas e sem mudanças. A partir do 7º quilómetro, por causa do sol intenso, comecei a ver o alcatrão a fumegar. Era a irradiação do calor retido no alcatrão. Até pensei em regressar, porque já estava

esgotado, suado, cheio de calor, com sede (esquecêramos de levar água), tonto e amaldiçoando a infeliz ideia da aventura. Já via garrafas de cerveja a dançarem ao longe, como se fosse uma miragem. Motivado pela insistência dos colegas, lá continuei estoicamente a pedalar. Ao chegarmos fomos directamente ao tal bar, mas que afinal estava fechado porque era feriado!! Desesperados e desidratados, arranjámos uma alternativa e para lá nos dirigimos. Não havia energia eléctrica e as únicas duas cervejas que existiam estavam quentes e teriam de ser divididas pelos três. Afinal, percorremos 17 quilómetros naquela montanha russa tórrida para partilhar cerveja quente?

Desconsolados e depois do almoço básico, de arroz com carapau frito, ganhámos coragem para o regresso. Por sorte arranjamos boleia num Land Cruiser, mas nunca mais regresssei àquela vila.

No ano seguinte, em 1980, levei novamente outro grupo de estudantes para estagiarem no Centro Educacional de Jécua. Numa noite, ouvi sons de tiros e apareceu, no dormitório dos professores, um jovem a pedir socorro, porque o irmão mais velho, que era professor e com quem vivia numa casa próxima rodeada de eucaliptos, fora emboscado por desconhecidos. Como ninguém se voluntariou, eu, ajudado por alguns dos meus alunos mais velhos e destemidos, lá fomos a correr até à cidade de Manica, a cerca de 7 quilómetros, pedir ajuda aos militares, que prontamente nos acudiram. Voltámos, novamente a pé.

Soubemos no dia seguinte que afinal o sucedido acontecera por motivos passionais, porque um miliciano do Centro disparou para a casa do tal professor, achando que ele assediava a mulher dele. Felizmente, tudo acabou bem, não para o miliciano, porque houve uma sessão pública de chicotada com mangueira, que era uma prática na época.

De férias, em Inhaminga, a meio do ano, tive uma oferta irrecusável para trabalhar em Cahora Bassa, numa empresa portuguesa, e que oferecia excelentes condições. Solicitei a minha desvinculação do Aparelho de Estado alegando pretender continuar a estudar.

Estranhamente, um mês depois, veio o despacho do Ministério da Educação a recusar a minha exoneração, suspendendo-me de Chimoio e transferindo-me com efeitos imediatos para o Centro de Reciclagem de Professores em Unango, na província do Niassa. Faltavam dois

meses para concluir o ano lectivo em Chimoio, mas em Unango já tinham concluído o ano e o curso seguinte somente iria iniciar três meses depois.

Como estava suspenso e sem nada que fazer em Chimoio, aproveitei para tentar algo de útil e meti-me no comércio de relógios electrónicos provenientes do Zimbabwe, que estavam na moda, assim como roupa e calçado, mas que tinha de ir buscar nas montanhas fronteiriças. Felizmente, ainda não se falava em candonga. Porém, não tive sucesso no negócio, porque ingenuamente vendia fiado aos amigos que eram meus clientes e ninguém pagava, talvez porque sabiam que me ia embora.

Viajei para Maputo e fui falar com o Director Capece, para tentar reverter a minha transferência. Não me deu a exoneração que era indispensável na altura, para poder trabalhar no Songo. Disse-me que ficaria a trabalhar em Maputo, onde continuaria os meus estudos. Não era o que pretendia, mas não tinha argumentos para contrariar essa decisão.

Passei a trabalhar na formação de quadros no Ministério da Educação, depois fui transferido, a meu pedido, para o INDE, no núcleo editorial, onde comecei a laborar na área gráfica, produzindo livros escolares, e onde finalmente me encontrei profissionalmente. Ajudei a criar a Editora Escolar. Fiz estágios no exterior para a consolidação de conhecimentos na área e, anos mais tarde, decidi criar a minha própria empresa, com um colega.

Pessoalmente, não considero a minha experiência no 8 de Março como algo significativo ou excepcional, mas como uma etapa na minha vida, que deveria cumprir.

Não prossegui com os estudos como era suposto, porque foram surgindo alguns obstáculos administrativos e, a dada altura, apercebi-me que já nem era relevante fazer o curso de Engenharia, porque realizei-me por outras vias e surgiram outras actividades que me completaram profissionalmente.

Mas prezo por demais as amizades feitas na época, e por ter vivido momentos ímpares na sequência desta minha participação na gesta do 8 de Março.

EM TORNO DO 8 DE MARÇO

Por: JOSÉ HENRIQUE LOPES MENETE



Com a proclamação da Independência Nacional em 1975, percebi que muita coisa poderia mudar e interrogava-me sobre o que seria do meu percurso académico e profissional. Os debates do dia-a-dia centravam-se sobre assuntos de natureza política, como, por exemplo, sobre a história de líderes políticos que se destacaram na luta anticolonial em Moçambique e Portugal, ou, então, sobre as revoluções de operários e camponeses, noutros quadrantes, como na China ou União Soviética. Os vários discursos de Samora Machel e outros dirigentes faziam-nos sonhar sobre um Moçambique onde “haveria tudo” e “todos teriam tudo”. Estávamos motivados a oferecer o nosso saber e a nossa energia para um Moçambique novo e próspero.

No dia 8 de Março de 1977 teve lugar, no Pavilhão do Maxaquene, a histórica reunião com o Presidente Samora Machel, que apelou aos jovens a participar na reconstrução nacional: “O Chamamento da Pátria”. Estive presente no encontro e, enquanto discursava, fui percebendo que, afinal, muita coisa sonhada na infância poderia não acontecer tão depressa, e que haveria que esperar e consentir sacrifícios. Mas o facto do Presidente da República ter solicitado a nossa presença naquela reunião e ter apelado à nossa colaboração para a defesa e reconstrução da Pátria, fez-me sentir naquele momento que, apesar da pouca idade, poderia afinal ser útil à sociedade.

Não fazia ideia nenhuma sobre o que esta entrega à Pátria iria, em termos práticos, significar para mim. Eu era, na verdade, pouco experimentado, com um ciclo controlado de amizades, um adolescente que teria ao longo da infância assistido a muitos filmes e, por isso, cheio de sonhos sobre a vida.

Semanas depois de concluída a 9ª classe, em finais de 1977, tive conhecimento de que as listas de distribuição dos alunos do Liceu António Enes pelos diferentes cursos já tinha saído, pelo que me dirigi àquele estabelecimento de ensino, a fim de verificar para que Curso havia sido indicado. Ao me aperceber que tinha sido afectado

ao Curso de Formação de Professores de Geografia, desmoronou-se o grande edifício de sonhos que havia construído ao longo da vida: o sonho de um dia vir a ser um grande economista ou advogado. Ora, isto representou, para mim, um grande golpe que me pôs de imediato com aquela “dor de estômago” que prevaleceu por meses e meses.

Para mim era, na altura, óbvio que as minhas opções fossem respeitadas, a medir pelo bom aproveitamento escolar que sempre tive, mas, infelizmente, tal não aconteceu. Vingou foi a célebre expressão “não é o que tu queres, mas sim o que nós queremos”. Era assim que se caracterizava o conteúdo e a forma de mobilização dos jovens para a defesa da Pátria e para reconstrução nacional, tarefas que foram realizadas por nós, com elevadíssimo sentido patriótico e responsabilidade.

Recebida a triste notícia da minha colocação para o professorado, havia que fazer o contraditório, até porque não só não queria seguir o curso de Geografia, como nunca me tinha ocorrido ser alguma vez professor. Tentei, vezes sem conta, marcar audiência junto à Direcção Nacional do Ensino Secundário, para expor o meu problema, mas era tudo muito difícil para um simples garoto. Dias depois, foi-nos informado que qualquer reclamação sobre a distribuição dos alunos pelos diversos cursos poderia ser feita por escrito. No dia seguinte, lá fui eu insatisfeito, mas determinado esboçar uma longa e convincente carta, mostrando a minha indignação pela decisão tomada pelo Ministério da Educação e sugerindo, por isso, que me dessem a possibilidade de frequentar Economia. Antes de submetê-la, mostrei-a ao meu pai, na esperança de vê-la devidamente corrigida, sendo ele na altura “burocrata de mão cheia”, afecto ao Ministério da Informação. “Nem pensar meu filho!”, disse ele... “Não te preocupes o Governo sabe o que faz e se é necessário ir para o professorado terás mesmo de ir”, insistiu ele, “porque se tu não podes ir, então mais ninguém poderá fazê-lo”, concluiu ele.

Foi para mim um “balde de água fria” perceber que o meu próprio pai se colocava do lado da decisão tomada pelo Ministério da Educação sobre a decisão de eu frequentar o Curso de Formação de Professores de Geografia e não Economia, como sempre sonhei. Com este posicionamento do meu pai, rígido como ele próprio, foi caindo por terra a

pouca esperança que ainda tinha em poder mudar de curso, ficando reconfirmado, assim, o sentido da frase “não é o que tu queres, mas sim o que nós queremos”. Hoje compreendo a posição tomada pelo meu querido pai, na altura, pois tendo ele sido militante da FRELIMO na clandestinidade, abraçava, com toda garra a qualquer iniciativa governativa e tinha fé de que tudo iria dar certo.

Não me tendo dado por vencido, fui ter com um amigo lá do bairro para desabafar e, com ele, encontrar alguma forma de contornar o problema da indesejada indicação para professor. Procuo, então, contar ao amigo Jorge, o que me havia acontecido em função da triste notícia, rogando desesperadamente que me ajudasse a encontrar solução. Qual é o meu espanto!? O meu amigo, com quem habitualmente partilhava confidências, mostrava-se, naquele preciso dia, indiferente ao que eu dizia e de cada vez que quisesse falar sobre o meu assunto, lá estava ele a interromper, querendo ele também, afinal, desabafar sobre um tal Aristides, que havia quebrado a sua bicicleta... Enfim... ele não saía desse assunto e, para a minha decepção, não me dava espaço para desabafar sobre a triste notícia que acabava de receber. Foi mesmo naquela noite que concluí que, afinal, estava mesmo sozinho na “empreitada” e que a possibilidade de mudar de curso estava cada vez mais distante. Dias depois, fiz as malas e lá fui eu, contrariado, para o Centro 8 de Março.

Estando já no Centro, senti-me mais animado, pois era a primeira vez que vivia em regime de internato, longe daquele controlo dos pais, partilhando o mesmo espaço com colegas provenientes de vários cantos deste belo Moçambique. Aquele uniforme militar trajado por todos, homens e mulheres, faziam-me pensar como se tivesse sido emprestado a uma nova e grande família. O “shot-kolia” [preparação político-disciplinar, PPD] nas manhãs, o comando militar na língua swahili pelas vozes do chefe Mbuia, os pelotões perfilados, o passar das refeições em grupo, o desporto, com destaque para o basquete e o futebol, tudo isto foi curando dores havidas, dando lugar a outros valores que tanto contribuiriam para o que somos hoje. A dedicação aos estudos, a disciplina e o respeito são valores que foram reforçados neste Centro e que, grosso modo, ainda acompanham todos nós e se vão repercutindo para nossos filhos e até netos.

Destaco, de maneira especial: alguns momentos interessantes da vida do Centro 8 de Março, as partidas de futebol, principalmente aos domingos, organizadas e disputadas de forma bastante responsável, atraindo para as bancadas gentes do Centro e das redondezas que, com gosto e prazer, se faziam presentes naquele campo, por nós jamais esquecido.

Tivemos, por exemplo, o privilégio de ouvir relatos na íntegra destas partidas de futebol, pelas vozes inconfundíveis e competentes de Almiro Lobo e Hermes Sueia. Vão os nossos melhores agradecimentos a estes relatores e a outros mais, como, por exemplo, o Miguel, o Marques, Mogunda, só para citar alguns, que tanto divertimento emprestaram à nossa vida no Centro 8 de Março.

Concluído o Curso de Formação de Professores de Geografia para os níveis de 5^a e 6^a classes em 1978, fui indicado a trabalhar como professor na Escola Secundária de Chimoio, na província de Manica, tendo iniciado as minhas actividades em 1979. Interessante realçar que, desta escola, pode-se visualizar, com nitidez, a conhecida “Cabeça do Velho”, um atractivo turístico vislumbrante que encerra, em si, uma rica história que mexe com crenças, mitos e práticas próprias da comunidade circundante.

Lembro-me da nossa viagem, de Maputo a Manica, num autocarro da ROMOS, uma viagem divertida, mas ao mesmo tempo intrigante, pois estava prestes a ter lugar um dos momentos mais importantes das nossas vidas, que foi o primeiro dia de trabalho como professor... Fizemos a viagem, lado a lado, Abel Assis, Dinis Mungoi e eu. Chegados à terminal de autocarros em Chimoio, lá aguardamos até que nos levassem à residência dos professores. No dia seguinte, depois que nos apresentámos na Direcção Provincial de Educação de Manica, lá fui eu descendo pela rua principal, partindo da parte alta da cidade em direcção à Escola Secundária de Chimoio. Acontece, porém, que, antes mesmo de percorrer 50 metros da caminhada, somos presenteados com um inesperado bombardeamento, de grandes proporções, cujos estrondos provocados pelas bombas e barulho dos aviões militares provocaram gritaria, choros e correrias, sem rumo, de homens, mulheres e crianças daquela cidade. Da rua, ouviam-se gritos de crianças vindas de escolas vizinhas que, correndo em debandada,

procuravam refúgio onde quer que fosse. Como estivesse em direcção à escola, foi para lá que preferi correr. Ainda me lembro que, ao chegar mesmo junto à escola, lá em baixo, virei-me para perceber o que se passava à minha volta e foi quando consegui vislumbrar, na rua em que vinha, centenas de sapatos e chinelos espalhados, presumivelmente, deixados pelas crianças vindas das escolas vizinhas que haviam preferido deixar tudo para se salvar. Vim a saber, ao longo do dia, que as bombas lançadas pelo então regime rodesiano de Ian Smith tinham como alvo a Cabeça do Velho, local onde estava instalada a base dos militantes da ZANU.

Nunca tinha vivido algo semelhante. Quando um bombardeamento daquela magnitude acontece perde-se o controlo e sobra para cada indivíduo um estado de tensão, tal que só com o tempo se vai resolvendo.

Os dois anos vividos na cidade de Chimoio foram marcantes não apenas pela experiência adquirida como professor secundário, mas também pela oportunidade que tive de conhecer uma realidade completamente diferente da que estava habituado. Vezes sem conta organizámos encontros de confraternização, que integravam antigos colegas do Centro 8 de Março, em exercício profissional nos distritos vizinhos e não só, para cantar, sob acompanhamento de violas e tambores, para encantar as nossas almas e, com isso, esquecer dores próprias dos primeiros passos da vida profissional.

Concluí, em 1982, o Curso de Formação de Professores de História e Geografia para as 7^a, 8^a e 9^a classes, tendo sido de imediato proposto Monitor na Faculdade de Educação, enquanto frequentava o Curso de Formação de Professores de História e Geografia para as 10^a e 11^a classes. Tenho, por isso, o privilégio de fazer parte dos poucos estudantes que terão frequentado os três principais níveis de Formação de Professores que tiveram lugar na Universidade Eduardo Mondlane.

Hoje, como docente na UEM, continuo a transmitir a minha experiência e saberes às novas gerações. Porém, sinto que poderia ter feito mais pelo meu País.

Olhando, por vezes, para o que ficou para trás e corrigindo o rumo da vida, sigo em frente, plantando alegrias e encantos no meu jardim, na esperança de colher um dia a safra dos sonhos que outrora sonhei.

MEMÓRIAS DE UM MOMENTO QUE MOLDOU A MINHA VIDA

Por: SARIFA ABDUL MAGIDE FAÇILDE



O mês de Março de 1977 havia iniciado há poucos dias. Deveria frequentar a 11ª classe, classe terminal no ensino secundário, na Escola Secundária Josina Machel, antigo Liceu Normal Salazar, na Cidade de Maputo. Surgiu uma convocatória dirigida a todos os estudantes do ensino secundário desta urbe. Teríamos uma reunião dirigida pelo então Presidente Samora Moisés Machel, da então República Popular de Moçambique (era esta, na altura, a designação formal do nosso País independente). Importantes medidas iriam ser tomadas, que marcariam os nossos destinos. A reunião estava marcada para o dia 8 desse mês.

Pontualmente, todas as atenções, nesse histórico dia 8 de Março de 1977, se concentraram no pavilhão do Sporting, actual pavilhão do Maxaquene, na Cidade de Maputo, local designado para acolher o encontro. Totalmente repleto de estudantes, particularmente os que estavam nas classes terminais do Ensino Secundário Geral. Aguardávamos, ansiosamente, o que nos seria transmitido pelo Presidente Samora Machel.

Foi-nos informado que Moçambique recém-independente se viu sem quadros, pois a maioria dos que trabalhavam e dominavam os sistemas em todas as esferas da vida política, social e económica tinham abandonado abruptamente o País, deixando vagos os seus postos de trabalho.

A partir desse momento seriam interrompidas as 10ª e 11ª classes e os que continuassem com os estudos, a nível do País, frequentariam cursos de formação de professores ou cursos propedêuticos de Letras ou de Ciências. Seríamos formados em áreas prioritárias, tais como a Educação, a Saúde, a Agricultura, a Defesa, entre outras. Frequentaríamos os cursos em função das necessidades do País. A Pátria chamava por nós. Era preciso responder ao “Chamamento da

Pátria”. Seríamos também colocados em lares, controlados pelo Estado. Surgiram em mim, muitas preocupações e incertezas. O que me reservava o futuro? Iria dar continuidade aos estudos? Iria ser militar? Senti-me insatisfeita e frustrada. Uma parte da família achava por bem que deixasse o País, hipótese totalmente refutada pelos meus pais, muito apreensivos, embora o tentassem esconder, e por mim.

Passei por uma entrevista para a colocação no curso que deveria frequentar, a qual foi conduzida pelo conceituado Professor Lourenço do Rosário. Como resultado da entrevista, fui colocada no Curso de Formação de Professores de Matemática (CFPM), para as 5^a e 6^a classes. Nesse momento, o mundo desmoronou. Com isso, o sonho que trazia de vir a ser Engenheira foi posto de lado. No meio das lágrimas que rolavam pelo meu rosto, a minha consolação foi o ter sido indicada para o CFPM. Era, pelo menos, a minha disciplina predilecta. Era também a consolidação de um sonho de infância, que já havia sido posto de lado, transformando-se em realidade. Na minha infância, ser professora era tudo o que pretendia (ou me atraía).

Sensivelmente um mês depois da histórica reunião, dei entrada no Centro 8 de Março. Menina tímida, menina dos papás, vivendo sempre no seio da família, sem nunca ter experimentado a vida de internato. Abruptamente separada desse meio. Que grande choque. A partir desse dia a vida passaria a ser em convívio permanente, com colegas provenientes de todos os cantos do País.

Chegada ao Centro, a distribuição dos quartos fez com que o compartilhasse com as colegas Irene Mendes, Laura Loforte e não me recordo do nome da outra colega. A minha opção de cama, porque o quarto continha dois beliches, foi ocupar a cama de cima. Lá de cima, diariamente contemplava o nascer do sol... que maravilha!

O dia iniciava pelas quatro da manhã, ao som de apitos estridentes e sons apelativos, indicando o momento da concentração para as nossas actividades de preparação político-disciplinar (PPD). Lá íamos nós para o campo de futebol pelado, para o “shot-kolia”. Era necessário familiarizarmo-nos com os comandos em swahili, que eram emanados

tanto nas nossas actividades da preparação político-disciplinar, como nas horas das refeições. Como parte da nossa PPD, não faltavam as corridas. Lá íamos nós correndo pelas ruas da Sommerschield ou pela marginal, despertando os que ainda dormiam, através dos nossos cânticos matinais que acompanhavam a nossa exercitação física matinal. Atleta que era das modalidades de Atletismo e Basquetebol, estava nas sete quintas, e geralmente bem posicionada no pelotão da frente, o que ainda hoje merece comentários carinhosos da parte do colega oimarcista, Ungulani Ba Ka Khosa, quando nos encontramos em qualquer ocasião.

Seguia-se o matabicho onde o chá era, vezes sem conta, servido em terrinas que, na noite anterior, haviam “acomodado” a sopa e a sua marca lá estava, através da gordura e de resíduos que ali flutuavam. Que remédio? Assim o consumíamos, no dia-a-dia.

As aulas, parte da nossa rotina, essas decorriam normalmente e para mim, particularmente, um professor me marcou profundamente e enraizou o meu gosto pela Matemática. O professor Paulus Gerdes, que Deus o tenha, que nos dava a cadeira de Aplicações da Matemática à vida corrente. Mostrou-nos como calcular a largura de um rio, como medir a altura de um prédio... descobrir essas realidades, foi para mim, simplesmente fascinante. Afinal, a Matemática podia fazer maravilhas. Muitos outros aspectos foram aprendidos nessa disciplina.

Os cursos de formação de professores, como é obvio, contemplavam um estágio. Para nós, do CFPM, o estágio foi no terceiro trimestre, trabalhar em escolas secundárias. Cada um de nós assumiu uma turma. Para mim, esta minha primeira experiência foi desafiadora. Quando entrei para a sala de aulas, com os meus 18 aninhos, que choque apanhei. Os alunos eram consideravelmente mais velhos do que eu. O mais novo tinha 22 anos. Fiquei até convencida de que o respeito que me demonstravam, era apenas porque trajava o famoso uniforme pingo-de-chuva e era vista como uma professora que era militar.

Como parte das minhas memórias, dessa época, recordo-me do meu pai, já falecido, que quando me devolia ao Centro, após as folgas domingueiras, parava a sua viatura em frente do meu novo lar. Sentada ao seu lado, continuávamos as longas conversas, cujos

temas repetidamente andavam à volta da minha nova forma de vida: o traje do dia-a-dia, a famosa farda pingo-de-chuva que fazia com que fôssemos confundidos, por muitos, com militares; o transporte para as aulas empoleirados nas traseiras dos “gigantes” camiões Scania que, se, por um lado, no início nos chocou, mais tarde passou a ser motivo de paródia; os comentários de um dos nossos instrutores nos momentos de exercitação, quando exaustos, vezes sem conta, dizia: “sai sorvete!”, pois parte das nossas fugas eram para a aquisição de sorvetes, nos Gelados Italianos, bem próximo do nosso centro. Tantas e tantas conversas onde até os banhos frios, que na época fria eram autêntica tortura, vinham ao de cima. Na altura, não tinha consciência de que aumentava a preocupação e o tormento dos meus progenitores.

No meio das rotinas estavam contemplados os tempos livres, os quais eram preenchidos com actividades culturais e desportivas. A nossa subdivisão em grupos A, B, C e grupo Leão, no centro, facilitaram a formação de equipas e lá nos organizámos em campeonatos internos que eram bem animados. Eu integrava a equipa feminina de Basquetebol do grupo C. Modéstia à parte, era uma das “craques” da equipa. Durante as competições, as claques manifestavam-se ruidosa e animadamente. Porém, se, por um lado, o desporto nos colocava como adversários, por outro, unia-nos mais. Éramos aquilo que se pode dizer “todos por um, um por todos”.

Confirmando o velho ditado de que “não há regra sem excepção”, a nossa rotina de vida era, por vezes, quebrada por visitas e/ou reuniões esporádicas, duas das quais nos marcaram profundamente. Numa delas, um camarada chefe que nos visitou, ao explicar-nos o que seria o nosso modo de vida, surgiram murmúrios de protesto entre os colegas sobre as condições de vida e trabalho impostas. Que grande ousadia! A repreensão que recebemos foi severa, lembrando-nos que éramos parte de uma transformação maior e que os nossos desafios eram comuns a muitos outros no País. Afinal, quem julgávamos que éramos? Seres diferentes dos que fizeram parte das experiências vivenciadas no País? Enfim, a sala ficou gelada, o silêncio tão grande que se fazia ouvir o “barulho” do silêncio. Foi um momento de “aceitação das circunstâncias”.

A outra reunião marcante foi consequência do posicionamento dos colegas que se recusaram a cumprir com o que, para eles, havia sido indicado como tarefa. Colegas que se rebelaram e não quiseram frequentar os cursos para os quais foram indigitados. Com a sala de reuniões totalmente cheia, esses colegas foram levados como se de criminosos se tratassem. Colocados nas traseiras de uma viatura das Forças de Defesa e Segurança e escoltados por militares fortemente armados. Tamanha tristeza sobre nós recaiu. Afinal, o crime por eles cometido foi o querer seguir os seus sonhos...sonhos bruscamente interrompidos. Esta foi a gota de água para que quem pensasse em protestar não ousasse dar tal passo.

O Centro, como todos os lares internatos, dispunha de regras que deveriam ser rigorosamente cumpridas, mas éramos jovens e sedentos de outras acções de diversão, e até de hábitos que trazíamos das nossas vivências anteriores, o que fez com que existissem fugas motivadas por diversas razões: ir a uma festa, a um espectáculo, assistir a um jogo desportivo, etc. O desafio era, ao regressar, entrar no Centro sem ser visto. Procurávamos as penumbras, descalçávamos os sapatos, particularmente nós, as raparigas, pois na calada da noite, o coc, coc dos sapatos de salto alto, era multiplicado exageradamente. Um dia desses, fiz parte de um grupo descoberto. Era sábado e a punição foi proibição de saída no dia seguinte, domingo, e retirar terra de um local para o outro. A retirada da terra de um local para o outro não trazia nada de positivo, mas servia e bem como punição. E que dolorosa punição!

Algo que também ficou na memória desta experiência vivida, foi a actividade de campo que tivemos em Chilembene. Fomos acampar junto às machambas. Estendemos as tendas, distribuímo-nos por grupos a habitarem as mesmas, segundo as afinidades e naturalmente umas para as raparigas e outras para os rapazes. Não havia camas e cada um era portador de duas mantas que deveriam ser geridas como bem quisessem. O piso onde foram montadas as tendas era chão duro e que picava. As pontas do capim seco aparado magoavam. A opção de alguns de nós foi juntarmo-nos dois a dois, o que permitia que pudéssemos colocar duas mantas no chão e termos outras duas

para nos cobrirmos. Pelo menos, amaciava um pouco o colchão improvisado. Num desses dias, veio a chuva e o chão, que era duro, não conseguia absorver a quantidade de água. Ficámos meio inundados e a solução foi o armazém que se encontrava em estado de abandono e cheio de poeira. Aí o chão era de cimento. Nas paredes existiam jornais do povo, os quais foram imediatamente transformados em bases para as nossas “camas”.

Foram tantas as experiências vividas, tanta lição aprendida... Não tenho dúvidas de que a interrupção das 10^a e 11^a classes foi uma das grandes e importantes decisões tomadas pelo Governo, liderado pelo então Presidente Samora Moisés Machel. Sob o lema “fazer da escola uma base para o povo tomar o poder”, acreditou no jovem moçambicano que, ao responder ao “Chamamento da Pátria”, veio a desempenhar um papel crítico na construção do Estado socialista, apoiando as reformas do Governo e assumindo responsabilidades nas comunidades, na Agricultura, na Educação, na Saúde, na Defesa e noutras áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do nosso Moçambique.

A experiência, por mim adquirida, serviu para que o meu sonho de infância fosse consolidado e moldou-me para que eu seja aquilo que fui e hoje sou. Assumi posições de destaque na Educação, particularmente no Ensino Superior e no Desporto, tanto a nível nacional como internacional. Por isso, sinto-me orgulhosa de pertencer à Geração 8 de Março, uma geração que muito contribuiu e ainda contribui para o desenvolvimento de Moçambique.

ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS



Capa da Revista Tempo



Jornal Notícias - primeira página

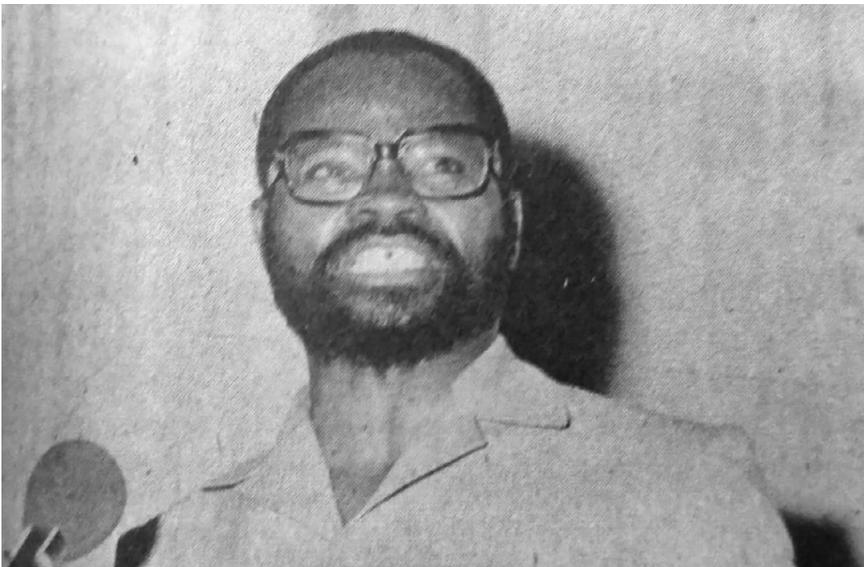


Notícias da Beira - primeira página

GERAÇÃO 8 DE MARÇO: MEMÓRIAS MARGINAIS



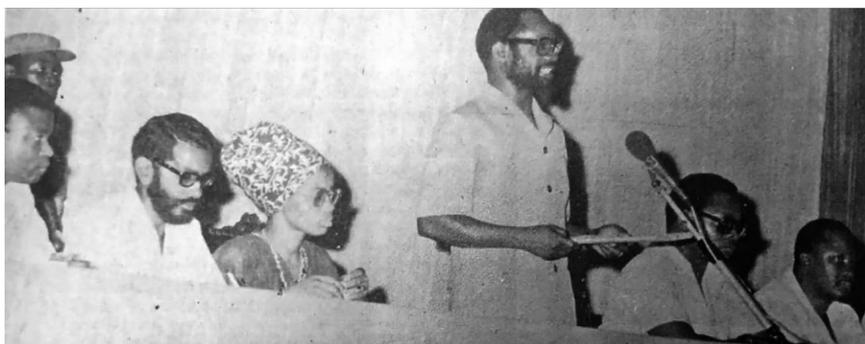
Mais de 6.000 estudantes, professores e funcionários da Educação superlotaram o pavilhão do Maxaquene, no dia 8 de Março de 1977



Presidente Samora Machel dirigindo-se aos assistentes e à Nação, por ocasião das novas medidas anunciadas a 8 de Março de 1977



Graça Simbine, ministra da Educação, saudando a assistência no pavilhão do Maxaquene



Membros do Comité Central da FRELIMO e do Governo presentes no pavilhão do Maxaquene, a 8 de Março de 1977



Parte da turma do Curso de Formação de Professores de Português *(foto cedida por Almiro Lobo)*



A disputar a bola, com Fernando Vaz, Manuel Gaspar e Daniel Bomba *(foto cedida por Manuel Gaspar)*



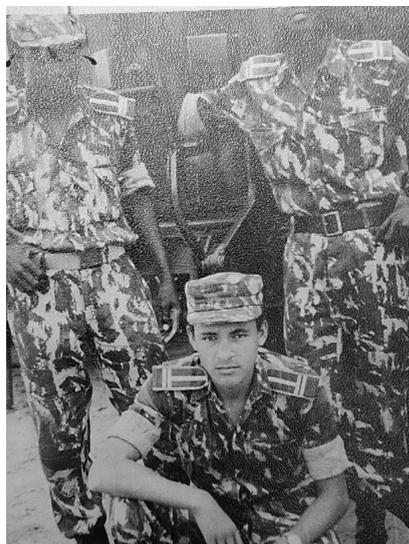
Curso Propedêutico de Letras *(foto cedida por Cristiana Casimiro)*



Grupo de professores da Escola Secundária da Polana, 1978-79 *(foto cedida por Fausia Valigy)*



A caminho das AJUs em Gaza - Antipas, Mate, Reginaldo, Leandro, a professora de Inglês Diana Jelly e Julião *(foto cedida por José Julião)*



Escola Militar de Nampula - 1984 *(foto cedida por Pedro Baltazar)*

Actividades de
Julho na UEM, em
1977.
Celso Paul, Ruth
Charas, Olga
António, Feliciano
Henriques e outros
colegas
*(foto cedida por
Celso Paul)*



Curso de Formação
de Professores de
História e Geografia
*(foto cedida por José
Henrique Menete)*

Orlando Quilambo, José
António Barros, César
Augusto e Mário Rassul,
numa actividade produtiva,
no âmbito das aulas
práticas
*(foto cedida por
Mário Jorge Rassul)*



Geração 8 de Março - Memórias Marginais

CO-AUTORES DA PRESENTE OBRA:

1. ALMIRO LOBO: Uma disputa insuspeita
2. LEANDRO PAUL: Dor e irreverência: um relato de vida
3. VANIZE TEIXEIRA: Episódios oitomarcistas
4. IRENE MENDES: Centro 8 de Março, um salto para a vida
5. GRÁCIO ABDULÁ: Memórias do caminho longo até à advocacia
6. MARIA MADALENA J. LINO TAYLOR: Entre sonhos perdidos e uma missão cumprida
7. ISAURA MACEDO PINTO: Memórias de uma vida dedicada a Moçambique
8. SANDRA MARIA DE JESUS ANTÃO GONÇALVES: Vivências no Centro 8 de Março
9. BALBINA JOEL DA CONCEIÇÃO MUTEEMBA: Do sonho à missão: uma jornada de rosas e espinhos
10. BARTOLOMEU PAULO: Verdadeiro laboratório de valores morais, de integridade e de patriotismo
11. MANUEL DA COSTA GASPAS: 8 de Março moldou a minha vida
12. MÁRIO JORGE RASSUL: O esqueleto inesperado
13. ARMINDO SAUL ATELELA NGUNGA: Vivam as nossas memórias
14. CONCEIÇÃO [SÃO] LEITE: 8 de Março – História de passados
15. RIBAS GUAMBE: Oitomarcista de 1977
16. LEONTINA SARMENTO DOS MUCHANGOS: 8 de Março: A data que marcou a mudança da minha vida
17. ROSA COSTA: Uma jornada de determinação
18. NOÉMIA MATHOLO: A maior “fudjista” do Centro
19. CARLA [PICOLA] RUAS: Uma vida muito longe do professorado
20. LUCAS JUNQUEIRO: Não escolhi os caminhos, mas aprendi a fazer deles a minha estrada
21. ANA MARIA [NOCA] FERNANDES: Professorado: A profissão que abracei
22. MARIA DE LURDES [MILÚ] ARAÚJO: A minha afectação
23. BÓIA EFRAIME JÚNIOR: Tentando preservar a utopia de que todas as crianças merecem uma vida com amor
24. MARIA DO CARMO CARRILHO: Aprendi que o impossível é, na verdade, apenas difícil
25. MARIA ÂNGELA PENICELA NYAMBIHU: Chamamento da Pátria e a construção de um legado
26. MÁRIO LEONEL HERMÍNIO MENDES: Do cimento e asfalto às montanhas e rio
27. CRISTIANA CASIMIRO: O dia 8 de Março de 1977
28. RAFIQUE MUSSAGY MULCHANDE: A rocambolesca viagem entre Maputo e Chimoio para responder ao apelo da Pátria
29. MÁRIO RUY PERDIZ REYNOLDS MARQUES [PIMPÃO]: Oitomarcista por acaso
30. ALEXANDRA NEVES: Aprendi a valorizar o que deve ser valorizado
31. FAUSIA VALIGY: Fui indigitada professora, antes mesmo do 8 de Março de 1977
32. CARLOS PEDRO MUCAVELE: Fui moldado no Centro 8 de Março, entre disciplina e desafios
33. MARISA RANGEL MARTINS: Trajectória inesperada?
34. CARLOS DINIZ: Memórias de uma escolha inesperada
35. TERESA MANJATE: Maldito camião
36. ANA MELO: Oito de Março – “Blue Sunshine”
37. JOÃO PEDRO TEIXEIRA MARTINS: O voo para Moscovo que acabou por nunca acontecer
38. JOSÉ JULIÃO DA SILVA: No Centro, descobri que chá adoçado com doce de ananás não é tão mau assim
39. PEDRO MACIEL BALTAZAR: O meu caminho espinhoso, da caneta e das armas
40. LÚCIA MANUEL SIMÃO: Rebelião e resistência: O meu “Chamamento da Pátria”
41. ALBERTO RAZUL: O Caminho de uma vida: Entre a educação e a superação
42. ANTÓNIO CARDOSO: Uma vida de resiliência e serviço
43. ISABEL MELO [BINHA]: As voltas que a vida dá
44. BENILDA REIS: Fui arquitecta de histórias, sonhos e futuros de muitos jovens moçambicanos
45. JOSÉ AUGUSTO WALTERS MONTEIRO: As escolhas que não escolhi
46. ABEL ASSIS: Memórias de uma vida e percurso
47. ORLANDO DIAS: “Não é o que tu queres, mas sim o que nós queremos”
48. ROSITA ALBERTO: Peça desculpas
49. SALVADOR LAI: De Amátongas a Cuba: um percurso cativante de um professor zeloso e dedicado
50. ÂNGELA ABDULA [DAVA]: Fazer parte do movimento 8 de Março obrigou-me a crescer cedo
51. JOÃO CARDOSO: Dormir com percevejos no colchão
52. CELSO PAUL: Aventuras e desventuras por causa de um anel colonial
53. JOSÉ HENRIQUE LOPES MENETE: Em torno do 8 de Março
54. SARIFA ABDUL MAGIDE FAGILDE: Memórias de um momento que moldou a minha vida